

ANAIS



Colóquio  
INTERNACIONAL

De 20 a 22 de outubro de 2020

INOVAÇÃO  
CONHECIMENTO  
TECNOLOGIAS

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES****Reitor**

Arnaldo Nogaro

**Pró-Reitor de Ensino**

Edite Maria Sudbrack

**Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação**

Neusa Maria John Scheid

**Pró-Reitor de Administração**

Nestor Henrique de Cesaro

**Comissão Organizadora**

Ana Luci Santos da Silva

Cinara Dal Santo Pes

Cristiane Menna Barreto Azambuja

Jerusa Dutra Schreiner

Juliana do Nascimento Antes

Kelvin Rodrigo Carvalho de Moraes

Leonardo Silveira Farias da Silva

**Corpo de avaliadores**

I – **Administração e Ciências Contábeis:** Gestão administrativa e contábil, empreendedorismo e inovação.

Cirino Calistrato Rebelo; Luciane de Oliveira; e Luis Fernando Peixoto Wesz.

II– **Direito:** O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade.

Cristiane Menna Barreto Azambuja; Juliana Bedin Grando; e Luciano de Almeida Lima.

III – **Saúde:** Saúde e Movimento Humano.

Ana Helena Braga Pires; Bruno Costa Teixeira; e Francesco Pinto Boeno.

V – **Meio Ambiente e Educação:** Ciências Ambientais e Estratégias de Inovação para a Educação.

Cinara dal Santo Pes, Jean Lucas Poppe; e Juliana do Nascimento Antes.

**ISSN: 978-85-63977-05-2**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – São  
Luiz Gonzaga José Bonifácio, 3149. CEP 97800-000.

São Luiz Gonzaga – RS

Tel: (55) 3352-8150. Site: <http://urisaoluiz.com.br/site/>

## **PALAVRAS DA COMISSÃO ORGANIZADORA**

No mês de outubro de 2020, foi realizado o XIV Colóquio Internacional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de São Luiz Gonzaga. Esta edição manteve a temática “Inovação, Conhecimento e Tecnologias”, tendo em vista a necessidade de fomentarmos constantemente esses três grandes objetivos no meio acadêmico.

O XIV Colóquio, no entanto, por vez primeira, ocorreu de forma remota, uma vez que durante este ano de 2020 estamos vivenciando a pandemia da Covid-19, fato que nos forçou a um momento de distanciamento e de respeito à vida. Ainda assim, importante registrar, o evento contou com inúmeros inscritos, dentre os quais acadêmicos, docentes, funcionários da Universidade e representantes da comunidade em geral. Foram realizadas conferências e palestras com renomados palestrantes. Ainda, como de praxe, foi oportunizado um momento para o compartilhamento das pesquisas entre os estudiosos das mais diversas Universidades.

Com artigos completos e resumos aprovados, o XIV Colóquio cumpriu a sua missão ao incentivar a pesquisa. Em assim sendo, a Comissão Organizadora agradece a todos que confiaram no trabalho e deseja que as pesquisas constantes nestes anais sirvam como subsídio aos pesquisadores e de estímulo para que outras tantas pesquisas surjam no transcorrer do próximo ano.

É com imensa satisfação que publicamos estes anais.

Para o novo ano, fica renovada a esperança para que possamos nos encontrar novamente, presencialmente, para o XV Colóquio Internacional da URI – Campus de São Luiz Gonzaga.

### **Comissão Organizadora**

Ana Luci Santos da Silva

Cinara Dal Santo Pes

Cristiane Menna Barreto Azambuja

Jerusa Dutra Schreiner

Juliana do Nascimento Antes

Kelvin Rodrigo Carvalho de Moraes

Leonardo Silveira Farias da Silva



## SUMÁRIO

<b>1 ARTIGOS COMPLETOS.....</b>	<b>07</b>
<b>1.1 Administração e Ciências Contábeis.....</b>	<b>08</b>
<b>1.2 Gestão administrativa e contábil, empreendedorismo e inovação.....</b>	<b>08</b>
Certificação de produtos orgânicos como diferencial competitivo para o produtor rural.....	09
Importância da Contabilidade no âmbito público para o controle dos casos de improbidade administrativa .....	20
Pesquisa de mercado: percepção dos consumidores quanto implantação de uma empresa de planos de saúde para cachorros e gatos.....	29
Proposta, custos e formação de preço de venda no Restaurante União em São Borja/RS.....	41
O comportamento do mercado de ações em tempos de pandemia: o demonstrativo das variações.....	42
<b>1.3 Direito.....</b>	<b>43</b>
<b>1.4 O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade.....</b>	<b>43</b>
Reflexões históricas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos à luz do Direito .....	44
Constitucionalismo, Democracia e erosão democrática: noções introdutórias.....	54
A (in)flexibilização do princípio da soberania do Estado nas questões ambientais.....	55
Consequências psicológicas do abuso sexual de crianças e adolescentes: o papel dos profissionais da saúde no enfrentamento da violência.....	63
A construção de uma Universidade acessível a todos.....	75
<b>1.5 Saúde.....</b>	<b>84</b>
<b>1.6 Saúde e movimento humano.....</b>	<b>84</b>
Orientação profissional na atualidade: juventude de projetos de vida.....	85
Efeito subagudado exercício HIIT, MIIT sobre o estresse oxidativo e lipemia pós-prandial em mulheres pós menopáusicas submetidas à refeição hiperlipídica.....	97



Academias ao ar livre: uma estratégia de saúde pública em contexto de pandemia de Covid-19.....	109
A prevalência de casos de câncer em parentes de primeiro e segundo grau de acadêmicos da URI – São Luiz Gonzaga e o papel da Fisioterapia no tratamento das doenças.....	116
Bioética e a eutanásia.....	124
Câncer ósseo: uma revisão literária.....	132
Relato de experiência no idoso institucionalizado com diagnóstico de Alzheimer – Lar do Idoso São Vicente de Paula.....	137
<b>1.7 Meio ambiente e educação.....</b>	<b>141</b>
<b>1.8 Ciências ambientais e estratégias de inovação para a educação.....</b>	<b>141</b>
Responsabilização por danos ambientais e a efetivação do direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado.....	142
A avaliação externa enquanto importante instrumento de gestão às instituições de Ensino Superior: uma análise da URI – São Luiz Gonzaga.....	155
Perspectivas da comunidade acadêmica com relação ao desenvolvimento socioambiental regional.....	166
<b>2. RESUMOS.....</b>	<b>174</b>
<b>2.1 Administração e Ciências Contábeis.....</b>	<b>175</b>
<b>2.2 Gestão administrativa e contábil, empreendedorismo e inovação.....</b>	<b>175</b>
Economia em tempos de Covid-19: uma visão geral de como a pandemia afetou as relações econômicas.....	176
Micro empreendedor individual (MEI): e suas atribuições no contexto atual.....	178
Aumento do desemprego no decorrer da pandemia e novas oportunidades.....	179
Educação ambiental por meio do reaproveitamento do lixo.....	180
A relação da inflação com a taxa básica de juros – SELIC: um comparativo macroeconômico.....	181
Pegada ecológica: a relação do homem com o meio ambiente.....	183
Uma visão econômica sobre a disparada de preço do arroz.....	185
<b>2.3 Direito.....</b>	<b>186</b>
<b>2.4 O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade.....</b>	<b>186</b>



A importância da ética para a advocacia.....187

Aspectos positivos do avanço tecnológico durante a pandemia.....188

O ativismo judicial como mecanismo para a concretização de direitos e garantias constitucionais.....189

Adoção por casais homoafetivos na perspectiva do direito brasileiro.....190

Direitos autorais na internet: nem tudo se resume a copy/paste.....191

Limitações ao poder de tributar, princípio da igualdade e cidadania.....192

Os quatro troncos missionários e seu legado cultural: conhecer para preservar.....194

A democracia racial como mito: um olhar a partir da Sociologia de Florestan Fernandes.....196

O ativismo judicial brasileiro e seus limites frente ao Estado Democrático de Direito e o princípio da divisão dos poderes.....198

Acessibilidade atitudinal – sensibilização e ludicidade.....199

**2.5 Saúde.....200**

**2.6 Saúde e movimento humano.....200**

Relato de experiência vivenciado no Lar do Idoso São Vicente de Paula em São Luiz Gonzaga após intervenção fisioterapêutica.....201

O papel da Fisioterapia na promoção da qualidade de vida de idosos institucionalizados.....202

Consequências da Covid-19 em pacientes após internação em CTI.....204

A influência da pandemia do novo coronavírus na vida dos jogadores de um time de futsal de Itaqui/RS.....205

A importância do tratamento fisioterapêutico em mulheres com incontinência urinária.....206

Os efeitos do exercício físico para o controle da sarcopenia.....207

O papel da Fisioterapia na qualidade de vida de mulheres com incontinência urinária pós menopausa.....208



# 1. ARTIGOS COMPLETOS



### **1.1 Administração**

### **1.2 Gestão administrativa e contábil, empreendedorismo e inovação**

#### **Avaliadores:**

**Cirino Calistrato Rebelo; Luciane de Oliveira; e Luis Fernando  
Peixoto Wesz**

## CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO PARA O PRODUTOR RURAL

Alceu de Oliveira Lopes<sup>1</sup>  
Roberto Carlos Dalongaro<sup>2</sup>  
Diogo Kornowski<sup>3</sup>

**Resumo:** O tema deste estudo refere-se a um assunto relativamente novo e que está ganhando muito espaço na produção agropecuária que é a certificação de produtos orgânicos. Cada vez mais as pessoas estão preocupadas com uma alimentação saudável e regrada, desta forma cresce a importância o cultivo, o armazenamento e a entrega para o consumidor final de produtos que não tragam em sua composição produtos químicos.

**Palavras-chave:** Produtos Orgânicos. Saúde. Segurança Alimentar.

## CERTIFICATION OF ORGANIC PRODUCTS AS A COMPETITIVE DIFFERENTIAL FOR THE RURAL PRODUCER

**Resumen:** The theme of this study refers to a relatively new subject that is gaining a lot of space in agricultural production, which is the certification of organic products. More and more people are concerned with a healthy and regulated diet, thus growing the importance of cultivation, storage and delivery to the end consumer of products that do not contain chemicals in their composition.

**Keywords:** Organic Products. Health. Food Security.

### 1 Introdução

A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e “acreditada” (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica. A certificação apresenta-se sob a forma de um selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem do produto.

---

<sup>1</sup> Mestre em Eng. Produção. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. Alceulopes17@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com.

<sup>3</sup> Administrador. Faculdade CNEC Santo Ângelo. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. diogo-kornowski@outlook.com

Cabe ao Ministério da Agricultura credenciar, acompanhar e fiscalizar os organismos de certificação que, mediante prévia habilitação do MAPA, farão a certificação da produção orgânica e deverão atualizar as informações dos produtores para alimentar o cadastro nacional de produtores orgânicos. Estes órgãos, antes de receberem a habilitação do Ministério, passarão por processo de acreditação do Inmetro.

No Brasil o produtor orgânico deve fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, o que é possível somente se estiver certificado por um dos três mecanismos descritos a seguir:

“Certificação por Auditoria – A concessão do selo SisOrg é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira”.

“Sistema Participativo de Garantia – Caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, um SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg.”

“Controle Social na Venda Direta – A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.”

A importância da certificação, além da garantia da qualidade do produto/serviço ao consumidor, está na regulamentação dos processos e tecnologias de produção necessárias para a manutenção de padrões éticos do movimento orgânico e credibilidade do produto e produtor no comércio.

## **2 Referencial teórico**

Este capítulo contempla uma revisão teórica sobre os temas relevantes relacionados a produção, comercialização e certificação de produtos orgânicos, temas chaves para um entendimento relativo a temática pesquisada.

## 2.1 Mercado de produtos orgânicos no Brasil

O número crescente de produtores orgânicos no Brasil está dividido basicamente em dois grupos: pequenos produtores familiares ligados a associações e grupos de movimentos sociais, que representam 90% do total de agricultores, sendo responsáveis por cerca de 70% da produção orgânica brasileira, e grandes produtores empresariais (10%) ligados a empresas privadas. Enquanto na região sul cresce o número de pequenas propriedades familiares que aderem ao sistema, na região sudeste a adesão é em sua grande maioria de grandes propriedades. Em relação ao tipo de produto, os grandes produtores (com mais de 100 ha) se destacam na produção de frutas, sobretudo citros e frutas tropicais (manga, uva, etc.), além de cana-de-açúcar, café e cereais orgânicos (soja e milho, basicamente) (CAMARGO FILHO, 2004).

De acordo com Souza (2003), um dos entraves para o desenvolvimento desse mercado é o seu dimensionamento, seja na esfera local, regional, estadual ou mundial. Faltam estatísticas oficiais sobre a produção orgânica de alimentos.

O número de empresas certificadas para a produção industrial no Brasil ainda é muito pequeno. O IBD apresenta uma lista reduzida de empresas processadoras, com 35 empresas credenciadas (CLIENTES, 2008).

Entre os produtos orgânicos processados, pode-se destacar o mel (Minas Gerais e Amazonas), compotas de frutas, café solúvel, torrado e moído (Minas Gerais e São Paulo); castanha de caju e acerola (Ceará); hortaliças processadas (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); arroz (Rio Grande do Sul e Santa Catarina); óleos essenciais (São Paulo); suco de laranja concentrado (São Paulo); extratos de vegetais secos (São Paulo); barra de cereais (Paraná); açúcar mascavo (Paraná) e guaraná em pó (Amazonas); têxteis (Paraíba); e cacau (Bahia). Os produtos de origem animal ainda estão sendo pouco explorados por problemas de falta de matéria-prima orgânica e legislação inadequada (WILLER; YUSSEFI, 2006).

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável,

empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.”

## 2.2 Mercado Interno

As principais feiras livres orgânicas movimentam entre R\$3 e R\$4 milhões por ano, em cidades como Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Os agricultores que organizam as feiras são, em maioria, pequenos e filiados a associações que têm promovido à geração e a transmissão de conhecimentos agrícolas (DULLEY et al., 2000).

Além disso, grandes cadeias de supermercados começam a abrir gôndolas exclusivas para produtos orgânicos, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Um dos entraves para uma expansão mais rápida das vendas nos supermercados são os preços, que ficam, em média, 30% acima dos similares convencionais (CAMARGO FILHO, 2004).

Segundo Fonseca e Campos (2000), a possibilidade dos agricultores coletivamente poderem ofertar um mix de produtos de acordo com as aptidões locais, observando os recursos de capital e mão-de-obra, é uma realidade que deve ser explorada. Para esses autores, independente da forma de comercialização escolhida, há necessidade de um planejamento de produção conjunto entre agricultores, distribuidoras, canais de comercialização, enfim de todos os elos desta cadeia para que não haja falta nem sobras de produtos, valorizando a sua qualidade.

## 2.3 Formas de Comercialização

Um dos grandes entraves para os produtores orgânicos é o processo de comercialização e tem sido um dos aspectos controversos entre associações de agricultores, pesquisadores e ONGs envolvidas com o movimento orgânico no Brasil (NEVES; CASTRO, 2003). Ainda segundo esses autores:

Os produtos orgânicos deveriam utilizar de canais de comercialização compatíveis com as características diferenciadas do produto, onde seus atributos de qualidade

serão reconhecidos e valorizados pelos consumidores. Um canal de distribuição que não oferece uma possibilidade de diferenciação adequada do produto seja misturando produtos com apelos diferentes, que podem confundir o consumidor quanto às características na hora da compra, seja oferecendo produtos sem garantias de qualidade, como os selos de certificação, podem afetar o desempenho de toda a cadeia produtiva (NEVES; CASTRO, 2003).

A comercialização em feiras livres é considerada por Dulley et al. (2000) menos complexa para o produtor, já que o consumidor pode encontrar o sortimento que necessita através do fornecimento de vários produtores simultaneamente. Uma alternativa de comercialização para os produtores é o fornecimento de olerícolas orgânicas a restaurantes que querem oferecer um produto com um diferencial de qualidade para seus clientes e estabelecer relação direta com seus fornecedores como garantia de abastecimento.

#### **2.4 Processo de Certificação**

Vale ressaltar que a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), no Brasil, têm como princípio estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, tendo como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida através da adoção de uma agricultura de base ecológica, contribuindo para a segurança alimentar da população (BRASIL, 2010).

Conforme descrito por Brancher (2005), além das regras formais descritas na legislação, existem as regras informais que são:

Aquelas instituições estabelecidas pelos acordos tácitos construídos ao longo do tempo entre os agentes que fazem parte deste mercado, como os produtores, certificadores, comerciantes e consumidores. Estas regras não estão escritas, mas estabelecem padrões que em muitos casos têm mais força do que as regras formais.

A higiene dos produtos e de seu manuseio, sua regularidade e diversidade de oferta, a apresentação diferenciada dos outros produtos, entre outras questões, são acordos construídos entre produtores/vendedores e consumidores, que são consolidados e modificados com o passar do tempo (BRANCHER, 2005).

Segundo Fonseca (2005), o processo de regulamentação da lei n. 10.831, tem como pano de fundo as tensões demonstradas pelos movimentos sociais entre aceitar uma normatização construída e imposta por padrões externos, com a certificação como única forma de garantia de conformidade dos produtos orgânicos, ou estabelece padrões nacionais de produção e transmissão de confiança aos consumidores, baseados em processos históricos mais adequados aos pequenos produtores dos países de baixa renda, com pouca, ou nenhuma infraestrutura de apoio governamental ou privado.

Já no Brasil, um pouco de apoio é descrito por Campanhola e Valarini (2001), sendo que a certificação é um pré-requisito para este apoio financeiro. O acesso ao crédito, permite ao produtor orgânico certificado contemplar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), junto ao Banco do Brasil. Entretanto, essas linhas de crédito são demasiadamente burocráticas e concentradas o que dificulta o acesso a pequenos produtores e, também, raramente estão disponíveis na rede bancária. Com a aproximação do vigoramento da lei de produtos orgânicos foi lançado recentemente pelo Ministério da Agricultura, o Programa de adequação de produtores e entidades aos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (MAPA, 2020). Esse edital é destinado a produtores orgânicos, associações, cooperativas, grupos informais, Organizações de Controle Social (OCS), entidades que atuam nos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e seus Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), dentre outros. O objetivo é prestar assistência técnica para produtores e entidades para se adequarem à legislação que regulamenta os Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - Instrução Normativa 19, de 28/05/2009), visando o cadastramento e credenciamento dos mesmos. Esta é uma iniciativa governamental de extrema importância para o setor para difusão da legislação e o seu cumprimento.

As certificadoras acima atuam por auditoria, através de inspetores das próprias certificadoras. Entretanto, existe também outra forma de certificação que é a certificação participativa, mais difundida na região sul do Brasil, que baseia-se na constituição de redes de credibilidade que envolve agricultores, consumidores e comerciantes, estabelecendo a confiança necessária entre as partes para que a comercialização aconteça. Esta certificação oferece custos inferiores para os produtores do que a auditoria por uma certificadora.

### 3 Metodologia

#### 3.1 Tipo de Pesquisa

O presente estudo refere-se a um processo prático de consultoria para a implementação de um sistema que permite o produtor a buscar a Certificação do seu processo produtivo, bem como da sua produção como “produtos orgânicos. Para isso, no item a seguir estão detalhadas os passos que devem ser seguidos para a consolidação dessa Certificação.

A fundamentação teórica foi realizada através de pesquisa Bibliográfica em se tratando de um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral (VERGARA, 2000).

#### 3.2 Coleta e análise de dados da pesquisa

A certificação de produtos orgânicos assegura que determinado produto, processo ou serviço obedece normas e práticas de produção orgânica, ou seja, adota técnicas agrícolas focadas em empregar métodos culturais naturais, para diminuição do uso de agrotóxicos, energias não renováveis e eliminação do uso de organismos geneticamente modificados.

A experiência do Consultor atuando lado a lado com produtores, distribuidores e varejos é fundamental para o sucesso do trabalho, visto que existem muitas vantagens na produção, processamento e comercialização de orgânicos certificados. Por exemplo, um consumidor sensível a oferta de um alimento seguro está disposto a pagar um valor maior quando associado a certificação, uma vez que a certificação obedece critérios claros da segurança do alimento.

Quando o produtor decide obter uma certificação orgânica, surgem diversos questionamentos durante a fase de planejamento: Com quem devo entrar em contato? Qual o procedimento correto? Quanto tempo demora para certificar? É difícil? Terei o devido retorno? Como comunicar o consumidor de que meu produto é orgânico?

Todo novo projeto é desafiador, talvez mais no segmento de alimentos, onde existem fatores controláveis e incontroláveis que irão influenciar o resultado final da



atividade. Assim, a etapa de planejamento sempre é fundamental para prevenir contratempos durante o processo de certificação.

### **3.2.1 Benefícios associados à certificação – A importância do selo orgânico**

O processo de certificação por auditoria é realizado por certificadoras acreditadas e credenciadas no Inmetro e no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Como resultado, o selo de garantia orgânico é uma forma, visual, de compromisso firmado entre os elos da cadeia de alimento, mantendo o alinhamento com o propósito da produção orgânica para a longevidade do processo (sustentabilidade) e a segurança do alimento.

### **3.2.2 Os passos para a certificação**

#### **- Planejamento**

Devem ser considerados todos os fatores de produção (cultura, área, época de plantio, insumos utilizados), logística (como esse produto será entregue, como será embalado) e comercialização (para onde irá vender, por qual preço, em qual época do ano, quem irá consumir seu produto).

#### **- Pesquisa**

Buscar informações com responsáveis técnicos que atuam na região para buscar informações referente os requisitos para certificação de produtos orgânicos. O site do MAPA possui a legislação completa sobre o assunto disponível para consulta.

#### **- Envolvimento da equipe**

O produtor deve ter o envolvimento da sua família quanto ao processo de certificação (resultado, propósito, expansão de mercado, segurança na produção etc).

#### **- Estabelecimento de um plano de produção e registro das atividades**

O produtor deve criar o hábito de registrar diariamente as suas atividades, com datas, insumos utilizados, quantidades e outros dados que possam ajudar na gestão da propriedade e na construção de um plano de produção para cada safra.

#### **- Garantia da rastreabilidade dos seus produtos**

Garantir o registro da origem e movimentações dos seus produtos de forma estruturado através da rastreabilidade, é um dos requisitos principais para obter a certificação.

#### **- Contatar uma entidade Certificadora**

No Brasil, o mercado de produtos orgânicos está estimado em R\$ 4 bilhões e ano a ano cresce acima de 2 dígitos. O mercado de orgânicos está em transição entre nicho e uma participação efetiva nas vendas do setor de alimentos. A percepção dos consumidores é que orgânico é sinônimo de alimento saudável e a certificação, atualmente, é uma das melhores garantias do processo.

### **4 Análise e discussão dos resultados**

O exemplo prático apresentado neste estudo refere-se a um processo de certificação de produtos orgânicos de um produtor rural na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, que está em fase de implantação do sistema que vai proporcionar a visita de uma entidade certificadora que irá consolidar o processo de certificação. Por ser um processo que demanda tempo de adequação esse trabalho já dura em torno de 6 meses de consultoria e tem uma previsão de mais 6 meses para finalizar o processo com a consequente certificação.

Há de se ressaltar que o processo em implantação na unidade produtora do agricultor sofreu muitas mudanças em relação ao processo convencional até então executado na produção, por isso é extremamente importante a participação de uma Consultoria Externa que tem o expertise sobre o processo, mas acima de tudo força com que o produtor execute todos os passos de forma disciplinada e de acordo com os requisitos, caso contrário não terá sucesso.

### **5 Considerações Finais**

A Certificação de produtos orgânicos atualmente é de fundamental importância tanto para o produtor como para o cliente/consumidor pois garante a qualidade e a segurança de estar consumindo alimentos saudáveis, bem como o produtor terá a oportunidade de majorar seus preços por estar oferecendo ao mercado um produto diferenciado, com isso agregando maior valor ao seu trabalho. Com certeza é um processo difícil de ser conquistado, porém, através de uma mudança de cultura pode

proporcionar um crescimento muito grande a propriedade rural, agregando ganhos muito representativos em relação a produção convencional.

## REFERÊNCIAS

BRANCHER, P. C. As faces da certificação de produtos orgânicos no Brasil: o caso do mercado da região metropolitana de Curitiba-PR. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005, Ribeirão Preto (SP). Anais... Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

BRASIL. Lei Nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm). Acesso em 12 set. 2020.

CAMARGO FILHO, W. P. Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. Informações Econômicas, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 55-69, 2004.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 8, n. 3, p. 69-101, 2001.

CLIENTES CERTIFICADOS. IBD. Disponível em: [http://www.ibd.com.br/ClientCert\\_Default.aspx](http://www.ibd.com.br/ClientCert_Default.aspx). Acesso em: 10 set. 2020.

DAROLT, M. R. As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba. 2000. 310 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Paraná e Université de Paris, Curitiba, 2000.

DULLEY, R. D. et al. Passado, ações presentes e perspectivas à Associação de Agricultura Orgânica (AAO), São Paulo, Brasil. Informações Econômicas, São Paulo, v. 30, n. 11, p. 16-23, 2000.

LIU, M. Mercado de orgânicos aguarda regulamentação. ORGANICS BRASIL. Disponível em: [http://www.organicosbrasil.org/noticias\\_ver.php?id=73&id\\_arvore=5](http://www.organicosbrasil.org/noticias_ver.php?id=73&id_arvore=5). Acesso em: 10 set. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - PRO-ORGÂNICO. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=8198>. Acesso em: 10 set.. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Programa de Adequação de Produtores e Entidades aos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica. Disponível em: <http://www.convenios.gov.br>. Acesso: 11 set. 2020.

NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. (Org.). Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. São Paulo: Atlas, 2003. 365 p.

PROJETO ORGANICS BRASIL. Brasil tem mais de 7 milhões de hectares de produção orgânica certificada café. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=15218>>. Acesso em: 11 set. 2020.

SOUZA, M. C. Aspectos institucionais do sistema agroindustrial de produtos orgânicos. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 7-16, mar. 2003.

VALARINI, P. J. et al. Sistema de evaluación de la sustentabilidad en establecimientos rurales com horticultura orgánica y convencional en Brasil. In: CONGRÉSO AGRONÓMICO DE CHILE, 59., y CONGRÉSO DE LA SOCIEDAD CHILENA DE FRUTICULTURA, 9., 2008, La Serena (Chile). *Anais... La Serena: Universidad de La Serena*, 2008. v. 1, p. 60-61.

WILLER, H.; YUSSEFI, M. *Organic agriculture worldwide*. Dürkheim: Stiftung Ökologie & Landbau; Bad: SÖL, 2001. 133 p. (SÖL-Sonderausgabe, n. 74).

## IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO ÂMBITO PÚBLICO PARA O CONTROLE DOS CASOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Bianca de Brum Neto<sup>4</sup>  
Roberto Carlos Dalongaro<sup>5</sup>  
Luís Fernando Peixoto Wesz<sup>6</sup>

**Resumo:** O respectivo tema de estudo está concentrado em avaliar os quesitos quanto à improbidade administrativa, e tem por objetivo destacar princípios constitucionais e deveres de cada servidor público, por meio deste estudo bibliográfico com uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa, objetiva-se também demonstrar os efeitos da falta de honestidade na administração pública, por meio da lei de improbidade mostrando as punições. O estudo visa contribuir para que a população obtenha um maior esclarecimento sobre a temática abordada.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública. Administração. Improbidade.

## IMPORTANCIA DE LA CONTABILIDAD PÚBLICA PARA EL CONTROL DE CASOS DE IMPROBIDAD ADMINISTRATIVA

**Resumen:** El tema de estudio respectivo está enfocado a evaluar las cuestiones relativas a la improbidad administrativa, y tiene como objetivo resaltar los principios y deberes constitucionales de cada servidor público, a través de este estudio bibliográfico con un enfoque metodológico predominantemente cualitativo, también se busca demostrar los efectos de la falta de honestidad en la administración pública, a través de la ley de la improbidad mostrando las penas. El estudio tiene como objetivo contribuir para que la población obtenga una mayor aclaración sobre el tema abordado.

**Palabras-clave:** Contabilidad Pública. Administración. Improbidad.

### 1 Introdução

A contabilidade pública, também chamada de contabilidade governamental, não deve ser confundida com a contabilidade nacional, pois esta é um sistema de contabilidade focado na mensuração das contas nacionais, como por exemplo: o produto interno bruto (PIB).

<sup>4</sup> Graduanda do 6º semestre de Ciências Contábeis. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. biancadebrumneto.slg@gmail.com.

<sup>5</sup> Doutor em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com.

<sup>6</sup> Mestre em Agronegócio. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. I-fernando-wesz@bol.com.br.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas, que possam oferecer produtos diferentes Conforme suas especificidades, remetendo para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público.

A Contabilidade Pública - seja na área Federal, Estadual, Municipal ou no Distrito Federal - tem como base a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2020).

Para Marion (2008), a Contabilidade Pública registra a previsão da receita e a consolidação da despesa, estabelecidas no Orçamento Público, escritura a execução orçamentária da receita e da despesa, faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, controla as operações de crédito, a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações, revela as variações dos bens e mostra o valor do patrimônio. A Contabilidade pública está direcionada também a todos os atos praticados pelo administrador, seja de natureza orçamentária, ou meramente administrativa, representativos de valores futuros que podem afetar o patrimônio.

O objetivo da Contabilidade Pública é o de fornecer aos gestores informações atualizadas e exatas para auxiliar nas tomadas de decisões, aos órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação e às instituições governamentais e particulares, informando estatísticas entre outras de interesse das mesmas. (MARION, 2008).

O respectivo tema de estudo está concentrado em avaliar os quesitos quanto à improbidade administrativa, e tem por objetivo destacar princípios constitucionais e deveres de cada servidor público, por meio deste estudo bibliográfico objetiva-se também demonstrar os efeitos da falta de honestidade na administração pública, por meio da lei da improbidade mostrando as punições. Espera-se que este estudo contribua para que a população obtenha um maior esclarecimento sobre a temática.

## **2 Referencial teórico**

Este capítulo contempla uma revisão teórica sobre tópicos relevantes da gestão pública, a contabilidade pública, a Lei de responsabilidade fiscal entre outros temas chaves para um entendimento relativo a temática pesquisada.

## 2.1 A gestão pública

Gestão seria a capacidade de fazer o que se é necessário fazer. Com isto entende-se que é o ato de coordenar os estados, é a capacidade de os melhorarem, para que a administração ou gestão pública seja feita com sucesso, a mesma deve ser de forma planejada e organizada para que a missão dos gestores seja cumprida de forma satisfatória. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2020).

É através dos gestores que se efetua a contabilidade pública organizando gastos e gerenciando as receitas e despesas de forma a deixar tudo claro.

Será através do contador que se organiza tudo, e depende do mesmo ser íntegro e honesto para que não haja corrupção, colocando em vigor o dever da improbidade, que se responsabiliza para que o servidor seja íntegro em suas funções não cometendo erros e nem corrupção em seu cargo.

## 2.2 Diferença Contabilidade Societária x Contabilidade Pública

Segundo o Portal da Contabilidade (2020), a Contabilidade Societária se relaciona com a atividade privada, rege-se pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Código Civil, que estabelecem regras de procedimentos contábeis. Mas já a contabilidade pública é regulamentada pela Lei 4.320/1964, que é a Lei das Finanças Públicas.

A Contabilidade Societária tem como foco principal o patrimônio e as suas avaliações, de tal forma que a principal avaliação é o balanço patrimonial.

Entretanto, na Contabilidade Pública, o que é mais relevante é o balanço de resultados, que trata de despesas e receitas, ou seja, de que forma foi arrecadado o dinheiro e como foi aplicado. Outra diferença é que a contabilidade societária tem como visão o patrimônio e o lucro. Já na área pública, a visão é a gestão, para observar fatos como irregularidades nos gastos e verificar a responsabilidade dos administradores quanto ao dinheiro público. Foram através destas evidências que ocorreram mudanças na lei de responsabilidade fiscal que auxilia em controles e na lei da improbidade administrativa. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2020).

## 2.3 Lei de Responsabilidade Fiscal

A LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, aborda o mecanismo legal que disciplina a utilização de recursos públicos, esta faz com que os estados, municípios e a União controlem seus gastos, respeitando assim capacidade de arrecadação por meio dos tributos. Para isto foram introduzidos limites para as despesas e também para o endividamento futuro. É de suma importância neste âmbito a presença de um contador, e principalmente de clareza nas demonstrações de resultado, sendo assim o meio de organizar de forma sólida e visível os gastos e todas as receitas, o que se pode ou não utilizar, e acima de tudo como será utilizado, não havendo tamanha facilidade para ocorrer desvios e incoerências na administração. A lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, trouxe como inovação também o relatório de gestão fiscal, que visa demonstrar se foram atingidas as metas e os limites estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal. A lei também passou a dar uma maior importância e visibilidade à contabilidade.

#### **2.4 Lei improbidade Administrativa**

Segundo a LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, a improbidade administrativa é definida como uma conduta inadequada, praticada por agentes públicos ou outros envolvidos na gestão pública, que cause danos. Previstas na Lei n. 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa (LIA). No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio e sendo assim exonerado de seu cargo. As ações de improbidade podem se manifestar em três formas de atuação:

1. Enriquecimento ilícito: Ocorre quando um agente público utiliza seu cargo, para adquirir vantagem econômica que beneficie a si mesmo ou a outro envolvido, causando lesão à União. Exemplo de improbidade por enriquecimento ilícito seria quando um funcionário público compra um imóvel ou outro bem de milhões, quando ele não teria como adquirir o mesmo, de acordo com o seu patrimônio e renda, sendo assim visivelmente percebido o ato de roubo de verbas públicas.

2. Atos que causem prejuízo ao erário: São ações que causam perda dos recursos financeiros da União, através de atitudes como o uso de recursos públicos para fins particulares.

3. Atos que violem os princípios da administração pública: São as condutas que violam os princípios de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às



instituições públicas. Exemplos desses atos são quando um funcionário do serviço público fraudar um concurso público ou deixar de prestar contas quando tem a obrigação de fazê-lo, e assim muitas vezes ficar com parte da verba destinada ao mesmo.

## **2.5 Lei da transparência (Lei de acesso à informação)**

A LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Vem por assim buscar combater a improbidade e erros na parte fiscal das prefeituras, assim evitando desvios e má utilização de verbas e dinheiro público. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observar as normas e procedimentos específicos aplicáveis e assegurar a:

I - gestão transparente da informação.

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal.

O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, o direito do cidadão obter:

Informações claras e objetivas, sendo assim a forma mais eficaz da sociedade se informar de como está sendo utilizadas as verbas públicas e por quem, tornando assim mais difíceis roubos dentro da administração.

A maneira como o cidadão tem acesso às mesmas são pelo portal da transparência onde se encontra todos os gastos, quem os fez e para o que foram destinados, tornando em vigor a improbidade e a responsabilidade fiscal, que auxiliam no conjunto de informações constantes no portal. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2020).

## **3 Metodologia**

### **3.1 Tipo de Pesquisa**

O presente trabalho demandou a realização de uma pesquisa exploratória e bibliográfica. Exploratória, porque objetiva o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições; e seu planejamento considera vários aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2008).

Bibliográfica, porque se trata de um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral (VERGARA, 2000).

A pesquisa demandou uma abordagem qualitativa, argumenta-se que pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa. A pesquisa qualitativa também é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, e também quando se trata de relatar uma evolução histórica de determinado tema e construir considerações críticas sobre o seu aspecto evolutivo (ROESCH, 2015).

### **3.2 Coleta e análise de dados da pesquisa**

A pesquisa está direcionada na coleta de informações referentes a legislação que trata da improbidade Administrativa, responsabilidade fiscal, gestão pública, da importância da contabilidade pública para a administração pública.

Os respectivos conceitos, e aspectos relevantes a temática de estudo foram extraídos das Leis, as quais se destacam a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, que trata da Responsabilidade Fiscal, LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, a qual se refere as sanções aplicáveis aos agentes públicos, LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, que diz respeito ao acesso a informação. Outros tópicos utilizados para a discussão teórica foram extraídos de artigos científicos e de autores especializados na área de estudo em evidência.

A análise dos dados se deu através de uma discussão crítica embasada na literatura pesquisada, com reflexões atualizadas relacionadas a contabilidade pública e as suas implicações na gestão de entidades públicas.

## **4 Análise e discussão dos resultados**

Esse capítulo relata a discussão teoria sobre a contabilidade na gestão pública, relacionando com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e com outros aspectos relevantes a gestão pública.

Para Marion (2008), a Contabilidade é a ciência que tem por objeto o estudo do patrimônio, a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos, de modo

a contemplar todos os fatos que afetam a situação patrimonial, sendo as informações geradas por esta ciência essenciais para a tomada de decisão dos gestores em geral. No setor público, tem-se a contabilidade como o instrumento utilizado para a captação, o registro, o acúmulo e a geração de informações acerca do patrimônio.

Com isso, Araújo (2004) destaca que a origem oficial da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil remonta a 1808, com a chegada da família real portuguesa ao País, quando Dom João VI criou o Erário Régio e instituiu o Conselho da Fazenda para organizar a elaboração dos orçamentos e a Contabilidade da Colônia. Posteriormente, em 1850, foi promulgada a Lei que institui o Código Comercial, tornando obrigatória a escrituração contábil e a elaboração anual dos Balanços Gerais. Com a proclamação da República, em 1889, começou a ser exigido maior controle do patrimônio público.

Duas décadas depois, foi promulgada a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que instituiu normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, permanecendo em vigor até o momento, com alguns de seus princípios acatados na Constituição Federal, complementada, mais recentemente, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nesse processo de aperfeiçoamento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 1986, o Governo Federal criou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na estrutura do Ministério da Fazenda, com vistas a promover a modernização e a integração dos sistemas de acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial, como órgão central da contabilidade da União. (BERTULINO, ET. AL., 2018).

Com tudo, na busca pelo aprimoramento do controle da gestão pública, foi publicado em 21 de novembro de 2008, o CFC publicou as dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), trazendo inovações de forma a harmonizar as práticas contábeis até então adotadas. Tais normas traduzem um esforço de promover o desenvolvimento conceitual, o fortalecimento institucional da contabilidade aplicada ao setor público, o resgate de procedimentos contábeis embasados pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade e a convergência às normas internacionais de Contabilidade.

Enfim, para expressar a relação conceitual da temática em debate, é necessário ressaltar a importância de todas as leis em vigência no território Nacional, as quais contribuem para a eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública.

## 5 Considerações Finais

A improbidade administrativa é, grande causadora do atraso na administração pública, trazendo consigo a perda do que o erário poderia aplicar em ações de interesse da população.

A lei de improbidade também poderá ser aplicada, àquele que, não sendo agente público, desvie ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta. O particular também poderá sofrer as penalidades previstas na lei de improbidade.

Aquele que exerce a função pública deverá fazê-la respeitando os princípios elencados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, e aqueles estabelecidos na lei federal 8.429/92, em seu artigo 4º. Assim dizendo, os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos.

Apesar de a lei ter suas carências além de deixar lacunas à subjetividade, podemos identificar que a finalidade exata da mencionada lei é impedir quaisquer potenciais fraudes à Administração Pública Brasileira.

Por fim, ao discutir as leis que punem e viabilizam as regras que devem ser seguidas pelos servidores, foi possível observar que, honrar os seus deveres de não acometer erros na execução de sua atividade, e também vigorar o princípio da legalidade que seria exercer suas atividades sempre respeitando o que consta em lei, e assim se tornar responsável por qualquer desvio e arcar com as punições previstas em lei.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Redescobrimo a contabilidade governamental: uma mudança de paradigmas para uma melhor transparência.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BERTULINO, Marta M. ET. AL. **Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: implicações na contabilidade municipal**. Revista Controle Doutrina e Artigos, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2000. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lc101\\_2000.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lc101_2000.htm)>. Acessada em 26/09/20;

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992. **Sanções aplicáveis aos agentes públicos**. 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm)>. Pagina visitada em 26/09/20.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. **Acesso a informação**. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Pagina visitada 20/09/20.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **Contabilidade pública**. 2020. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadepublica.htm>>. Pagina acessada em 25/09/20.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Gastos federais**. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2020. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Pagina visitada em 18/09/20.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

## PESQUISA DE MERCADO: PERCEÇÃO DOS CONSUMIDORES QUANTO IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE PLANOS DE SAÚDE PARA CACHORROS E GATOS

Emanuele de Ávila Diel<sup>7</sup>  
Luciane de Oliveira<sup>8</sup>

**Resumo:** o empreendedorismo surge no cenário brasileiro na década de 90 e vem sendo amplamente discutido, como impulsionador do desenvolvimento das cidades e regiões, decorrente do crescimento de novos negócios. Porém, para que as empresas obtenham sucesso e longevidade é necessário que conheçam o mercado, que pretendem atender, verificando a aceitabilidade dos produtos e serviços ofertados. Assim, o presente artigo tem como objetivo realizar uma análise de viabilidade para a implantação de uma empresa de planos de saúde para cachorros e gatos sob a percepção do mercado consumidor. O estudo enquadra-se como pesquisa descritiva de análise quantitativa. Os dados foram coletados por meio de questionários no formato eletrônico e os resultados analisados através de percentuais de respostas. Por fim, os resultados da pesquisa identificaram que a maioria dos entrevistados contratariam o serviço de planos de saúde para animais de estimação, sendo que o valor que estão dispostos a desembolsar mensalmente fica entre R\$50,00/mês a R\$100,00/mês.

**Palavras-chave:** Plano de Saúde para Animais. Pesquisa de Mercado. Empreendedorismo.

### MARKET RESEARCH: CONSUMER PERCEPTION AS TO IMPLEMENTATION OF A HEALTH PLAN COMPANY FOR DOGS AND CATS

**Abstract:** Entrepreneurship emerged in the Brazilian scenario in the 90s and has been widely discussed, as a driver of development in cities and regions due to the growth of new businesses. However, for companies to achieve success and longevity, it is necessary for them to know the market, which they intend to serve, verifying the acceptability of products and services offered. Thus, this article aims to conduct a feasibility analysis for the implementation of a health insurance company for dogs and cats under the perception of the consumer market. The study fits as a descriptive research of quantitative analysis. The data were collected through questionnaires in electronic format and the results were analyzed through percentages of responses. Finally, the results of the survey identified that the majority of respondents would hire the service of health plans for pets, and the amount they are willing to pay monthly is between R \$ 50.00 / month to R \$ 100.00 / month .

**Keywords:** Animal Health Plan. Market Research. Entrepreneurship.

<sup>7</sup>Acadêmica do Curso de Administração da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: emanuelediel@hotmail.com

<sup>8</sup> Professora do Curso de Administração da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: luoliveira06@gmail.com

## 1 Introdução

O desejo de se tornar empreendedor sendo dono do próprio negócio, nunca esteve tão presente na vida dos brasileiros. Em 2018, dois em cada cinco brasileiros entre 18 e 64 anos estavam à frente de uma atividade empresarial ou tinham planos de ter um negócio (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM, 2018). Porém juntamente com o desejo de empreender acompanham fatores como medo e insegurança.

Com a intenção de minimizar as incertezas decorrentes da abertura de um novo negócio, torna-se importante analisar de forma cuidadosa o ambiente interno e externo, bem como perceber a aceitação do negócio por parte dos possíveis clientes. A pesquisa de mercado, pretende verificar quem são os clientes potenciais da empresa, buscando identificar a aceitabilidade do produto ou serviço.

Percebe-se que os animais de estimação, entre eles os cachorros e gatos, estão presentes na vida das famílias, vivendo dentro dos lares, com cuidados especiais em relação a saúde, alimentação, acessórios, medicamentos, visitas ao veterinário, e demais serviços destinados exclusivamente a esse segmento, surgindo como uma oportunidade de negócio. Segundo Muller (2012), o mercado nacional de produtos e serviços dedicado ao tratamento e cuidado com animais é um setor em grande desenvolvimento, o qual é considerado como uma oportunidade promissora de negócio para o pequeno empreendedor.

A partir desta reflexão surgiu o interesse em verificar a percepção dos consumidores quanto a implantação de uma empresa de planos de saúde para cachorros e gatos no município de São Luiz Gonzaga. Para atingir tal objetivo, realizou-se uma pesquisa quantitativa por meio de questionários *on line* em uma amostra de 67 participantes. Ademais, no desenvolvimento deste trabalho, apresenta-se o referencial teórico e a metodologia de pesquisa utilizada. Em seguida, tem-se a análise dos resultados obtidos pela pesquisa e por fim as considerações finais sobre o estudo e os referenciais utilizados.

## 2 Empreendedorismo

Existem muitas definições para o termo “empreendedor”, porém um dos mais antigos origina-se de Schumpeter (1988), que conceitua o empreendedorismo como

o processo de “destruição criativa”, ou seja, acontece quando produtos ou serviços existentes são destruídos e substituídos por novos. Assim, o empreendedor é alguém que faz novas combinações de elementos criando novos produtos, novos métodos de produção, identificando novos mercados de consumo ou fontes de suprimento, criando novos tipos de organizações e sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros (SCHUMPETER apud DOLABELA, 2008).

Hisrich (2009, p. 30) contribui, afirmando que o empreendedorismo “é o processo de criar algo novo com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e da independência financeira e pessoal”. Para Fillion (2000, p. 25), “o empreendedor é uma pessoa que empenha toda sua energia na inovação e no crescimento, manifestando-se de duas maneiras: criando sua empresa ou desenvolvendo alguma coisa completamente nova em uma empresa pré-existente”.

Com isso, o espírito empreendedor é visto como a energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias (CHIAVENATO, 2004). O empreendedor possui algumas características que os diferencia dos demais, ele é capaz de detectar oportunidades de negócio com agilidade, assumindo os riscos e responsabilidades, buscando a inovação (CHIAVENATO, 2004). No entendimento de Birley (2001, p. 66) “para ser bem-sucedido, o empreendedor não deve apenas saber criar seu próprio empreendimento, deve também saber gerir seu negócio para mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado”.

Para Dornelas (2015), o empreendedor de sucesso possui características extras, além dos atributos do administrador, e alguns atributos pessoais que, somados às características sociológicas e ambientais, permitem o nascimento de uma nova empresa. Os empreendedores são visionários, sabem tomar decisões, transformam algo de difícil definição, em algo concreto, que funciona, sabem agregar valor aos serviços e produtos que colocam no mercado, explorando ao máximo as oportunidades, são tomadores de decisões, são dedicados, determinados e dinâmicos, são líderes e possuem uma rede de contatos que os auxiliam no ambiente externo da empresa, além disso planejam o seu negócio, assumindo riscos calculados. Assim, por meio dessas atribuições, juntamente com o capital intelectual, o empreendedor cria valor para sociedade (DORNELAS, 2015).



O empreendedorismo pode ser reconhecido como de oportunidade ou de necessidade. O empreendedorismo de oportunidade acontece quando o empreendedor visionário sabe aonde quer chegar, cria uma empresa com planejamento prévio, tem em mente o crescimento que quer buscar para a empresa e visa a geração de lucros, empregos e riquezas. (DORNELAS, 2015). No entanto o empreendedorismo por necessidade, caracteriza-se pela busca de meios de segurança e sobrevivência, ou seja, o empreendedor é motivado a instaurar negócios incitado pela ausência de possibilidades de encargos e proventos (MONTEIRO et al., 1988).

Porém, Willians, Round e Rodgers (2009, p. 211), salientam que há muito tempo essa premissa de dualidade constituída por oportunidade e necessidade deveria ser “substituída por uma nuance mais compreensiva da rica e dinâmica motivação presente nas decisões” de tornar-se empreendedor. Portanto, é importante que os empreendedores conheçam com profundidade o negócio que pretendem estabelecer, bem como a dinâmica do mercado, projetando fontes seguras de receitas e direcionando de forma assertiva as ações. Nesse sentido a pesquisa de mercado pode ajudar o empreendedor a direcionar seu empreendimento.

## **2 Pesquisa de mercado**

Acredita-se que as empresas existam para satisfazer as necessidades dos consumidores, portanto entender o comportamento e a percepção dos consumidores em relação aos produtos e serviços é fundamental para o sucesso das organizações. Conforme Solomon (2002, p. 24), “o comportamento do consumidor é o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou dispõem de produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos”. Schiffman e Kanuk (2000) afirmam que o estudo do comportamento do consumidor engloba a exploração daquilo que compram, por que e quando compram, onde e com que frequência compram, além da frequência do uso daquilo que é comprado.

Sabe-se que a tomada de decisão de compra do consumidor é influenciada por um conjunto de fatores, como as diferenças individuais, ou seja, recursos do consumidor, conhecimento, atitudes, motivação, personalidade, valores e estilo de vida; as influências ambientais, relacionadas à cultura, classe social, influência

peçoal, família e situação; e ainda os processos psicológicos, referentes ao processamento de informação, aprendizagem e mudança de atitude e comportamento (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000).

Neste contexto a pesquisa de mercado é uma ferramenta eficaz para a obtenção de informações representativas sobre determinado público-alvo, pois permite testar novas hipóteses, conceitos ou produtos, auxilia na identificação de problemas e oportunidades e ajuda a traçar perfis de consumidores e mercados (IBOPE, 2007). Em se tratando de decisões para novos empreendimentos, que contêm um certo grau de incerteza, tanto em relação à informação nas quais estão baseadas como em relação às suas consequências, a pesquisa mercadológica é a uma orientação importante (SEBRAE, 2019).

Para Mattar (2000), a pesquisa se mercado é a investigação sistemática, controlada, empírica e crítica de dados que visa descobrir, descrever e verificar a existência de relações presumidas entre fatos referentes ao marketing de bens, serviços e ideias e ao marketing como área de conhecimento da administração. Nesse sentido, Fader (2010) afirma que as organizações estão investindo em novas maneiras de mensurar a sensibilidade e as atitudes do cliente baseando-se em estatísticas e base de informações, o que demonstra que a tecnologia tem proporcionado conhecer os clientes cada vez melhor.

Diante desse contexto, acredita-se que usar a tecnologia como instrumento para buscar orientações do mercado por meio de dados de pesquisa é tarefa fundamental para aqueles que pretendem empreender.

### **3 Plano de saúde para animais**

A relação entre homens e animais vem passando por mudanças ao longo do tempo demonstrando crescente envolvimento dos pets na vida das famílias, demandando cuidados e atenção com alimentação, higiene e saúde. No entanto, embora exista extrema relevância dos pets junto às famílias, nos termos da legislação brasileira, um animal de estimação não deixa ele de ser um bem, um semente como bem determina o artigo 82 do Código Civil e, portanto, compõe a esfera patrimonial do indivíduo e, juridicamente, salvo em situações excepcionais, devem eles ser analisados como tal (ROSSI, 2016).

Dessa forma, os planos de saúde animal, na verdade, oferecem um seguro patrimonial para cobertura assistencial de despesas veterinárias, não sendo, portanto, regulamentados pela ANS, não estando sujeitos, portanto ao disposto na Lei 9.656/98, que regulamenta os planos de saúde. No entanto, por se tratar de um contrato ofertado por uma seguradora, necessita estar devidamente registrado junto a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e de acordo com o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que atua como órgão regulador de seguros privados, além de seguir o regime do Decreto Lei 73/66, que regula as operações de seguros privados (ROSSI, 2016).

No Brasil o segmento de planos de saúde animal ainda é considerado um mercado pouco explorado, porém na Suécia, o seguro-saúde de animais data de 1890, enquanto na Inglaterra, o ramo começou a ser explorado após a 2ª Guerra Mundial (MCCONNELL; DRENT, 2010). Nos Estados Unidos, os planos de saúde para animais existem há vários anos, sendo que algumas empresas pagam planos de saúde para seus funcionários e dependentes, e nessa categoria estão incluídos até os animais de estimação da família (PARISI, 2010).

O plano de saúde pode ser uma saída econômica para os donos de animais de estimação, oportunizando ao cão ou gato acesso a todos os serviços que um veterinário oferece. Salienta-se que o plano de saúde para pets possui a mesma lógica dos usados pelos humanos, ou seja, é realizado o pagamento de uma taxa mensal que sofre variação de acordo com o plano acordado. A maioria das empresas oferecem várias opções referente a valores que variam de acordo com o serviço disponibilizado, desde procedimentos básicos, intermediários e de maior abrangência. Em alguns casos o plano chega a oferecer vacinas, acupuntura, homeopatia, implante de microchip e até auxílio-funeral (CANAL DO PET, 2020). Parisi (2010) argumenta que o plano de saúde pode ser vantajoso, pois garante ao animal ter atendimento por serviços especializados como odontologia, ortopedia, oftalmologia e outros, a um preço bastante acessível. Portanto, é importante que o dono do animal saiba claramente as necessidades que deseja contratar, avaliando a melhor opção custo-benefício, observando a cobertura desejada, bem como o horário de atendimento.

### **3 Metodologia**

Para a realização deste estudo, foi adotado alguns procedimentos e métodos. Em relação à abordagem, a presente pesquisa apresenta-se como quantitativa, ou seja, traduz em números opiniões e informações para classificação e análise (GIL, 1999). Quanto aos objetivos, o trabalho enquadra-se como pesquisa descritiva, pois possui como objetivo descrever as características de determinada população, levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2016).

No tocante aos procedimentos, o estudo classifica-se como pesquisa bibliográfica e de levantamento (*survey*). Segundo Gil (2016) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, como livros, teses e dissertações, enquanto o levantamento busca à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, para posteriormente realizar-se as conclusões correspondentes (GIL, 2016). Objetivando a concretização desse trabalho, primeiramente realizou-se uma abordagem investigativa em relação a temática, por meio de livros, blogs e artigos científicos, posteriormente foram elaborados e aplicados questionários, com o objetivo de avaliar a percepção dos consumidores em relação ao negócio proposto.

Os dados foram coletados de forma *on line*, por meio da ferramenta *Google Forms*, sendo enviado pelas redes sociais *facebook* e *whatsApp* visando atingir o maior número de pessoas. No término da pesquisa, considerou-se uma amostra de 67 participantes.

#### **4 Apresentação e discussão dos dados**

A primeira pergunta questionava se o respondente possuía gato ou cachorro como animal de estimação, pois essa era a abordagem principal para dar continuidade na pesquisa. Verificou-se que do total de 75 respondentes, 67 possuíam gato ou cachorro de animal de estimação e, portanto, deram prosseguimento nas demais questões. Na análise do perfil sócio demográfico obtido por meio da amostra de 67 questionários, verificou-se que os respondentes se caracterizam predominantemente como sendo do gênero feminino (65,7%), de idade entre 18 a 24 anos (58,2%), com renda familiar entre R\$ 1.045,01 a R\$ 3.135,00 (47,8%), residentes no município de São Luiz Gonzaga (59,7%). A Tabela 1 demonstra estes dados.

**TABELA 1 – Dados do perfil Sócio Demográfico**

Descrição	%
Gênero	<b>65,7</b>
Feminino	34,3
Masculino	
Idade Menos de 18 anos	7,5
De 18 à 24 anos	<b>58,2</b>
De 25 à 30 anos	20,9
De 31 à 40 anos	6,0
De 41 à 50 anos	3,0
Acima de 51 anos	4,5
Renda	
Até R\$ 1.045,00	14,9
De R\$ 1.045,01 a R\$ 3.135,00	<b>47,8</b>
De R\$ 3.135,01 a R\$ 5.225,00	22,4
Acima de R\$ 5.225,01	14,9
Residência	
São Luiz Gonzaga	<b>59,7</b>
Santo Antônio	1,5
Bossoroca	4,5
Santo Ângelo	3,0
São Borja	3,0
Outro	28,4

Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, as perguntas pretendiam verificar a percepção dos consumidores em relação a implantação de uma empresa de planos de saúde para cachorros e gatos. Para tanto questionou-se primeiramente qual o animal de estimação que o respondente possuía, se gatos ou cachorros, bem como a quantidade. Verificou-se que 41,8% dos participantes da pesquisa possuem gatos, sendo que 28,4% limitam-se em apenas um gato, 7,5% dois gatos, 1,5% responderam ter três gatos, 4,5% apontaram quatro gatos ou mais. Em relação aos cachorros, observou-se que 94% dos entrevistados possuem cachorros, sendo que 43,3% possuem somente um, 26,9% são donos de dois, 13,4% têm três e 10,4% possuem quatro cachorros ou mais. Os resultados demonstram a preferência de cachorros, dentre os dois animais, sendo que a maioria dos participantes afirmaram ter apenas um animal de estimação.

A próxima questão indagou sobre a frequência que os animais são levados ao pet shop. As respostas sinalizaram que 19,4% dos participantes nunca levam os animais ao pet shop, 4,5% levam semanalmente, 3% quinzenalmente, 20,9% mensalmente e 52,2% levam somente quando os animais ficam doentes. Observa-se que a doença é um fator especial para que o animal frequente uma clínica veterinária, ou seja, pode ser um indicativo positivo quanto ao negócio proposto.

Quando questionados sobre os serviços mais utilizados pelos consumidores nas pet shops, percebeu-se que a compra de produtos como ração, brinquedos, coleiras, etc., foram citados por 28,4% dos respondentes, posteriormente, 22,4% apontaram o atendimento veterinário para doenças, 20,9% identificaram o serviço de vacinação, 16,4% banho e tosa e 11,9% outros. Portanto, observa-se que os serviços ofertados que podem compor o plano de saúde enquadram-se nas respostas que tiveram maior aceitabilidade, ou seja, atendimento veterinário para doenças, serviços de vacinação, banho e tosa.

Na abordagem referente a contratação de planos de saúde para animais de estimação, verificou-se que 64,2% dos entrevistados afirmaram que contratariam o serviço, enquanto 35,8% responderam que não, indicado aceitabilidade pelo negócio.

A próxima questão estava direcionada somente para aqueles que responderam que contratariam o plano de saúde, onde questionou-se o valor que estavam dispostos a desembolsar mensalmente nesse serviço. Identificou-se que 37% pagariam menos de R\$ 50,00/mês, 60,9% optaram por pagar de R\$ 50,00/mês a R\$ 100,00/mês e 2,2% pagariam um valor maior estipulado de R\$ 101,00/mês a R\$ 150,00/mês. No entanto, valores maiores que R\$ 150,00/mês não tiveram nenhuma resposta. Portanto, percebe-se que o preço acessível é fator fundamental para o sucesso do negócio.

## 5 Considerações Finais

Os animais de estimação ganharam, nos últimos tempos, o status de membros da família, exigindo atenção e cuidados especiais. Porém quando os problemas de saúde surgem inesperadamente, os custos podem comprometer rapidamente o orçamento familiar. O presente estudo teve como objetivo geral realizar uma pesquisa de mercado para verificar a aceitabilidade para a implantação de um negócio para a venda de planos de saúde para gatos e cachorros no município de São Luiz Gonzaga. Para tal, o trabalho apoiou-se em aspectos teóricos relevantes para o entendimento e compreensão da temática estudada. Salienta-se que poucos artigos abordam a temática, sendo mais evidente em blogs de notícias.

Diante dos dados coletados por meio da pesquisa realizada através de questionários *on line*, percebeu-se que o perfil sociodemográfico dos participantes enquadra-se sendo predominantemente do sexo feminino, com idade entre 18 a 24

anos, a renda familiar situa-se entre R\$ 1.045,01 a R\$ 3.135,00 e a maioria reside no município de São Luiz Gonzaga. Em relação a quantidade de animais, percebe-se que os participantes possuem, na maioria, apenas um animal de estimação, sendo que os cachorros apresentaram preferência pelos entrevistados. Tratando-se da frequência que os animais são levados ao pet shop, verificou-se que as respostas sinalizaram que a maioria dos respondentes levam o animal ao pet somente quando eles ficam doentes, seguido por vacinação.

De modo geral, verificou-se que a maioria dos entrevistados contratariam o serviço de planos de saúde para animais de estimação, sendo que o valor que estão dispostos a desembolsar mensalmente fica entre R\$ 50,00/mês a R\$ 100,00/mês. Assim, após a análise das condições gerais e das informações disponibilizadas, verificou-se a importância dos animais na vida das pessoas, sendo o plano de saúde para cachorros e gatos uma oportunidade de negócio. No entanto sugere-se uma pesquisa mais profunda que aborde às coberturas oferecidas dentro da gama de serviços disponíveis, bem como os convênios com as pet shops, a fim de possibilitar o desenvolvimento de estratégias para a comercialização do mesmo.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS REVENDADORES DE PRODUTOS, PRESTADORES DE SERVIÇO E DEFESA DESTINADOS AO USO ANIMAL (ASSOFAUNA), 2011.

Disponível em: < <http://www.petbr.com.br/asso1.asp>>.

BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. **Dominando os Desafios do Empreendedor**. São Paulo. Makron Books, 2001.

CANAL DO PET. Disponível em:

<<https://canaldopet.ig.com.br/cuidados/saude/2020-02-16/plano-de-saude-para-caes-gatos-animais-vale-a-pena-veterinaria-da-dicas.html>>. Acesso em 17 jun 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 2015.

ENGEL, J. F.; BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W. **Comportamento do consumidor**. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2000.

FADER, P. **Adeus Marketing Velho, Feliz Marketing Novo**. Disponível em: [http://www.sdr.com.br/professores/sdr/Adeus\\_marketing\\_velho.htm](http://www.sdr.com.br/professores/sdr/Adeus_marketing_velho.htm). Acesso em: 15 de abril de 2010.

FILION, Louis Jacques; DOLABELA, Fernando. **Boa idéia! E agora?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

GEM, (Global Entrepreneurship Monitor), Empreendedorismo atrai 52 milhões de brasileiros em 2018. Pesquisa Global Entrepreneurship Monitor confirma a retomada do empreendedorismo por oportunidade no país. **Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios**. 26 fev 2019. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2019/02/empreendedorismo-atrai-52-milhoes-de-brasileiros-em-2018.html>. Acesso em: 12 nov 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

HISRICH, R. D. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Brookman, 2009.

IBOPE - INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de mercado na tomada de decisões**. Disponível em: [http://www.ibope.com.br/calandraWeb/BDarquivos/sobre\\_pesquisas/pesquisa\\_mercao.ht ml](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/BDarquivos/sobre_pesquisas/pesquisa_mercao.ht ml) Acesso em 20 nov. 2007.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MCCONNELL, Carol; DRENT, Dennis P. **Enabling Best Care: How Pet Insurance Can Help**. 2010. Disponível em: [http://files.dvm360.com/alfresco\\_images/DVM360/2013/11/11/a8cb4e97-c6fb-40d4-9b43-f2bb9fa44931/article-712399.pdf](http://files.dvm360.com/alfresco_images/DVM360/2013/11/11/a8cb4e97-c6fb-40d4-9b43-f2bb9fa44931/article-712399.pdf) Acesso em: 17 jun. 2020.

MONTEIRO, B. G., BARTHOLO JUNIOR, R. S., LANGENBACH, M. L., SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MULLER, D. V. **Estudo de viabilidade econômica do segmento de pet shop no município de Ijuí**. Ijuí, 2012. 130f. Monografia (Graduação em Administração de Empresas). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2012.

PARISI, Sílvia C. **Planos de saúde para animais**. Disponível em: <https://www.mulherdeclasse.com.br/PlanoSaudeAnimal.htm>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ROSSI, F. H. **Direito do consumidor é o que normatiza plano de saúde para animal**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jan-24/fernando-rossi-lei-consumo-normatiza-planosaude-animal>. Acesso em 17 jun 2020.



SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA.  
Manual do empresário. Disponível em: Acesso em: 02 jun 2019.

SOLOMON, M. **Comportamento do consumidor**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

WILLIAMS, C. C., ROUND, J., RODGERS, P. **Evaluating the motives of informal entrepreneurs: some lessons from Ukraine**. Journal of Developmental Entrepreneurship. 2009. vol 14. n. 1. p. 59-71. Disponível em: Acesso em: 29 abr. 2018.

## PROPOSTA, CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA NO RESTAURANTE UNIÃO EM SÃO BORJA/RS

**Evandro Della Vecchia<sup>9</sup>**  
**Luís Fernando P. Wesz<sup>10</sup>**  
**Roberto Carlos Dalongaro<sup>11</sup>**



Este artigo foi premiado no grupo de trabalho, sendo publicado na Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI – ISSN 2526-1851, publicada em dezembro de 2020.

<sup>9</sup> Bacharel em Ciência Contábeis. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. [evandro.dv@hotmail.com](mailto:evandro.dv@hotmail.com)

<sup>10</sup> Mestre em Agronegócio. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. [lfernando-wesz@bol.com.br](mailto:lfernando-wesz@bol.com.br).

<sup>11</sup> Doutor em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. [robertocarlosad@hotmail.com](mailto:robertocarlosad@hotmail.com)

## O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE AÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA: O DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES

**Roberto Carlos Dalongaro<sup>12</sup>**  
**Bruno Flores Primmaz<sup>13</sup>**  
**Luís Fernando Peixoto Wesz<sup>14</sup>**  
**Alceu de Oliveira Lopes<sup>15</sup>**



Este artigo foi premiado no grupo de trabalho, sendo publicado na Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI – ISSN 2526-1851, publicada em dezembro de 2020.

<sup>12</sup> Doutor em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com.

<sup>13</sup> Bacharelado em Administração (2º Semestre). URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail: brunoprimmaz5@hotmail.com

<sup>14</sup> Mestre em Agronegócio. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. lfernando-wesz@bol.com.br

<sup>15</sup> Mestre em Engenharia da Produção. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. alceulopes17@hotmail.com

### **1.3 Direito**

#### **1.4 O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade**

##### **Avaliadores:**

**Cristiane Menna Barreto Azambuja**

**Juliana Bedin Grandó**

**Luciano de Almeida Lima**

## REFLEXÕES HISTÓRICAS ACERCA DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS À LUZ DO DIREITO

Ariane Vargas Padilha<sup>16</sup>  
Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>17</sup>  
Leonardo Silveira Farias da Silva<sup>18</sup>

**Resumo:** Nas últimas décadas, devido aos avanços das discussões especialmente levantadas pelos movimentos sociais, surgem os direitos sexuais e reprodutivos enquanto um direito fundamental na construção social do indivíduo. Contudo, analisando documentos jurídicos, os vocábulos sexualidade e reprodução não aparecem com frequência, sendo brevemente contextualizados como um direito próprio. Neste viés, por meio da pesquisa bibliográfica e do método preponderantemente histórico, busca-se descobrir o motivo para isso, levantando questões como: “os direitos sexuais e reprodutivos consistem em um só direito?”, bem como, retomando o momento que, por vez primeira, apareceram os vocábulos sexualidade e reprodução na esfera jurídica e, a partir disso, situar a evolução desse direito até o presente momento.

**Palavras-chave:** Direitos Sexuais e Reprodutivos. Direito Humano. Minorias Sociais.

### HISTORICAL REFLECTIONS ABOUT SEXUAL RIGHTS AND REPRODUCTIVE IN THE LIGHT OF LAW

**Abstract:** In the last decades, due to the advances of the discussions especially raised by social movements, sexual and reproductive rights appear as a fundamental right in the social construction of the individual. However, when analyzing legal documents, the words sexuality and reproduction do not appear frequently, being briefly contextualized as a proper right. In this way, through bibliographic research and the predominantly historical method, we seek to discover the reason for this, raising questions such as: “do sexual and reproductive rights consist of only one right?”, as well as, resuming the moment that, for the first time, the words sexuality and reproduction appeared in the legal sphere and, from there, situate the evolution of this right until the present moment.

**Keywords:** Sexual and Reproductive Rights. Human Right. Social Minorities.

---

<sup>16</sup> Acadêmica do 6º semestre do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania, na linha “Gênero, diversidades e cidadania”. E-mail: arianevpadilha@gmail.com

<sup>17</sup> Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UFN. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”, na linha linha “Gênero, diversidades e cidadania”. E-mail: cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>18</sup> Especialista em Ciências Humanas pela UFFS. Graduado em Serviço Social pela URI – São Luiz Gonzaga. Coordenador e Professor do Curso de Serviço Social da URI. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”, na linha linha “Gênero, diversidades e cidadania”. E-mail: leonardo.farias@saoluiz.uri.edu.br

## 1 Introdução

Durante muito tempo, assuntos como sexualidade e reprodução foram vistos como temas a não serem livremente discutidos e, quando fossem, deveriam ocorrer somente no recanto do lar e de forma breve. Contudo, com o passar dos anos, a sociedade foi evoluindo na sua forma de pensar e haja vista o avanço das lutas emanadas pelos movimentos sociais, assuntos como direitos humanos, direito à liberdade, direito ao trabalho e à educação foram incluídos em todas as cartas de direitos humanos como direitos básicos. No entanto, ainda assim, os direitos sexuais e reprodutivos foram esquecidos.

Nos últimos anos, com o levante dos movimentos feministas e LGBT's (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais), questões relacionadas à sexualidade e à reprodução ganharam destaque na mídia, bem como na esfera jurídica. Possível citar, a título de exemplo, as discussões em torno dos direitos das pessoas transgêneros. Ocorre que os direitos sexuais e reprodutivos estão recebendo notoriedade, mas continua existindo uma lacuna quando tratam-se de normas vigentes relacionadas ao tema.

Dessa forma, é necessário entender o caminho histórico percorrido pelos direitos sexuais e reprodutivos, sua trajetória jurídica e como vieram a ser considerados enquanto um direito humano.

## 2 Considerações acerca dos direitos sexuais e reprodutivos

Com a consolidação dos direitos humanos e a constitucionalização dos direitos considerados fundamentais ocorreu um amadurecimento dos direitos positivados e, conjuntamente com o desenvolvimento social, a transmutação de valores. As minorais sociais, antes inconscientes de seus direitos, partem para efetivamente reivindicá-los, exigindo a proteção de novos institutos que vão sendo considerados imprescindíveis para a vida em sociedade.

Nesse sentido, surgem os direitos sexuais e reprodutivos, como uma nova esfera dos direitos humanos de igualdade, liberdade e dignidade, manifestado inicialmente como um fragmento dos direitos das mulheres e da comunidade LGBT. Somente posteriormente surgiram como um ramo próprio de direito, fundamental na construção do indivíduo (RAMOS, 2020).

Isso posto, consideram-se direitos sexuais e reprodutivos como conceitos diferentes, mas complementares, que conjuntamente reforçam autodeterminação do indivíduo, acerca da sua sexualidade e reprodução.

Para Ramos (2020, p. 993) os direitos sexuais consistem “[...] no conjunto de direitos relacionados com o exercício e a vivência sexual dos seres humanos, o que abarca o direito à livre orientação sexual e implica no reconhecimento da igualdade e liberdade das mais diversas práticas sexuais existentes”. Já o direito reprodutivo, nas palavras de Ramos (2020, p. 993) “consistem no conjunto de direitos relacionados ao exercício da capacidade reprodutiva do ser humano”. Basicamente, garante ao ser humano o direito de escolher como, quando e onde se reproduzir.

Comumente, são referidos esses direitos como sinônimos, considerando que, historicamente, sexo e reprodução eram vistos como um só ato, ou seja, o intercurso sexual tinha o objetivo de gerar filhos. Contudo, para a ordem jurídica, cuidam-se de conceitos distintos, conseqüentemente, de direitos diversos.

Os direitos sexuais possuem uma acepção muito mais ampla, não necessariamente interligando que dá prática do ato sexual se dê a concepção. Assim, a atividade sexual pode ser realizada somente para saciar a reação biológica por prazer. Dito isso, os direitos sexuais resguardam diversos segmentos relacionados à vivência plena da sexualidade, como a livre escolha da orientação sexual e a identidade de gênero, abrangendo toda uma esfera de direitos que surgiram no último século, enquanto o direito reprodutivo se preocupa com a livre capacidade do ser humano de se reproduzir (RAMOS, 2020).

Outro fator que diferencia esses dois direitos é a forma que eles se manifestam em sociedade. Os direitos reprodutivos estão conectados com a luta em prol dos direitos da mulher. O termo apareceu, por vez primeira, como um substituto do vocábulo “saúde da mulher”, no primeiro Encontro Internacional de Saúde da Mulher, realizado em Amsterdã, em 1984. O objetivo, na ocasião, era questionar os padrões sociais estabelecidos para a maternidade, a luta pelo direito do aborto e a distribuição de anticoncepcionais para países desenvolvidos (MATTAR, 2008).

No caso dos direitos sexuais, somam-se as discussões acerca dos direitos dos gays, lésbicas e feministas, no final da década de 80, conjuntamente com o surto da epidemia do HVI/AIDS. Contudo, o termo direito sexual encontrou resistência para efetivamente ser visto como um direito, tanto no plano nacional como internacional (MATTAR, 2008).

Em virtude dos padrões sociais estabelecidos para a reprodução e a sexualidade, foi notoriamente lenta a construção desse direito. Vários poderes sociais consideravam tabu a simples discussão sobre o tema e utilizaram a religião, questões biológicas e morais, para reprimi-lo. As alegações eram de que a mulher deveria permanecer submissa ao homem em todos os aspectos, a sexualidade não podia ser discutida, a reprodução era decisão do homem e a heterossexualidade era a única expressão sexual socialmente aceita. Outras questões de identidade de gênero eram consideradas doenças mentais (ÁVILA, 2003).

Entretanto, a discriminação e a opressão não conseguiram impedir que entidades, como as Nações Unidas, organizassem encontros internacionais, com a finalidade de debater questões sociais relacionadas à igualdade de gênero e pressionar a edição de documentos que garantissem alguma forma de amparo à livre sexualidade e reprodução. Contudo, as diretrizes presentes em tais documentos não possuem um valor imperativo, são compromissos morais, cabendo a cada Estado decidir quanto a sua aderência (LIMA; RANGEL, 2017).

A primeira referência que se tem conhecimento na construção da temática direitos sexuais e reprodutivos inicia-se nos anos 90, nas conferências internacionais organizadas pelas Nações Unidas. Nesse sentido, cita-se a I Conferência Internacional de Direitos Humanos de 1968, que tinha como objetivo discutir acerca da reprodução. Já em 1993, tem-se a II Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos da ONU, cujo principal destaque foi a introdução, pela primeira vez, dos direitos sexuais das mulheres na sua dimensão negativa (RAMOS, 2020).

Nessa acepção, os direitos sexuais e reprodutivos apresentam dois segmentos, o positivo e o negativo, o qual Ramos (2020, p. 994) compreende como:

Os direitos sexuais e reprodutivos possuem: (i) dimensão positiva, que trata da esfera de autonomia dos seus titulares e (ii) dimensão negativa, que se refere às vedações de violência e discriminação com base na sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero.

Entretanto, foi em 1994, na Conferência Internacional de População de Desenvolvimento (CIPD), ocorrida no Cairo, cujo objetivo era discutir políticas públicas acerca de um desenvolvimento sustentável, que foi incluído, pela primeira vez, em um documento oficial a dimensão positiva dos direitos sexuais e reprodutivos, como estado de bem-estar físico, mental e social, caracterizando a todos a oportunidade de uma vida sexual segura e satisfatória, o direito básico de todo casal e indivíduo de



decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos (RAMOS, 2020).

A Conferência, na oportunidade, enfatizou no seu plano de ação a saúde reprodutiva, meramente aparecendo a saúde sexual no texto, como um tópico dos direitos de reprodução e saúde reprodutiva. Ainda assim, foi um importante marco para o reconhecimento futuro dos direitos sexuais (SOUZA, 2010).

Foi na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, Pequim, em 1995, que se consagrou o termo “direitos sexuais”, sendo definido como uma forma autônoma dos direitos reprodutivos, tendo como enfoque a saúde sexual. O Brasil assumiu o compromisso de basear seus programas relativos ao desenvolvimento populacional ao plano de ação, editado com enfoque aos direitos sexuais e reprodutivos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

O plano de ação possuía o propósito de ser um guia para orientar os Estados no desenvolvimento de suas políticas públicas. Como demonstrado no parágrafo 96 da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim:

§96. Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas conseqüências [sic] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995, p.179).

A implementação dessa disposição foi uma vitória para o movimento feminista na luta pelo reconhecimento da autoridade feminina sobre seu próprio corpo para decidir quanto a sua sexualidade e fertilidade, sendo a primeira vez que os direitos humanos das mulheres ingressaram na esfera de interesse dos Estados, tratando-os como questões de interesse público (WICHTERICH, 2015).

Contudo, houve uma estagnação nas discussões depois da conferência de Pequim, em grande parte pela interferência da Igreja católica, representada pelo Vaticano, em razão das crenças religiosas propagadas pela Igreja irem na direção contrária do reconhecimento desse direito.

Nessa senda:

(i) há um único padrão de família, a nuclear, formada por um homem e uma mulher e sua prole; (ii) a sexualidade só deve ser exercida para a reprodução

e, mesmo assim, dentro do casamento; (iii) qualquer tipo de contracepção é sempre mau, e (iv) o aborto provocado, até para salvar a vida de uma mulher, é sempre imoral (MATTAR, 2008, s/p).

Sem dúvida, a Igreja católica e a sociedade patriarcal foram as principais forças contra a construção e efetivação desse direito. Muito em decorrência disso, há poucos documentos normativos, que expressamente estipulam os direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos humanos. A título de exemplo, no Brasil, são pouquíssimas vezes que aparecem expressas as palavras sexualidade e reprodução no ordenamento jurídico brasileiro (MATTAR, 2008).

A princípio, aponta-se que esses direitos decorrem dos princípios basilares dos direitos humanos: à igualdade, à liberdade e o respeito à dignidade humana. Portanto, decorrem dos direitos humanos de primeira geração, ou seja, são vistos como direitos inerentes ao ser humano. Contudo, diante da necessidade de o Poder Público satisfazer esses direitos, diz que configuram também os direitos de segunda geração, compostos pelos direitos econômicos, sociais e culturais, impondo um dever de prestação do Estado frente aos seus cidadãos (NUNES, 2010).

Dessa forma, encontram-se sobre o escopo de proteção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), como um direito humano fundamental indispensável para uma vida digna (NUNES, 2010). Na legislação brasileira, encontram-se os direitos sexuais e reprodutivos de forma subsumidas juntos com direitos humanos já reconhecidos pelo direito brasileiro, como no art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988, que apresenta a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, bem como no art. 226, §7º, da Constituição Federal, que trata da paternidade responsável.

Art. 226 – [...]

§ 7º. Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas (BRASIL, 1988)

Assim, somente na última década, com o amadurecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, que as discussões se tornaram mais afoitas em torno do aspecto sexualidade, por obra da comunidade LGBT, que passou a reivindicar em larga escala

pela proteção jurídica de seus membros, tendo em vista as históricas e constantes violações de direitos humanos a que este segmento estava/está submetido.

Assim, em 2006, nascem os Princípios de Yogyakarta, que se tratam de uma carta de princípios relativos à aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (CAMPOS, 2015). A conferência foi realizada em Yogyakarta, na Indonésia, contando com representantes de 29 países, em caráter não oficial, entre os quais estavam presentes representantes do Brasil. A finalidade, na ocasião, era a elaboração de um documento que orientasse os Estados na aplicação dos direitos humanos quanto à comunidade LGBT e as obrigações dos países em garantir que esses direitos sejam empregados (CAYE; MARQUES, 2009).

O documento contém 29 princípios, que buscam a não segregação dos sujeitos quanto a sua sexualidade, realizando uma reinterpretação dos direitos humanos em torno da sexualidade, como:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Os seres humanos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero têm o direito de desfrutar plenamente de todos os direitos humanos (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p.11).

A carta apresenta em seu texto, além das normas de direitos humanos relativos à orientação sexual e identidade de gênero, recomendações aos Estados para a implementação dos princípios, bem como atribui o dever aos países de executarem programas educacionais concernentes às questões sexuais (ALAMINO; VECCHIO, 2018).

No entanto, o documento não é juridicamente vinculativo, tendo em vista que surgiu da reunião de vários especialistas na área de direitos humanos, sem, contudo, ser parte do sistema da Nações Unidas. Porém, muitos Estados, como o Brasil e a Alemanha, utilizam o documento como um guia na aplicação dos direitos humanos sexuais (ALAMINO; VECCHIO, 2018).

Ainda há muito a ser discutido sobre os direitos sexuais e reprodutivos, pois eles ainda encontram-se em processo de construção, sendo, agora, considerados direitos relativamente novos, que ganharam visibilidade na última década. A luta em prol da igualdade de gênero produziu a desconstrução dos papéis femininos e masculinos em sociedade, levantando indagações como “nosso corpo nos pertence”, intimamente ligadas à questão sexual e reprodutiva. Sendo assim, é por meio das

reinvidicações das minorias sociais que foi possível determinar que direitos sexuais e reprodutivos estão inseridos enquanto um direito humano fundamental, uma garantia necessária para o desenvolvimento do bem estar físico e psíquico do ser humano, na sua procura pela autodeterminação, devendo ser capaz de decidir livremente quanto a sua identidade, sexualidade e reprodução, como também assumir a responsabilidade pela sua conduta.

### 3 Considerações Finais

Diante da análise das discussões propostas, é possível compreender que os direitos sexuais e reprodutivos tratam-se de dois direitos semelhantes, porém autônomos. Os direitos sexuais protegem os diversos segmentos para a plena vivência da sexualidade, enquanto os direitos reprodutivos assistem na livre tomada de decisão quanto aos aspectos da concepção.

Tendo em vista que esses dois direitos se manifestam de forma diversa, tem-se que a reprodução decorre da luta, especialmente emergida dos movimentos feministas, da defesa dos direitos das mulheres. Já a sexualidade surge a partir da luta da comunidade LGBT. Em última análise, os dois se entrelaçam na luta por igualdade de direitos das minorias sociais e, por isso, muitas vezes são confundidos como um só.

Por fim, conclui-se que, apesar de ter sofrido grande repressão por parte da comunidade católica e da sociedade machista e homotransfóbica, o que atrasou em eras o desenvolvimento cultural desse direito, a sexualidade acabou sendo vista positivamente, como uma expressão natural do corpo humano, bem como a reprodução como uma decisão tanto do sexo masculino como do feminino, o que demonstrou um avanço significativo na forma de pensar, prestigiando-se os direitos humanos em detrimento das diferenciações e segregações.

### REFERÊNCIAS

ALAMINO, Felipe Nicolau Pimentel; VECCHIO, Victor Antonio Del. **Os Princípios De Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das Minorias de orientação sexual e de identidade de gênero**. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo v. 113 p. 645 - 668 jan./dez. 2018. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/156674/152166>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ÁVILA, Maria Betânia. **Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública vol.19 suppl.2. 2003. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000800027&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000800027&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CAMPOS, Ricardo Araújo. Princípios de Yogyakarta: o direito ao gozo. **Justificando**. 2015. Disponível em: <[Http://www.justificando.com/2015/09/16/principios-de-yogyakarta-o-direito-aogozo/](http://www.justificando.com/2015/09/16/principios-de-yogyakarta-o-direito-aogozo/)>. Acesso em: 11 jul.2020.

CAYE, Daniel Paulo; MARQUES, Cláudia Lima. **Os Princípios de Yogyakarta e sua interação com o Direito Interno e Políticas Públicas no Brasil**. X Salão de Iniciação Científica. PUCRS, 2009. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaolC/Ciencias\\_Sociais\\_Aplicadas/Direito/70358-DANIEL\\_PAULO\\_CAYE.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaolC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Direito/70358-DANIEL_PAULO_CAYE.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2020.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas. Paris: 10 dez. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 14 Jul.2020.

LIMA, Anderson Petilde; RANGEL, Tauã Lima Verdan. Direitos sexuais em pauta: do reconhecimento da fundamentalidade da sexualidade. **Âmbito jurídico**. 2017. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-163/direitos-sexuais-em-pauta-do-reconhecimento-da-fundamentalidade-da-sexualidade/>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MATTAR, Laura Davis. **Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais - uma análise comparativa com os direitos reprodutivos**. Sur, Rev. int. direitos human. vol.5 no.8 São Paulo Jun. 2008. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-64452008000100004#end](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452008000100004#end)>. Acesso em: 09 jul.2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos uma prioridade do governo**. 2015. Disponível em: <[Http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_direitos\\_sexuais\\_reprodutivos.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2020.

NUNES, Dymaima Kyzzy. As gerações de direitos humanos e o estado democrático de direito. **Âmbito jurídico**, 2010. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/as-geracoes-de-direitos-humanos-e-o-estado-democratico-de-direito/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim: 1995. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2020.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Tradução Jones de Freitas. jul. 2007. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SOUZA, Estella Libardi de. **Sexualidade(s) e Direitos Humanos: "casos difíceis" e respostas (corretas?) do judiciário**. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza: 2010. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3410.pdf>>. Acesso em: 29 jun.2020.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616633/cfi/3!/4/4@0.00:21.6>>. Acesso em: 29 jun.2020.

WICHTERICH, Christa. **Direitos Sexuais e Reprodutivos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. Disponível em: <[https://br.boell.org/sites/default/files/boll\\_direitos\\_sexuais\\_reprodutivos\\_1.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/boll_direitos_sexuais_reprodutivos_1.pdf)> Acesso em: 03 jul. 2020.

## CONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E EROSÃO DEMOCRÁTICA: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

**Guilherme Marques Laurini<sup>19</sup>**  
**João Victor Magalhães Mousquer<sup>20</sup>**



Este artigo foi premiado no grupo de trabalho, sendo publicado na Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI – ISSN 2526-1851, publicada em dezembro de 2020.

---

<sup>19</sup> Acadêmico do 10º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. [guilhermelaurini@hotmail.com](mailto:guilhermelaurini@hotmail.com)

<sup>20</sup> Mestre em Direito com ênfase em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professor Titular do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga e Professor Titular do Curso de Direito da Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem. [advogado.jmousquer@gmail.com](mailto:advogado.jmousquer@gmail.com)

## A (IN)FLEXIBILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DO ESTADO NAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Guilherme Marques Laurini<sup>21</sup>  
Kristie Moraes Pereira<sup>22</sup>  
João Victor Magalhães Mousquer<sup>23</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem como objetivo tratar da incidência do princípio da soberania do Estado nas questões ambientais, assim como a possibilidade ou não de sua flexibilização. Por meio de análise de cunho qualitativo bibliográfico, buscou-se compreender a titulariedade e aplicação do poder soberano em relação ao meio ambiente e sistematizar os interesses políticos e econômicos, internacionais e nacionais. Deste modo, torna-se pertinente a discussão acerca da relação entre soberania e cooperação, assim como o alinhamento destes princípios com o bem comum. Como plano de fundo para tal debate, colocam-se as tragédias ambientais que comoveram o Brasil e o mundo nos últimos anos: Mariana; Brumadinho, as queimadas na Amazônia e; atualmente, as queimadas no Pantanal. Conclui-se que a tutela ambiental deve ser priorizada por todos, fazendo-se necessária a cooperação entre os povos em prol de um ecossistema equilibrado que viabiliza o bem comum.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. Princípio da Soberania. Princípio da Cooperação Internacional.

## THE (IN)FLEXIBILIZATION OF THE PRINCIPLE OF STATE SOVEREIGNTY IN ENVIRONMENTAL ISSUES

**Abstract:** This research aims to address the incidence of the principle of state sovereignty in environmental issues, as well as the possibility or not of its flexibility. Through qualitative bibliographic analysis, we sought to understand the ownership and application of sovereign power in relation to the environment and to systematize political and economic, international and national interests. Thus, the discussion about the relationship between sovereignty and cooperation, as well as the alignment of these principles with the common good, becomes pertinent. As a background for such a debate, the environmental tragedies that have moved Brazil and the world in recent years are placed: Mariana; Brumadinho, the fires in the Amazon and; currently, the burning in the Pantanal. It is concluded that environmental protection must be prioritized by all, making cooperation between peoples necessary for a balanced ecosystem that makes the common good feasible.

---

<sup>21</sup> Acadêmico do 10º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. guilhermelaurini@hotmail.com

<sup>22</sup> Acadêmica do 10º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Kristie.moraes@gmail.com

<sup>23</sup> Mestre em Direito com ênfase em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professor Titular do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga e Professor Titular do Curso de Direito da Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem. advogado.jmousquer@gmail.com



**Keywords:** Environment. Sovereignty principle. Principle of international cooperation.

## 1 Introdução

Estaria o Estado cumprindo com sua função como titular da soberania ao abrir mão ou não da rigidez desta titularidade? Retórica, porém, ainda assim, emblemática é a pergunta. Nos últimos anos, o mundo – mas em especial o Brasil – vem sofrendo com as recorrentes tragédias ambientais, situação que intensifica e polariza o debate acerca da preocupação para com o meio ambiente e coloca em xeque, de forma repetitiva, a incidência do princípio da soberania nas questões referentes ao direito ambiental.

Embora a tendência mundial em direção a internacionalização de tais questões faça crer, *a priori*, que já seja real a flexibilização de tal princípio, a reanálise das ideias democráticas torna, outra vez, complexa a questão. Afinal, a soberania – como bem destacado por Rousseau (2015) – é nada mais do que o reflexo da coletividade. Sendo assim, o ato soberano de abrir mão de sua própria soberania pode ser considerado um dever do Estado ou uma prerrogativa do mesmo? Uma obrigação ou uma alternativa?

O certo é que há um conflito de interesses políticos e econômicos, internos e externos, e que este coloca o meio ambiente em uma posição de desconforto e insegurança jurídica. Não convém ao bem comum a manutenção de tais ideais paradoxais, mas sim a concretização da vontade geral na forma de atos soberanos. O Estado é, afinal, apenas o titular do poder soberano e não seu proprietário absoluto.

## 2 Da soberania

Embora estabeleça o espírito de cooperação como um dos princípios basilares do direito ambiental internacional, a Declaração de Estocolmo não deixa de reconhecer o respeito à soberania e interesses dos estados (UNITED NATIONS, 1972). Em seu vigéssimo quarto princípio, a redação estabelece a cooperação dos Estados como indispensável, sem, no entanto, rejeitar a incidência de sua soberania.

International matters concerning the protection and improvement of the environment should be handled in a co-operative spirit by all countries, big and small, on an equal footing. Co-operation through multilateral or bilateral

arrangements or other appropriate means is essential to effectively control, prevent, reduce and eliminate adverse environmental effects resulting from activities conducted in all spheres, in such a way that due account is taken of the sovereignty and interests of all States<sup>24</sup> (UNITED NATIONS, 1972, p.5).

Ainda que a redação afirme a intenção de levar em conta a soberania e interesse dos Estados, agir em conformidade a isto pode apresentar uma dificuldade maior do que a prevista inicialmente. No entanto, para que tal análise se concretize é necessário, antes de mais nada, uma compreensão acerca da soberania do Estado, sua importância e aplicação.

A soberania, um dos pilares do Estado moderno, surge em resposta a oposição do poder do Estado a outros poderes externos (JELLINEK *apud* DALLARI, 2016), no entanto, foi apenas em meados do século XVI que o conceito se solidificou na ideia que deu origem as teses modernas. Segundo Bobbio (1988, p. 95), o termo soberania – popularizado, mas não inventado, por Bodin –, “significa simplesmente poder supremo”, ou seja, decorre de uma hierarquia de poderes. Isso implica em dizer que há uma subordinação e que o poder soberano estaria no topo desta cadeia. Portanto, se entende por soberania “o poder absoluto e perpétuo que é próprio do Estado” (BODIN *apud* BOBBIO, 1988, p. 96).

Ainda que não conheça superior hierárquico, o poder soberano do Estado possui suas próprias limitações. Sendo a soberania um produto da sociedade (DALLARI, 2016) e um reflexo da vontade geral, é natural que – como se membro fosse – respeite os mandos do próprio corpo, que, neste caso, é formado pelo coletivo de indivíduos.

Ora, sendo o Soberano formado somente pelos particulares que o compõe, não tem, nem pode ter, interesse contrário ao deles; por conseguinte, o poder soberano não possui nenhuma necessidade de garantia em relação aos súditos, porque é impossível que o corpo queira prejudicar a todos os seus membros (ROUSSEAU, 2015, p.23).

Em consequência disto, Rousseau (2015) reconhece o poder soberano como: inalienável, sendo dirigido apenas em prol do bem comum; indivisível, pois a vontade

---

<sup>24</sup> Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os Estados.

geral é única; nunca equivocado quando alicerçado na vontade geral – vontade esta que não deve estar corrompida pela desinformação e pela parcialidade –; e, por fim, limitado apenas pelas convenções da própria coletividade. Além disso, explícita nas ideias de Rousseau, está a realização de que a aplicação da soberania por meio de uma ação – lei – é abstrata e, portanto, sempre será aplicável a uma generalidade.

Por outro lado, a defesa da soberania de forma indiscriminada pode, em alguns casos, se tornar um empecilho aos ideais modernos de desenvolvimento sustentável. No direito ambiental, já é bem estabelecida a ideia de dano transfronteiriço, conceito que contribui para uma concretização da internacionalização das questões ambientais (BRANCHER, 2013).

Em que pese os diversos princípios de cunho econômico e emancipatório reconhecidos como legítimos, nos quais é estabelecido o direito soberano de um Estado explorar de forma responsável os seus próprios recursos naturais – como no vigésimo primeiro princípio da Declaração de Estocolmo (UNITED NATIONS, 1972) –, persiste a preocupação quanto à limitação de tais ações.

Nas conferências e declarações posteriores a declaração supracitada, ganhou força o princípio da cooperação internacional. Não demorou para que a nova dinâmica invertesse a compreensão acerca da soberania permanente. Em primeira leitura, os princípios previstos na Declaração de Estocolmo poderiam levar a crer que, embora essencial, a cooperação internacional precisasse, necessariamente, da soberania para sua concretização. Com a evolução das teorias, a lógica acaba, inevitavelmente, por se inverter.

Conforme Mazzuoli e Ayala (2012), a nova dinâmica se baseia em um balanceamento e limitação mútua da soberania entre os Estados. Embora os novos ideais sejam baseados em consentimento, a cooperação e a responsabilidade se tornam condições para o exercício da plena soberania, invertendo, de certa forma, a lógica das teorias de Estado. Contrariando a ideia clássica estabelecida por Rousseau (2015), a soberania deixa de ser limitada apenas aos ensejos da coletividade, mas passa a se subordinar, também, a cooperação mútua dos Estados.

Se os Estados possuem sua soberania condicionada por um imperativo de proteção do meio ambiente, que por sua vez se reflete por meio do dever de se prevenir danos aos recursos naturais, o reconhecimento de que as ameaças não se restringem aos efeitos de decisões nacionais implica admitir que o exercício da soberania pelos Estados depende, necessariamente, da concretização de um imperativo de **cooperação** para o fim de se assegurar,

de forma duradoura, a **continuidade no acesso aos recursos**, ao mesmo tempo em que se viabiliza a proteção de todas as formas de vida, presentes e futuras (MAZZUOLI; AYALA, 2012, p. 13, grifo do autor).

A legislação brasileira reconhece essa noção por meio da Lei Nº 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais, em seu artigo 77, *caput*. “Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o Governo brasileiro prestará, no que concerne ao meio ambiente, a necessária cooperação a outro país [...]” (BRASIL, 1998). Desta forma, admite-se esforço conjunto como *modus operandi* ao tratar das questões de direito ambiental.

### 3 Da cooperação

Uma vez que os problemas ambientais não respeitam fronteiras e impactam no contexto mundial, tem-se a necessidade de um agir globalmente, respeitando-se o ciclo da natureza por meio de um desenvolvimento social justo, equilibrado e, principalmente, sustentável; pois “cada ser humano só fruirá plenamente de um estado de bem-estar e de equidade se lhe for assegurado o direito fundamental de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado” (MACHADO, 2018, p. 62).

Portanto, antes de mais nada é necessário compreender que a raça humana precisa do meio ambiente para gerir seus interesses particulares. Situação que inicialmente fez com que o planeta fosse explorado sem maiores questionamentos, pois o homem gozaria de certa “superioridade” sobre o natural. Ocorre que há muito a humanidade começou a se preocupar com o seu futuro, o qual está intimamente ligado ao meio em que vive.

“O bem comum se constrói em relações de outriedade; está orientado para o porvir e transcende da realidade presente até o que ainda não é, através do reconhecimento dos potenciais do real e da criatividade humana” (LEFF, 2015, p. 466). E, para tanto, faz-se necessário que todos, individualmente, atuem em conjunto a favor do meio ambiente, indispensável para a vida humana.

Em assim sendo, o crescimento exponencial da população mundial faz com que aumente o consumo de bens naturais, iniciando-se verdadeiro conflito entre países que dispõem de maiores recursos naturais, como é o caso do Brasil, em oposição aos que possuem maior poder aquisitivo, demandando uma colaboração internacional.

O princípio da cooperação, amplamente respaldado em diversas passagens da Declaração de Estocolmo (UNITED NATIONS, 1972), conquistou espaço como a política norteadora para as relações entre Estados em âmbito ambiental. Todavia, conforme análise de Sarlet e Fensterseifer (2014), na redação da Lei Nº 9.605 (BRASIL, 1998) está implícita a intenção do legislador em fazer com que o princípio da cooperação seja aplicável tanto nas relações internacionais quanto nas nacionais.

O texto em tela revela a preocupação do legislador nacional com a dimensão multilateral inerente ao enfrentamento dos problemas ambientais. O dispositivo suscitado, por certo, não se aplica apenas ao cenário internacional, mas incorpora no ordenamento jurídico nacional o princípio da cooperação, devendo o mesmo ser aplicado, como já assinalamos em passagem antecedente, no âmbito interno do Estado brasileiro (SARLET; FENSTERSEIFER, 2014, p. 172).

Segundo Mazzuoli e Ayala (2012), a finalidade principal da cooperação é possibilitar que sejam evitados os danos por meio de prevenção aos atos – de Estados ou de particulares – potencialmente degradantes. Disso decorre a necessidade de atuação sem fronteiras, assim como normas de direito – nacional e internacional – que prevejam a atuação em conjunto, situação facilmente explicada pelo conceito, mais uma vez presente, de dano transfronteiriço.

Como bem ressaltado por Sarlet e Fensterseifer (2014), a legislação brasileira se preocupa, em especial, com a garantia deste princípio, principalmente, por assegurar a troca de informações sobre o meio ambiente. No entanto, assegurar a troca de informações não é a única medida adotada pelos Estados, e tampouco basta para assegurar a cooperação. Conforme Brancher (2013, p. 256):

Não obstante, oferecendo equilíbrio ao exercício da soberania estatal, igualmente é imputado aos Estados um dever de cooperação e de solidariedade na proteção do meio ambiente. Para honrar esse compromisso, os Estados devem adotar a necessária cautela em face dos riscos decorrentes das atividades desenvolvidas sob sua jurisdição, além de lhes ser atribuída a responsabilidade diante da ocorrência de danos ambientais que ultrapassem suas fronteiras e venham a atingir outros Estados.

Por outro lado, Mazzuoli e Ayala (2012) ressaltam a importância em criar mecanismos e instrumentos que possibilitem o acesso à informação e a participação pública na tomada de decisões referentes a conflitos ambientais. Todavia seja possível afirmar que a cooperação é um pressuposto para o exercício pleno da soberania, a criação de mecanismos de participação popular devolve à coletividade o

papel de legitimadora dos atos do Estado; assegurando, assim, o exercício da plena soberania.

#### 4 Considerações Finais

A tutela do meio ambiente possui – nacional e internacionalmente – status de prioridade. Ainda que os conceitos democráticos clássicos nos levem, por vezes, a colocar uma exacerbada importância em tecnicidades, é inegável que alocar recursos e realizar concessões para assegurar a proteção ambiental está de acordo com as aspirações do bem comum.

As teorias modernas colocam a cooperação como um princípio norteador para o direito ambiental, reconhecendo-a, inclusive, como um dos pressupostos para o exercício da plena soberania, esta que antes era limitada apenas pela direta intervenção da coletividade. É possível afirmar que a coletividade segue sendo a legítima emanadora da soberania, afinal, a cooperação está, mesmo que indiretamente, alinhada aos interesses do bem comum, e, portanto, firmemente reconhecida como um dos objetivos do estado democrático de direito.

Portanto, a aplicação do princípio da cooperação internacional constitui um ato legítimamente soberano. Mais do que isso, estabelece um requisito para o exercício da soberania plena.

#### REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. 5ed. Brasília: UnB, 1988.

BRANCHER, Deise Salton. A emergência do direito ambiental internacional. **Revista Direito ambiental e sociedade**, v. 3, n. 1, p. 241-260, 2013. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/viewFile/3625/2075>>. Acesso em 31 out. 2019.

BRASIL, **Lei Nº 9.605**. 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm)>. Acesso em: 27 out. 2019.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 33ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 26. ed., rev., ampl., e atual. São Paulo: Malheiros, 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; AYALA, Patryck de Araujo. Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente: o direito brasileiro e a Convenção de Aarhus. **Rev. direito GV**, São Paulo, v.8, n.1, p. 297-327, Jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322012000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322012000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 out. 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. 2ed. Bauru: EDIPRO, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

UNITED NATIONS. **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019.

## CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

Sarah Sides<sup>25</sup>

Tatiane Munareto<sup>26</sup>

Lizandra Andrade Nascimento<sup>27</sup>

**Resumo:** A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema sério em nossa sociedade. Portanto, abordar o problema é um passo importante para o seu enfrentamento. A ampliação das discussões sobre o tema contribui para fortalecer as redes de apoio, com estratégias de enfrentamento da situação, também para aumentar as denúncias e, conseqüentemente, responsabilizar os agressores. **Objetivos:** Investigar impactos do abuso e demais formas de violência analisando as marcas e traumas que permeiam a constituição psíquica do indivíduo, assim como, estratégias usadas pelos profissionais da saúde para a erradicação da violência e a garantia da saúde. **Metodologia:** A metodologia usada é a revisão de literatura, buscando artigos que tratam da temática, empregando técnicas que envolvem leitura, fichamento e interpretação das referências. **Resultados:** Conforme as literaturas estudadas neste artigo, sabe-se que a violência sexual não apenas causa transtornos psicológicos como também sequelas de níveis cerebrais, alterando regiões como o hipocampo e sua funcionalidade. **Conclusões:** A sociedade e os familiares precisam ter um olhar mais cauteloso sobre esse assunto, assim como os profissionais da saúde devem trabalhar em equipe multidisciplinar, incluindo também profissionais da segurança e justiça, desenvolvendo campanhas contra a violência, para que seja constituída uma rede de apoio e tratamento.

**Palavras-chave:** Abuso sexual. Conseqüências psicológicas. Profissionais da saúde.

## PSYCHOLOGICAL CONSEQUENCES OF SEXUAL ABUSE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: THE ROLE OF HEALTH PROFESSIONALS IN TACKLING VIOLENCE

**Abstract:** Sexual violence against children and adolescents is a serious problem in our society. Therefore, addressing the problem is an important step in addressing it. The expansion of discussions on the topic contributes to strengthening support networks, with strategies to face the situation, also to increase complaints and, consequently, hold aggressors responsible. **Objectives:** To investigate the impacts of abuse and other forms of violence by analyzing the marks and traumas that permeate the individual's psychic constitution, as well as strategies used by health professionals to eradicate violence and guarantee health. **Methodology:** The methodology used is the literature review, looking for articles that deal with the theme, using techniques that

<sup>25</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC- URI. Email: [sarahsides2000@gmail.com](mailto:sarahsides2000@gmail.com)

<sup>26</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. Email: [tati10munareto@gmail.com](mailto:tati10munareto@gmail.com)

<sup>27</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação. Docente na URI- São Luiz Gonzaga. Email: [lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br](mailto:lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br)



involve reading, writing and interpretation of references. **Results:** According to the literature studied in this article, it is known that sexual violence not only causes psychological disorders but also sequelae of brain levels, altering regions such as the hippocampus and its functionality. **Conclusions:** Society and family members need to take a more cautious look at this issue, just as health professionals must work in a multidisciplinary team, including also security and justice professionals, developing campaigns against violence, so that a network of support and treatment.

**Keywords:** Sexual abuse. Psychological consequences. Health professionals.

## 1 Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui-se como um problema sério em nossa sociedade. A discussão sobre o tema ainda é um tabu. Por isso, abordar o problema configura-se como um passo importante para o seu enfrentamento. O presente estudo resulta de inquietações surgidas a partir das aulas dos componentes curriculares de Desenvolvimento e Aprendizagem Motora e Neuroanatomia A, em que estudam-se os diversos aspectos do desenvolvimento humano, refletindo a respeito das principais teorias que embasam esta área. A metodologia utilizada é a revisão de literatura, buscando artigos que tratam da temática para embasar nossas reflexões. Para tanto, as técnicas empregadas envolvem leitura, fichamento e interpretação das referências. A partir da busca de dados, almeja-se compreender os impactos da violência nos indivíduos afetados e em seu contexto, posto que há uma tendência à reprodução e/ou à retroalimentação do ciclo da violência. Propõe-se a reflexão a respeito dos traumas e das repercussões na infância e na adolescência, a partir das situações violentas sofridas em diferentes contextos.

Sendo assim, é necessário garantir condições favoráveis para realizar a transição saudável da infância e da adolescência para a vida adulta, procurando a plena integração social. Também analisa-se o papel dos profissionais da saúde na busca de estratégias de combate aos maus-tratos, visando assegurar a saúde e o bem-estar das crianças e dos adolescentes. Portanto, o reconhecimento do problema é o passo inicial para que possamos proteger crianças e adolescentes. A ampliação das discussões sobre o tema contribui para fortalecer as redes de apoio, com estratégias de enfrentamento da situação, bem como para aumentar as denúncias e, conseqüentemente, a responsabilização dos agressores.

## **Ponderações sobre as Consequências do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**

Sabe-se que crianças e adolescentes, diante da violência, são mais vulneráveis às consequências deletérias para o seu desenvolvimento físico, neurológico, intelectual e emocional, causadas pela vitimização. A violência contra crianças e adolescentes são diversas, exercendo destaque a violência física, que repercute visivelmente em diversas áreas de suas vidas, como na educação, integração social, modificações na saúde física e mental, bem como a alta probabilidade de desenvolverem distúrbios comportamentais. Contudo, em conformidade com a Organização das Nações Unidas, a violência contra a criança e o adolescente é pouco divulgada, o silêncio dos pais potencializa-se quando a violência está relacionada ao âmbito familiar. As vítimas são encaminhadas ao sistema de saúde apenas quando há ferimentos ou riscos procedentes da violência. A ampliação do número de episódios de violência e de casos de abuso infantil, as equipes de saúde precisam capacitar-se cada vez mais para atender diversos casos decorridos da violência. (SANTANA, 2012, , p. 431-439)

As múltiplas sequelas do abuso levam crianças e jovens à unidades de saúde por desnutrição, obesidade e problemas de escolaridade, exigindo da equipe de saúde um olhar mais delicado visando encontrar evidências menores de marcas da violência. Os profissionais que atendem crianças e adolescentes nos hospitais concordam que a violência sempre deixa marcas, sejam físicas, psicológicas, ou desordens comportamentais e sociais que afetam o indivíduo, mas que também vão além dele, repercutindo em toda sociedade, gerando reprodução da violência e retroalimentação do ciclo que ela constrói. Os efeitos da violência na saúde biopsicossocial da criança e do adolescente podem ser em curto e longo prazo (SILVA, 2003). Neste contexto, as experiências de violência ter sequelas mais graves, gerando culpa, vergonha, tristeza e retraimento, com consequências prejudiciais no percurso de vida dos indivíduos. As crianças estão organizando e consolidando as emoções e sentimentos. Sofrer violência nessa etapa implica em sérios danos ao processo de estruturação emocional. A sobrecarga de ter de lidar com experiências marcadas por intensa carga emocional, ameaça a sua integridade física ou as de quem ela ama. Além da depressão, a violência pode incitar o desenvolvimento de outros problemas

de comportamentos muito danosos, a exemplo da ansiedade e do comportamento destrutivo.

Lamentavelmente, mesmo cientes de que há consequências danosas, grande parte dos relacionamentos familiares são permeados pela agressão verbal, através de xingamentos, insultos, negação ao apoio familiar, levando a baixa autoestima das crianças e adolescente, a qual é muito prejudicial nesta fase da vida, pois faz com que as vítimas não acreditem em si e, muitas vezes, sintam-se merecedores da violência sofrida. As campanhas pelo fim da palmada e dos xingamentos, em geral, não atingem plenamente os objetivos de erradicação da violência cometidas no interior dos lares.

É evidente que crianças não encontram motivos no seu próprio ambiente familiar para crer que são importantes, pelo contrário, sentem-se ameaçadas, negligenciadas e abandonadas. As mesmas que vivem nesses ambientes violentos tendem a acreditar que essa é a única forma de socialização, contribuindo para a manutenção da multigeracionalidade da violência, pois reproduzem no seu comportamento social o aprendizado inadequado de que apenas com violência há resolução de conflitos (ALGERI, 2006).

O abuso sexual fornece à criança e ao adolescente informações errôneas sobre relacionamentos entre adultos e crianças, ao crescer e interpretar o ocorrido, percebem que seu amor e sua confiança foram traídos e as consequências podem ser difíceis, pois raramente conseguem voltar a confiar em alguém e isso pode gerar problemas graves em seus relacionamentos sociais e sexuais na vida adulta. O abuso sexual prejudica seriamente as vítimas, desencadeando sentimento de culpa e de vergonha; fazendo com que as crianças sintam-se más, sujas e com pouco valor. Além disso, sentem intenso medo de sofrer novo abuso.

É bastante comum à criança ou ao adolescente que sofre a violência, acreditar ser o responsável, ser o causador de seu próprio sofrimento por ter sido desobediente, mau ou sedutor. Essa crença da criança de que é a culpada, costuma ser reforçada pelo próprio agressor, que justifica o ato violento através da culpabilização da vítima. Em crianças entre três e dez anos de idade, a dificuldade em fixar memórias relativas ao abuso pode estar presente. (ADED NLO, 2006)

De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, a mortalidade da população jovem brasileira é marcada pelas causas externas, como as agressões, homicídios, suicídios, acidentes de trânsito,



acidentes de trabalho, afogamentos, envenenamentos e outras. As agressões (52,9%), seguidas pelos acidentes de transporte (25,9%) e afogamentos (9,0%), são as principais causas de óbito na faixa etária de 10 a 19 anos. Esse perfil se repete nos adolescentes de 15 a 19 anos, no qual 58,7% dos óbitos foram por agressões.

Os maus tratos na infância não provocam apenas traumas psicológicos reversíveis, mas também danos permanentes no desenvolvimento e funções cerebrais. Os hemisférios esquerdos de pessoas vitimadas pela violência desenvolvem-se significativamente menos do que deveriam. (Teicher, 2002)

Estima-se que mais de 10% das crianças com retardo mental e paralisia cerebral são devidos a abuso, 30% possuem algum tipo de déficit cognitivo ou de linguagem, 22% portam distúrbios de aprendizagem, 50% dificuldade na escola, incluindo déficit de atenção e transtornos comportamentais, 50% das crianças abusadas possuem problemas emocionais e cerca de 14% apresentam comportamentos autodestrutivos. A cada ano, as agências de bem-estar do menor dos EUA recebem mais de três milhões de denúncias de abuso e negligência no trato de crianças. (J. Giménez-Pando, 2007)

Como o abuso infantil ocorre durante o período formativo crítico em que o cérebro está sendo fisicamente esculpido pela experiência, o impacto do extremo estresse pode deixar uma marca indelével em sua estrutura e função. Tais abusos induzem a uma cascata de efeitos moleculares e neurobiológicos, que alteram de modo irreversível o desenvolvimento neuronal.

Doenças como depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós-traumático são frequentes em crianças e adolescentes vítimas de abuso, resultando na maioria dos casos adultos impulsivos, delinquentes, hiperativos ou com vícios e abuso de substâncias (álcool, drogas ou comidas). As vítimas submetidas a diversas formas de maus tratos, possuíam alterações no desenvolvimento de seus sistemas límbicos.

O sistema límbico é uma série de núcleos cerebrais interconectados (centros neurais), que desempenham um papel central na regulação da emoção e da memória. O hipocampo e a amígdala são importantes áreas afetadas em pacientes com traumas. O Hipocampo é fundamental na formação e recuperação tanto da memória verbal quanto da emocional, assim como a amígdala está ligada a criação do conteúdo emocional da memória- por exemplo, sentimentos associados ao medo e a reações agressivas. (J. Giménez-Pando, 2007)

Foram encontradas anormalidades significativas de ondas cerebrais em 54% dos pacientes com histórico precoce, assim como estudos mostram que maus tratos sofridos antes dos 18 anos em ambos os sexos possuem sequelas mais significativas do que em idade posteriores. (Teicher, 2002)

Os danos apareceram nas regiões frontal e temporal do cérebro, envolvendo especificamente o hemisfério esquerdo ao invés dos dois lados. Trabalhos resultantes de outros pesquisadores confirmaram a associação entre maus tratos precoces e redução no tamanho do hipocampo adulto, podendo a amígdala ser menor.

Em 1997, J. Douglas Bremner, na época da Escola de Medicina da Universidade de Yale, e seus colegas compararam escanerizações por ressonância magnética sendo dois grupos de 17 adultos, na qual um dos grupos eram compostos por indivíduos que sofreram abuso físico ou sexual na infância, todos eles portadores de distúrbios de estresse pós traumático, o outro grupo era composto por pessoas saudáveis, em sexo, raça e outras características. Os hipocampos esquerdos das vítimas de abuso eram, em média, 12% menores que os do grupo de controle, contudo os hipocampos direitos tinham tamanho normal. Como já era esperado, sendo o hipocampo o principal responsável pela memória, a pontuação desses pacientes também foi menor em testes de memória verbal do que as do grupo que não sofreu abuso.

Stein (1997), da Universidade da Califórnia em San Diego, também encontrou desequilíbrios nos hipocampos esquerdos de 21 mulheres adultas que haviam sofrido abusos sexuais na infância e manifestavam distúrbio de personalidade múltipla, sendo uma condição frequentemente comum em mulheres vítimas de abusos, sendo o hipocampo esquerdo significativamente reduzido.

A pergunta mais frequente era “por que o hipocampo era menor em pacientes que sofreram abusos?”, tanto nos estudos de Bremner, Stein e Dreissen. E das múltiplas respostas viáveis a mais provável é que o estresse exerce uma grande interferência no hipocampo, de modo que seus efeitos não sejam distinguir em níveis anatômicos e sim conforme as pessoas fiquem mais velhas.

O hipocampo não se destaca apenas por seu lento desenvolvimento, mas também por ser uma das poucas regiões cerebral que continuam a produzir novos neurônios após o nascimento, além de possuir uma alta densidade de receptores de cortisol (hormônio do estresse), do que as outras áreas do cérebro. A exposição excessiva desse hormônio pode mudar consideravelmente o formato dos maiores



neurônios do hipocampo e até mesmo matá-lo, além de suprimir a produção de novas células. O impacto sobre o sistema límbico foi apenas a consequência mais esperada do trauma infantil. A vermis cerebelar também pode ser responsável pelos altos níveis de irritabilidade, sendo ela responsável pela liberação de hormônios como dopamina e noropinefrina. Com o descontrole desses hormônios sintomas como depressão, psicose e hiperatividade são frequentes nas vítimas, fazendo com que pacientes vítimas de abusos possuam maiores pontuações nas checagens pois seu vermis não poderia se ativar o suficiente para controlar níveis altos de irritabilidade límbica (STEIN, 1997).

O cérebro humano foi evoluindo e sendo moldado conforme experiências e dificuldades sofridas precocemente, sendo diárias e frequente durante nosso desenvolvimento ancestral.

A alternativa coerente é que a exposição precoce ao estresse gera efeitos moleculares e neurobiológicos que provocam modificações no desenvolvimento neuronal de uma forma adaptativa, preparando o cérebro adulto a sobreviver em um mundo perigoso. Sendo alguns desses efeitos a intensa reação de luta ou fuga.

As condições favoráveis tanto nutricionais, ambiental e contextuais são fundamentais para a realização dessa transição de forma saudável até a vida adulta, estimulando-a cada vez mais à integração social. O isolamento e a falta de apoio e incentivo ameaçam a integridade emocional e corporal, influenciando em etapas do desenvolvimento necessárias, como aprendizado e desempenho em papéis sociais.

Apesar disso, a desigualdade social, o desemprego, os ciclos de pobreza e violência, o tráfico de drogas e a falta de amparo social nas escolas são alguns dos fatores que mais favorecem os episódios frequentes de maus tratos, abandono e de situações traumáticas no cenário onde se situa a miséria urbana (Einstein, 2006).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que o transtorno do estresse pós-traumático e o transtorno depressivo representam percentuais significativos entre os transtornos mentais da infância e da adolescência em nosso país

A prevenção não se destaca apenas na interrupção dos maus tratos mas também com uma relação de confiança, saudável e que transmita proteção e segurança a vítima, tal como programas de prevenções com materiais educativos e informativos adequados, estimulando crianças e adolescentes a falarem caso sofrerem algum tipo de abuso.



É evidente que casos de abuso praticada contra crianças e adolescentes estão cada vez mais frequentes em nossa sociedade. Trata-se de uma situação lamentável e que precisa ser combatida, uma vez que provoca uma série de traumas e prejuízos ao desenvolvimento dos seres humanos.

Campanhas contra a violência e estimulação do diálogo com as vítimas são importantes e necessárias. Não obstante, a sociedade precisa lançar um olhar mais cauteloso sobre o assunto, enfatizando os compromissos dos diferentes segmentos sociais no cuidado e proteção das crianças e dos adolescentes.

Em especial, no que se refere aos profissionais da saúde, que deparam-se com múltiplos casos de violência durante seu cotidiano. Cabe a estes profissionais engajar-se na sensibilização da população, a fim de atuar na prevenção, buscando a erradicação da violência, principalmente contra os indivíduos que vivenciam as etapas iniciais de sua constituição biopsíquica e sociocultural.

Sobre os desafios ao prestar assistência às crianças e aos adolescentes, em virtude do silêncio envolvido nas situações de abuso. As autoras destacam que, na assistência à criança e adolescente vítimas de maus-tratos, há que se considerar que, em aproximadamente 20% de todos os casos, existe o abuso sexual, sempre acompanhado das agressões psicológicas, como em todas as formas de violência nessa faixa etária (Pfeiffer e Salvagni, 2015).

Os casos mais frequentes de violência sexual até a adolescência são decorrentes de incesto, ou seja, quando o agressor tem ou mantém algum grau de parentesco com a vítima, determinando muito mais grave lesão psicológica do que na agressão sofrida por estranhos. Trata-se de uma forma de violência doméstica que usualmente acontece de forma repetitiva, insidiosa, em um ambiente relacional favorável, sem que a criança tome, inicialmente, consciência do ato abusivo do adulto, que a coloca como provocadora e participante, levando-a a crer que é culpada por seu procedimento (o abuso). O agressor usa da relação de confiança que tem com a criança ou adolescente e de poder como responsável para se aproximar cada vez mais, praticando atos que a vítima considera inicialmente como de demonstrações afetivas e de interesse. Essa aproximação é recebida, a princípio, com satisfação pela criança, que se sente privilegiada pela atenção do responsável. Este lhe passa a ideia de proteção e que seus atos seriam normais em um relacionamento de pais e filhas, ou filhos, ou mesmo entre a posição de parentesco ou de relacionamento que tem com a vítima (PFEIFFER e SALVAGNI, 2015).

As abordagens abusivas desencadeiam um sentimento de insegurança e dúvida. A durabilidade e a intensidade desse sentimento dependem da maturidade da vítima, dos seus valores e dos seus conhecimentos, além da possibilidade ou não de



ter com quem dialogar ou obter apoio. Outro ponto abordado pelas autoras é a estratégia utilizada pelos agressores, quando a criança ou adolescente, começam a perceber a anormalidade da situação e busca inverter os papéis, impondo à vítima a culpa de ter aceitado seus carinhos. O agressor procura colocar em dúvida a importância que tem para sua família, diminuindo ainda mais seu amor próprio, ao demonstrar que qualquer queixa da parte dela não teria valor ou crédito (PFEIFFER e SALVAGNI, 2015).

Dessa maneira, em geral, o abusador consegue a garantia de silêncio. Ou seja, pelo menos e pela fragilização, impõe um círculo vicioso de silenciamento e de opressão, ampliando os prejuízos da situação abusiva sobre a estrutura psíquica do abusado. Isso porque, este indivíduo passa a sentir-se desprotegido e/ou negligenciado. Também sente-se envergonhado e inseguro, com medo de que ninguém lhe dê crédito ou ofereça apoio.

Forma-se um pacto familiar pelo silêncio. Em suas palavras: “como parte de uma doença familiar, para que haja a denúncia do abuso sexual, é preciso que haja uma ruptura do equilíbrio doméstico que as pessoas se impõem, em uma distorção relacional denominada família incestuosa” (PFEIFFER e SALVAGNI, 2015).

Sendo assim, as autoras afirmam que é possível perceber que o abuso sexual faz parte de um conjunto de rupturas de relacionamentos, em uma estrutura doente familiar, que vem do histórico de vida de cada membro dessa família, incluindo o agressor. Tal histórico constitui-se como um fator ligado à permissividade ao ato, pela própria desvalorização da infância e adolescência, relaciona-se também do papel da mulher, posto que mantém-se, na maioria dos casos, um pacto de cegueira e surdez coletiva aos apelos, muitas vezes mudos, da vítima (PFEIFFER e SALVAGNI, 2015).

Dessa maneira, as famílias, os profissionais da educação, os cuidadores e os serviços de saúde precisam unir forças para promover relações de afeto e de cuidado com as novas gerações. Esta medida é fundamental para o desenvolvimento seguro e saudável.

Diante dos casos de violência, torna-se necessário prestar um atendimento qualificado, oferecendo suporte para as vítimas, de modo a minimizar os sérios impactos que tais episódios apresentam para a saúde física e psíquica dos indivíduos. Médicos, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas e assistentes sociais necessitam constituir uma rede de apoio e tratamento, para evitar que os maus-tratos se repitam e para garantir que as crianças e os jovens possam ressignificar suas histórias de



vida. Nesse caso, também os profissionais da segurança e da justiça possuem responsabilidades importantes na proteção das vítimas e no oferecimento de suporte para as famílias.

### **Considerações finais**

É evidente que a prática de abuso contra crianças e adolescentes trata-se de uma situação lamentável e que precisa ser combatida, uma vez que provoca uma série de traumas e prejuízos no desenvolvimento humano, como procurou-se demonstrar neste artigo. Retomando-se os dados coletados por meio dos relatórios oficiais sobre a violência contra a criança e o adolescente, sabe-se que, entre 2011 e 2017, no Brasil, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. Dentre os casos registrados no Disque 100, no período de 2011 a 2017, 92% das crianças e adolescentes vítimas de violência eram do sexo feminino. Sabe-se que, 85% das denúncias referem-se à violência contra meninas. Crianças e adolescentes negros representam a maioria das vítimas de violência sexual, atingindo cerca de 51% dos casos. Assim como, 40% do total de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, 21% dos casos vitimando crianças de 1 a 5 anos e 19% situações em que as vítimas são adolescentes de 15 a 19 anos (Organização Mundial da Saúde).

Diante desses números alarmantes, constata-se ser incontestável a importância desta temática nos âmbitos da sociedade, pois cada dia mais nos deparamos com casos de crianças e adolescentes sofrendo diversos tipos de abuso. A sociedade e os familiares precisam ter um olhar mais cauteloso sobre esse assunto, oferecendo suporte para as vítimas, de modo a minimizar os sérios impactos que tais episódios apresentam para a saúde física e psíquica dos indivíduos.

A normalização deste diálogo, assim como novas alternativas de abordagem do tema, são necessárias e de extrema urgência para que se possa cada vez mais erradicar as situações abordadas neste artigo. Profissionais da saúde devem desenvolver campanhas contra a violência e estimulação do diálogo com as vítimas, a fim de atuar na prevenção, buscando então erradicação da violência, pois eles deparam-se em seu cotidiano com múltiplos casos de agressões. E diante dos casos de violência, prestar um atendimento qualificado, oferecendo suporte para as vítimas.

Por fim, é de suma importância a atuação de uma equipe multidisciplinar, médicos, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas, assistentes sociais, e também profissionais da segurança e da justiça, sendo de responsabilidade não somente dos profissionais da saúde, mas a sociedade como um todo, agindo tão quanto com ações profiláticas, para que assim seja constituída uma rede de apoio e tratamento, oferecendo suporte e segurança para os jovens e familiares, bem como na recuperação e na reintegração da saúde física, emocional e social desses indivíduos.

## REFERÊNCIAS

- ADED NLO, Dalcin BLGS, Moraes TM, Cavalcanti MT. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Rev. Psiq. Clín** [Internet]. 2006 [cited 2014 Feb 19];33(4):204-13.
- ALGERI S. A violência infantil na perspectiva do enfermeiro: uma questão de saúde e educação. **Ver. Gaúcha Enferm** [Internet]. 2005 [cited 2014 Feb 19];26(3):308-15.
- ALGERI S, Souza LM. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. **Rev Latino-am Enfermagem** [Internet]. 2006 [cited 2014 Feb 19];14(4):625-31.
- AVANCI J, Assis S, Oliveira R, Pires T. Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. **Ciênc. saúde coletiva** [Internet]. 2009 [cited 2014 Feb 19];14(2): 383-94.
- BORGES, Jeane Lessinger. DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Abuso sexual infantil: indicadores de risco e conseqüências no desenvolvimento de crianças.** Interam. j. psychol. v.42 n.3 Porto Alegre dez. 2008.
- BRASIL. **Ministério da Saúde (MS)**. Violência faz mal à saúde. Brasília: MS, 2006.
- EISENSTIN, Evelyn. Traumas e suas repercussões na infância e na adolescência. **Adolescência e saúde**, [S.L.], v. 3, n. 2, p.26-28, abr./jun. 2006.
- FLORENTINO, Ricardo Bérqamo. **As possíveis conseqüências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.** FRACTAL: Revista de Psicologia. v. 27, n.2, p. 139-144, maio-agosto, 2015.
- PFEIFFER, Luci. SALVAGNI, Edila Pizatto. Visão atual do abuso sexual na infância e na adolescência. **JORNAL DA PEDIATRIA.** Rio de Janeiro. vol.81 no.5 suppl.0 Porto Alegre Nov. 2005.
- SANTANA, Rebeca Pinheiro De; , Judith Sena Da Silva Santana. Marcas e prejuízos da violência contra crianças e adolescentes segundo profissionais de hospitais públicos. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, 9, p. 431-439, jan. 2012.

SILVA MCM; Silva LMP. Guia de assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente em situação de violência: abordagem multidisciplinar. Recife: **Edupe**; 2003.

TEICHER, Martin H. Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil. **Scientific american brasil**, [S.L], v. 1, n. 1, jan. 2002.

## A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE ACESSÍVEL A TODOS

Tatiane Foletto Munareto<sup>28</sup>  
Sarah Ferreira Sides<sup>29</sup>  
Lizandra Andrade Nascimento<sup>30</sup>

**Resumo:** O texto trata das políticas de acessibilidade implantadas na educação brasileira, voltadas à inclusão das pessoas com deficiências no contexto educacional, com ênfase no Ensino Superior. O objetivo é refletir sobre a importância de tais políticas para assegurar a igualdade nas condições de acesso e permanência na Universidade. A metodologia utilizada foi bibliográfica, com base nas legislações e nos escritos de autores ligados à educação inclusiva. Os resultados apontam para as conquistas obtidas e para os desafios a serem enfrentados, principalmente no cenário atual, em que percebemos o encurtamento dos investimentos na área. O estudo não aponta conclusões, mas pontos para reflexão e para o necessário aprofundamento das discussões a respeito das ações a serem empreendidas para a construção da efetiva inclusão, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Inclusão. Ensino Superior. Acadêmicos.

### BUILDING A UNIVERSITY ACCESSIBLE TO ALL

**Abstract:** The text deals with accessibility policies implemented in Brazilian education, aimed at the inclusion of people with disabilities in the educational context, especially in Higher Education. The objective is to reflect on the importance of such policies to ensure equality in the conditions of access and stay at the University. The methodology used was bibliographic, based on the laws and writings of authors linked to inclusive education. The results point to the school achievements and the challenges to be faced, mainly in the current scenario, in which we perceive the shortening of investments in the area. The study does not click, but points for reflection and for the necessary deepening of the actions to be undertaken to build inclusion, from Early Childhood Education to Higher Education.

**Keywords:** Accessibility. Inclusion. University education. Academics.

### 1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir a respeito da educação inclusiva, com ênfase no Ensino Superior. Inicialmente, discute-se o conceito de inclusão e de acessibilidade, enfocando a educação como um direito de todos. A seguir, são

<sup>28</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: tati10munareto@gmail.com

<sup>29</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: sarahsides2000@gmail.com

<sup>30</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação. Docente na URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br

debatidas as estratégias implementadas para assegurar o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na Universidade.

Além do embasamento legal, a partir da promulgação de Leis e Resoluções voltadas à garantia da acessibilidade e da educação inclusiva, faz-se um levantamento teórico a respeito da amplitude da inclusão, que envolve aspectos arquitetônicos, metodológicos, de tecnologia, comunicacionais e de mobilidade. Destacamos, ainda, a acessibilidade atitudinal, uma vez que esta representa um desafio considerável ao processo inclusivo, posto que, observamos ser menos complexo construir rampas de acesso e reservar vagas em estacionamento, do que erradicar preconceitos e posturas excludentes.

Por meio desta abordagem, almejamos propor uma análise ampla da questão, visando, em especial, contribuir para a superação de obstáculos para a inserção das pessoas no contexto educacional. Dessa maneira, procuramos reconhecer os inúmeros avanços obtidos nesse processo, e, salientar a necessidade de ampliarmos os investimentos em acessibilidade, a fim de que possamos construir, efetivamente, uma Universidade e uma sociedade, de modo geral, que sejam, de fato, inclusivas e acolhedoras.

## **2 Perspectiva Histórica da Acessibilidade**

As pessoas com deficiência são aquelas que possuem “impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

A década de 1990 foi marcada por mudanças importantes nas políticas públicas educacionais no que se refere à escolarização de alunos com deficiência, causando avanços importantes que propiciaram a efetivação de uma Escola para todos, onde foi o princípio fundamental da inclusão.

A escola passa a ter o compromisso de atender a diversidade humana, tendo que se adaptar às necessidades individuais de seus alunos e não mais excluir aqueles que não têm a facilidade de aprender, porque essa atitude acaba por negar seu papel enquanto instituição social (FONSECA, 1995).

No ano de 1994 a Conferencia Mundial de Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha, salientou o direito de todos a uma educação de qualidade

assim como o atendimento necessário a suas especificidades, cabendo aos sistemas educacionais elaborarem métodos e programas educacionais inclusivos, que favorecessem a aprendizagem e aprimorando a escola enquanto instituição que propicia uma sociedade inclusiva. (UNESCO, 1994). Essa proposta feita na conferência passa a valorizar a singularidade e não as dificuldades, repudiando o termo deficiência e passando a utilizar uma nova terminologia: Necessidades Educacionais Especiais.

A lei propicia a oportunidade de acesso aos sistemas de ensino, contudo a permanência do acadêmico está relacionada com seu desempenho pessoal. Pois apesar dos avanços significativos, o sucesso e o fracasso ainda dependem do mesmo (MINTO, 2000).

Com a inclusão, a necessidade de acessibilidade passou a ser cada vez mais requerida nas IES. As primeiras modificações referentes à acessibilidade foram feitas no processo classificatório de ingresso no Ensino Superior, sendo sugeridas alterações no momento das provas, e na correção delas. Sendo assim, são exigidas da comissão do vestibular, mudanças, no que se refere aos critérios de avaliação, organização de salas e recursos adaptados necessários para que o candidato possa realizar a prova, como, também, considerar as especificidades inerentes a cada deficiência no momento da correção. (Brasil, 1996). Essa decisão atesta o quanto a inclusão promoveu mudanças na sociedade como um todo, pois as pessoas portadoras de deficiência passaram a conquistar seu espaço como cidadãos, e suas reivindicações apoio no poder público.

A portaria nº 1.679/1999 (1999) “Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”. Onde são estabelecidas as condições tanto em relação ao espaço físico (adaptações de edificações, mobiliários, equipamentos urbanos e espaços) e aos recursos materiais (adaptados a cada deficiência, por exemplo: máquina Braille, eliminação de barreiras arquitetônicas, entre outros) quanto aos recursos humanos (exemplo: intérprete de língua de sinais/língua portuguesa). Além da infraestrutura arquitetônica e recursos materiais acessíveis é indispensável que se invista na formação dos profissionais para que se ofereça um ensino de qualidade visando a completa aprendizagem do aluno.

As políticas públicas Brasileiras estão aperfeiçoando-se cada vez mais nas demandas solicitadas pelas pessoas com necessidades especiais. Além disso, vale

destacar o Plano Nacional de Educação- PNE (Lei nº 10.172/2001, 2001), no qual apresenta a importância da preparação dos recursos humanos (técnicos, pessoal administrativo, auxiliares e professores) no atendimento ao indivíduo portador de necessidade especial.

### **3 Procedimentos metodológicos**

Para a elaboração do estudo, usamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, buscando-se subsídios teóricos para a compreensão e análise do tema. Foram selecionados artigos publicados em plataformas de pesquisas como Lilacs, PubMed, Scielo, centrados na temática Acessibilidade em Instituições de Ensino e seu contexto histórico.

A partir da leitura exploratória desses artigos, realizamos a organização dos tópicos do estudo, procurando contemplar aspectos como a conceituação e o histórico da inclusão no Ensino Superior, bem como o mapeamento dos avanços e dos desafios a serem enfrentados para a concretização do processo inclusivo.

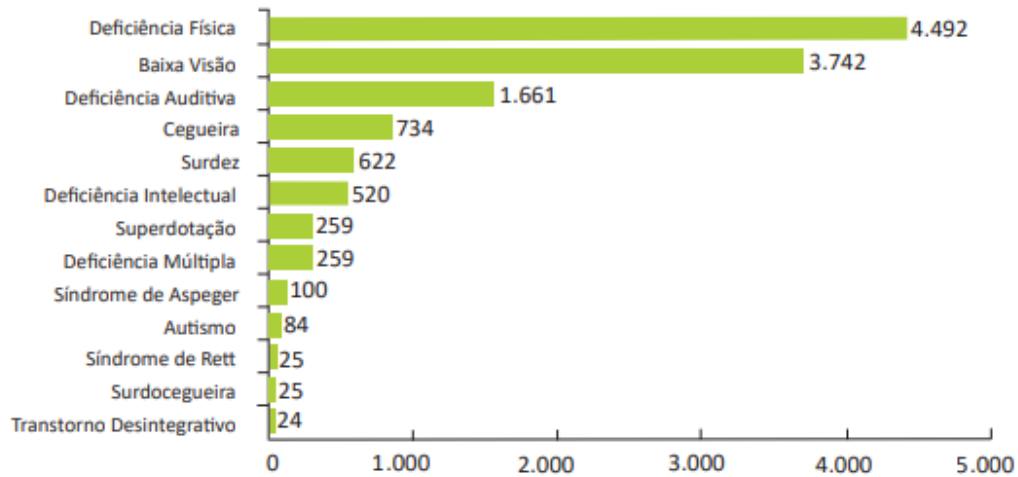
### **4 Resultados e discussões**

Buscando-se dados a respeito da realidade atual do Ensino Superior no Brasil, constatamos que, nos últimos anos houve um crescimento de 590,78% do número de estudantes que ingressou na educação superior (INEP, 2017), nas universidades privadas com bolsas concedidas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para todos (PROUNI). Já nas universidades públicas (estaduais e federais) esse número tende a crescer, tendo em vista as atuais políticas concedidas pelas universidades.

De acordo com o Relatório do Censo da Educação Superior (INEP, 2017), o Brasil tinha, em 2017, 296 Instituições de Educação Superior (IES) públicas e 2.152 privadas, o que representa 87,9% da rede. Dentre as públicas, 41,9% são estaduais; 36,8%, federais e 21,3%, municipais. Neste contexto, três quintos das IES federais são universidades e 36,7% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

No que concerne, especificamente à educação inclusiva, o Censo da Educação Superior, de 2017, apresenta a representatividade do tipo de deficiência, transtorno

global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados em relação aos ingressantes de graduação. No gráfico a seguir, consta o número de matrículas em cada tipo de deficiência.

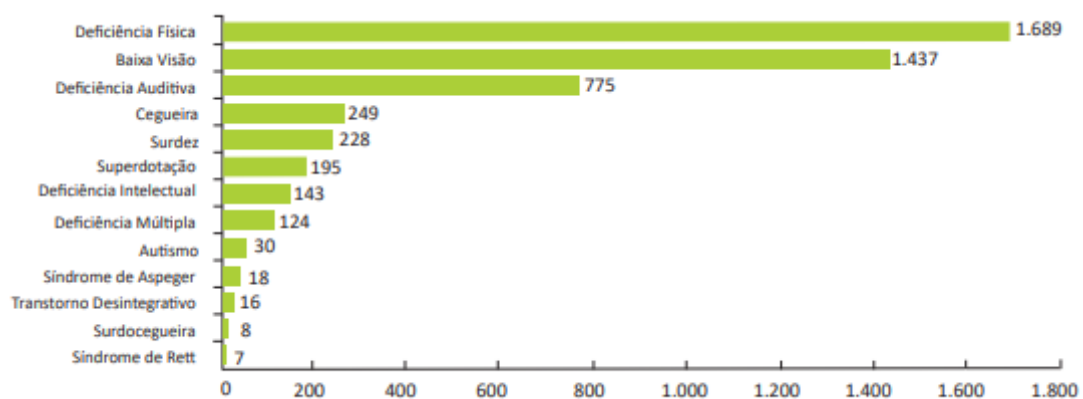


**Gráfico 1** - Representatividade do tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

**Fonte:** Censo da Educação Superior (INEP, 2017).

Conforme o documento, 12.290 ingressantes de graduação declararam-se como deficientes, com transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, o que corresponde a 0,4% do total de ingressantes. Um mesmo vínculo discente, no caso, o de ingressante, pode apresentar mais de um tipo de declaração. Entre as especificações mais comuns, 35,8% aparecem como deficientes físicos, 29,8% registram baixa visão e 13,2%, deficiência auditiva.

Em se tratando da declaração de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, o Censo contabiliza o total de 4.799 concluintes de graduação. Esse total representa 0,4% dos concluintes em 2016.



**Gráfico 2** – Concluintes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

**Fonte:** Censo da Educação Superior (INEP, 2017).



Os dados do Censo (2017) indicam que se mantêm como mais frequentes as declarações de deficiência física (34,3%), baixa visão (29,2%) e deficiência auditiva (15,8%). Vale salientar que tais informações partem do processo de auto declaração, no ato da matrícula, sendo que há possibilidade de um mesmo acadêmico apresentar mais de um tipo de declaração.

Com base no exposto, observamos que as pessoas com deficiência estão sendo incluídas no Ensino Superior, embora esse processo esteja sendo lento. Em conformidade com a Revista do Ensino Superior (2018), apenas 0,45% do total de 8 milhões de matrículas no ensino superior são de alunos com deficiência. Na rede privada, o percentual é ainda menor, 0,35%, enquanto na rede pública ele chega a 0,73%. Na segmentação por curso, eles representam 0,44% das matrículas do presencial e 0,48% do EAD. Na primeira modalidade, os cursos com maior população de deficientes são: Direito, Administração, Psicologia, Engenharia civil e Pedagogia. Já no EAD, as cinco primeiras colocações são ocupadas pelos programas de Pedagogia, Administração, Serviço social, Gestão de pessoal / RH e Ciências contábeis. Em termos de ingressantes, o universo soma pouco mais de 12 mil alunos e de concluintes, de apenas 4,8 mil. A evasão entre os estudantes com deficiência é de 27%, sendo maior na rede privada: 31,5%. A deficiência física é a mais comum entre os matriculados e atinge mais de 12,7 mil pessoas inscritas. Depois disso vem baixa visão (11 mil alunos), deficiência auditiva (5 mil) e cegueira (2 mil).

Desse modo, observamos que houve avanços no que tange ao acesso da pessoa com deficiência às Universidades. Contudo, é preciso buscar formas de ampliar o número de matrículas, e, principalmente, buscar estratégias para garantir a permanência desses indivíduos no Ensino Superior.

## **5 Considerações Finais**

No contexto contemporâneo, vivenciamos a urgência pela humanização das relações interpessoais e pela superação de preconceitos e discriminações. A defesa da inclusão e da acessibilidade configura-se como passo decisivo para a erradicação da exclusão e para a aceitação das diferenças, percebendo-as não como empecilhos, mas como fator de enriquecimento da sociedade, por possibilitar a diversidade.

Observamos que é necessário assegurar que os dispositivos legais sejam efetivados na prática. Ou seja, temos um considerável respaldo das legislações relacionadas com a inclusão no Ensino Superior. Nesse sentido, destacam-se os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de julho de 2013; o Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior (IFES - 2013); a Nota Técnica 385/2013; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência; e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação 2015.

O desafio que se impõe a toda a sociedade, no momento atual, é a implementação destas legislações, na prática cotidiana, de modo que seja garantido o direito à inclusão e à plena participação das pessoas com deficiência em todos os segmentos sociais, em especial, no que trata da inserção e permanência no Ensino Superior, foco deste estudo. É preciso que todos se comprometam com a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, uma vez que tal processo não é de responsabilidade exclusiva dos próprios indivíduos e de seus familiares ou das instituições educacionais. Defender uma sociedade inclusiva deve ser prioridade unânime, demonstrando que a humanidade avança em termos de solidariedade e cidadania.

Especificamente no que concerne às Universidades, verificou-se um acréscimo, mesmo que discreto e além do esperado, no ingresso de acadêmicos que declaram possuir deficiências. Todavia, ainda é elevado o índice de evasão, indicando a necessidade de construção e implantação de estratégias voltadas à permanência destes indivíduos na academia. Sendo assim, o mapeamento do contexto atual deve propiciar a elaboração de estratégias para o enfrentamento da exclusão e a construção da cidadania das pessoas com deficiência. Uma das ações indispensáveis é procurar dar visibilidade ao tema, de modo que as pessoas apropriem-se dos mesmos e debatam criticamente sobre a inclusão no contexto universitário. Estes debates são imprescindíveis para aprimorar as políticas e as ações de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.

Outro fator decisivo para a consolidação da educação inclusiva é a discussão sobre os aspectos atitudinais, físicos, arquitetônicos, digitais, pedagógicos e de mobilidade relacionados à inclusão. Isso porque, a acessibilidade é ampla e envolve, além da remoção de barreiras para a livre circulação nos espaços físicos e para o



acesso a informações, a transformação das atitudes, constituindo padrões de relações interpessoais baseadas no respeito mútuo, na aceitação e na solidariedade. Portanto, torna-se significativo ampliar os espaços de reflexão sobre a temática, buscando a superação das barreiras que ainda entravam a mobilidade urbana e o acesso ao Ensino Superior.

Constatamos que a exemplo da Universidade, as demais instituições podem aprofundar e consolidar o processo de inclusão, a fim de que possamos, em breve, viver em uma sociedade humanizada, solidária e que respeita as diferenças. Cada instituição necessita assumir a sua parcela de responsabilidade, cooperando para a inclusão social de tais, assim como uma sociedade tolerante, justa e livre de preconceitos.

Vale ressaltar, ainda, que a acessibilidade precisa ser concebida como condição política de inclusão escolar por meio de ações que promovem o acesso, a participação e a aprendizagem, viabilizando o desenvolvimento dos indivíduos, enquanto sujeitos capazes de aprender e de construir a autonomia, com flexibilidade e respeito à dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/GM. (1996). Aviso Circular nº 277, de 08 de maio de 1996. Brasília - DF. Recuperado: 12 mar. 2015. Disponível: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf).

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1.679**, de 2 de dezembro de 1999 (1999, 2 de dezembro). Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Recuperado: 2 mar. 2015. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001 (2001, 9 de janeiro). Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep]. **Sinopses estatísticas da educação superior - graduação: censo da educação superior de 2017**. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>.

FONSECA, V. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução as ideias de Feurstein. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

MINTO, C.A. **Educação Especial**: da LDB aos planos nacionais de educação - do MEC e proposta da sociedade brasileira. Revista Brasileira de Educação Especial, 6 (1), 1-26, 2000.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. In: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas: Acesso e Qualidade. Salamanca: Unesco. Recuperado: 23 fev. 2015. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

**1.5 Saúde**

**1.6 Saúde e movimento humano**

**Avaliadores:**

**Ana Helena Braga Pires, Bruno Costa Teixeira e Francesco Pinto**

**Boeno**

## ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE Juventude e Projetos de Vida

José Konzen<sup>31</sup>  
Lizandra Andrade Nascimento<sup>32</sup>

**Resumo:** O projeto de extensão *Orientação Profissional – Projetos de Vida* oportuniza a reflexão e o diálogo sobre o mundo do trabalho, as exigências em termos de habilidades e competências, bem como as possibilidades de realização na contemporaneidade. A metodologia utilizada contempla as seguintes ações: a busca de aprofundamento teórico sobre orientação profissional; realização de entrevistas com as turmas de terceiros anos do Ensino Médio e oficinas de orientação. Torna-se fundamental a parceria com as equipes diretivas e com as orientadoras educacionais, e, ainda, envolver as famílias nas reflexões. O projeto tem sido exitoso, pois propicia o autoconhecimento, de forma que os estudantes analisam suas próprias competências, fragilidades e tendências. As oficinas proporcionam a ampliação de informações sobre o mundo do trabalho, levando os jovens a conhecerem as especificidades e as exigências atuais, articulando a adequação ao mercado com seus anseios e seu perfil. Vale salientar, também, o incentivo aos estudantes para que invistam em seus sonhos, mesmo diante de um cenário de crise, buscando renovar a esperança e o entusiasmo pelos estudos e pela formação profissional.

**Palavras-chave:** Orientação Profissional. Projetos de Vida. Juventude. Mundo do Trabalho.

## ORIENTACIÓN PROFESIONAL ACTUAL Juventud y Proyectos de Vida

**Resumen:** El proyecto de extensión Orientación profesional - Proyectos de vida brinda oportunidades de reflexión y diálogo sobre el mundo del trabajo, los requisitos en términos de habilidades y competencias, así como las posibilidades de realización contemporánea. La metodología utilizada contempla las siguientes acciones: la búsqueda de la profundización teórica sobre la orientación profesional; entrevistas con clases de tercer año de secundaria y talleres de orientación. Es fundamental asociarse con equipos directivos y asesores educativos, y también involucrar a las familias en las reflexiones. El proyecto ha sido un éxito, ya que aporta autoconocimiento, para que los alumnos analicen sus propias habilidades, debilidades y tendencias. Los talleres brindan la ampliación de la información sobre el mundo laboral, llevando a los jóvenes a conocer las especificidades y requerimientos actuales, articulando la adecuación al mercado con sus deseos y su perfil. También cabe mencionar el incentivo para que los estudiantes inviertan en sus sueños, incluso ante un escenario de crisis, buscando renovar la ilusión y el entusiasmo por los estudios y la formación profesional.

<sup>31</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da URI São Luiz Gonzaga. Mestrando em Educação – URI-FW. E-mail: jkonzen41@gmail.com

<sup>32</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Professora na URI – São Luiz Gonzaga. Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da URI-SLG. Atua na área da Educação, com ênfase em Psicologia da Aprendizagem e Relações Humanas. E-mail: lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br

**Palabras-clave:** Orientación Profesional. Proyectos de Vida. Juventud. Mundo del trabajo.

## 1 Introdução

O projeto de extensão intitulado ***Orientação Profissional – Projetos de Vida*** foi proposto com o propósito de promover ações diversificadas voltadas à escuta dos anseios, à ampliação dos conhecimentos a respeito dos diferentes cursos e profissões disponíveis na contemporaneidade e à orientação profissional. Ao longo de sua execução, comprovamos a relevância da temática central desta proposta – a abertura de espaço de diálogo com os estudantes.

Como o próprio título do projeto salienta, as ações não se restringem à discussão sobre profissões e tendências de mercado. Por tratar-se da discussão sobre PROJETOS DE VIDA, procura-se abordar, de forma ampla, o mundo do trabalho e suas especificidades no contexto atual, o sentido da vida e a necessidade de desenvolvimento das múltiplas lateralidades humanas. Assim, mais do que auxiliar os jovens na escolha de uma profissão, almejamos subsidiá-los em um processo de reflexão sobre sua pertença ao mundo e sua inserção na comunidade como cidadãos.

## 2 Orientação Profissional e Construção de Projetos de Vida

A partir do propósito de propiciar o autoconhecimento, a reflexão sobre o mundo do trabalho e a valorização dos estudos e da formação profissional, o projeto de extensão universitária ***Orientação Profissional – Projetos de Vida*** é operacionalizado em uma perspectiva ampla. Como referem Melo-Silva, Lassance e Soares (2004), no contexto brasileiro, a Orientação Profissional é compreendida como a ajuda para a tomada de decisão em momentos específicos, tais como: a passagem de um ciclo educativo a outro; a transição dos estudos ao mundo do trabalho; mudança de ocupação ou emprego ou preparação e adaptação para a aposentadoria.

No decorrer da execução do projeto, foram empreendidas diferentes ações, dentre as quais destacam-se: a busca de aprofundamento teórico sobre orientação profissional; visita às Escolas; realização de entrevistas com as turmas de terceiros anos do Ensino Médio; preparação dos encontros a partir das sugestões coletadas sobre os temas a serem abordados; reuniões periódicas com os coordenadores de

cursos e direção da URI – São Luiz Gonzaga; realização das oficinas; avaliação e replanejamento.

Para Krawulski (1991), a Orientação Profissional diz respeito ao acesso a informações profissionais sobre cursos, mercado de trabalho, oportunidades, especializações, como também ao papel de auxiliar aos jovens a fazerem uma reflexão sobre a relevância do trabalho. Desse modo, a orientação profissional propicia mais do que a escolha de uma ocupação ou emprego. Mais do que isso, permite a reflexão sobre a adequação das próprias potencialidades às exigências do mercado de trabalho, bem como aos significados do exercício profissional e o espaço que este ocupa na vida dos indivíduos.

Um dos aspectos contemplados na formação educacional e profissional dos estudantes é a análise da diversidade de opções do mundo de trabalho e a compreensão das habilidades requeridas pelas distintas profissões. Isso porque, o aprofundamento de conhecimentos, a fim de que os jovens percebam que não basta gostar de determinada área, é necessária analisar criticamente a disponibilidade das habilidades requeridas para o exercício desta profissão e estar ciente de quais as exigências deste ramo de atuação, uma vez que, muitos indivíduos frustram-se ao ingressar em determinada área, e, posteriormente, perceber que não possuem condições exigidas nesta função. Dentre tais condições destacam-se habilidades, conhecimentos, inclinações e até desejo.

Diante disso, um dos compromissos de um processo de orientação é possibilitar o contato com o mercado de trabalho e com o maior número possível de profissionais, para que os jovens possam dialogar com pessoas que estão atuando nas diferentes áreas, podendo conhecer, amplamente, as dificuldades, as conquistas e os desafios enfrentados no cotidiano. Com base nestas informações, as escolhas poderão ser mais sensatas, baseando-se na reflexão sobre si mesmos (conhecendo suas potencialidades e limitações) e sobre as profissões (averiguando como são os cursos de formação e a realidade do mercado em cada ramo).

Mandelli, Soares e Lisboa (2011, p. 6) afirmam que:

O orientador profissional tem o compromisso social de sensibilizar os jovens para uma escolha profissional/ocupacional coerente com suas possibilidades. E, ainda, para a construção de uma identidade profissional pautada no autoconhecimento, na informação sobre o mercado de trabalho e no desenvolvimento de um posicionamento crítico e consciente a respeito de suas escolhas e de suas limitações. É necessário compreendermos a OP



para além da escolha do curso universitário, posicionando-a como facilitadora de escolhas.

Orientar os estudantes envolve a responsabilidade pela escuta dos anseios dos mesmos, em primeira instância, para que se sintam acolhidos e compreendidos. A seguir, é preciso promover o autoconhecimento, de modo que os jovens reflitam sobre si mesmos e busquem a superação de possíveis limitações, percebendo-se capazes de avançar em termos de conhecimentos e de habilidades. O passo seguinte refere-se à leitura de mundo, tal como a concebe Paulo Freire (1996), a partir da qual os indivíduos podem entender de forma crítica o contexto em que se inserem, verificando a profissão não apenas como forma de assegurar o sustento próprio e da família, mas como meio de desenvolver-se e de exercer a cidadania, contribuindo para a edificação de um mundo melhor para o coletivo.

Como defendem Mandelli, Soares e Lisboa (2011, p. 8), o projeto de vida está associado a uma possibilidade de futuro, implicando um movimento através da temporalidade. Segundo as autoras, quando se trata de projeto refere-se a possibilidades de vir a ser, de "[...] identidades futuras possíveis. Todas poderiam estar expressando a inesgotável plasticidade do humano contida naquela tenra vida" (CIAMPA, 1987, p. 35).

De acordo com Ciampa (1987), cada um configura uma identidade pessoal a partir de suas relações sociais, de suas histórias de vida. Assim sendo, o projeto de vida não apenas reproduz a cultura, mas constitui-se como possibilidade de mudança. Portanto, como argumenta Soares (2002, p. 76):

[...] o projeto é, ao mesmo tempo, o momento que integra em seu interior a subjetividade e a objetividade e é, também, o momento que funde, num mesmo todo, o futuro previsto e o passado recordado. Pelo projeto, se constrói para si um futuro desejado, esperado.

Conceber a orientação profissional como constituição de projeto de vida vincula-se com a integração das múltiplas dimensões humanas e com a canalização das potencialidades individuais para a realização pessoal e profissional. Nessa perspectiva, a noção de planejamento torna-se fundamental, para que os estudantes possam elaborar seus planejamentos, organizando sua trajetória e estabelecendo as principais atividades e comportamentos necessários para o alcance de objetivos e metas.

O projeto é a antecipação no futuro dessa trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. [...] O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significados à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade (VELHO, 1994, p. 101).

Um dos resultados esperados com o desenvolvimento do presente projeto é o fortalecimento da articulação da URI – São Luiz Gonzaga com a comunidade local e regional, oportunizando aos jovens a construção de seus projetos de vida, buscando a realização pessoal e profissional e a inserção exitosa no mercado de trabalho, atreladas ao exercício da cidadania. Para tanto, nesta etapa inicial, estabelecemos contato com a 32ª Coordenadoria Regional da Educação, a fim de verificar quais as escolas da microrregião de São Luiz Gonzaga possuem Ensino Médio e qual o fluxo de estudantes neste nível de ensino. Deste contato resultou o mapeamento das escolas a serem visitadas no próximo ano para contato com os alunos das turmas de 3º ano, buscando sua participação nas ações de orientação profissional.

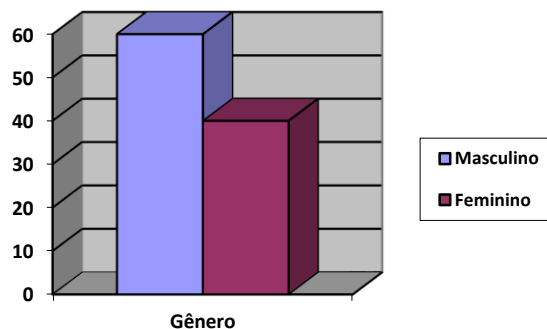
A preocupação com o ingresso dos estudantes no Ensino Superior é significativa e necessária. Conforme o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2018, apenas 23,1% dos jovens brasileiros estavam cursando faculdade. O Brasil tem a pior taxa entre os países da América Latina, ficando atrás do México (23%), Costa Rica (28%), Colômbia (29%), Chile (34%) e Argentina (40%). A melhor média é a da Coreia do Sul, em que 70% da população de 25 a 34 anos está na Universidade.

Este relatório indica índices preocupantes quanto à conclusão do Ensino Superior. Segundo o estudo, 67% dos estudantes não conseguem concluir a graduação no tempo previsto. Há um elevado número de desistência da formatura. Uma das razões pode ser a redução nos sistemas de financiamento do Ensino Superior (ProUni e FIES), bem como nos benefícios concedidos nas Universidades Federais, como bolsas e benefícios para transporte e alimentação. Isso é contraditório com relação aos outros países estudados na pesquisa, nos quais os investimentos em programas de acesso e permanência na Universidade foram ampliados.

Sendo assim, percebemos que a realização do projeto configura-se, também como uma forma de incentivar os alunos a continuarem seus estudos, percebendo as oportunidades de realização pessoal e profissional, principalmente no que se refere à inserção no mundo do trabalho e alcance de melhores condições de vida.

Capella (2016) caracteriza o empreendedor como um ator que persegue seus interesses de maneira intencional, promovendo alterações nos arranjos institucionais. Em decorrência da ação dos empreendedores, as organizações transformam-se, aproveitando as oportunidades que surgem e adaptando-se às exigências do mundo do trabalho. Os profissionais que demonstram a capacidade de empreender mobilizam recursos e habilidades analíticas, políticas e culturais, constituindo novas alianças e fortalecendo a cooperação de outros atores com suas ideias.

Ao propormos questionários às turmas de Ensino Médio, obtivemos dados significativos sobre o perfil e as expectativas dos jovens. No que se refere ao gênero dos participantes, a maioria dos participantes nas atividades do projeto é do sexo masculino, sendo 40% meninas e 60% meninos, como expressa o gráfico a seguir.



**Gráfico 1:** Gênero dos estudantes entrevistados  
**Fonte:** Equipe do projeto

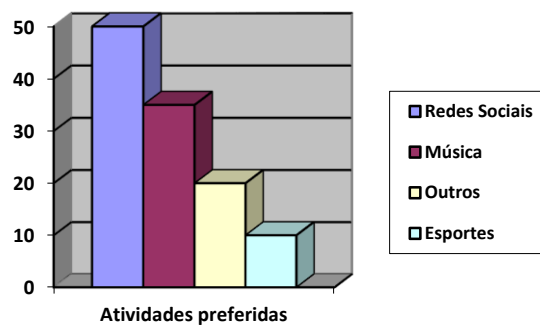
Em se tratando da faixa etária, constatamos que a maioria possui menos de 18 anos (15, 16 e 17 anos), num percentual de 50%. O restante possui idades variadas: entre 18 e 24 anos, 40%, entre 25 e 27 anos, 7% e com mais de 27 anos, 3%.

Inicialmente, indagamos sobre a relação familiar. A figura materna aparece como principal companhia para os jovens. Ao questionarmos com quem residem e com quem passam a maior parte do tempo, os respondentes apresentaram os seguintes escores: mãe = 40%, pai = 25%, irmãos = 20%, avós = 5%, amigos = 5% e outros = 5%. A mãe também é indicada como principal suporte diante de dificuldades. Ao pedirmos que indicassem a quem recorrem quando vivenciam alguma dificuldade, os participantes apresentaram as seguintes respostas: 55% = mães, 20% aos pais, 15% aos professores, 5% aos avós, 3% aos irmãos e 2% aos amigos.

Observamos a relevância do papel do professor, posto que esse profissional torna-se referência para os estudantes em várias situações vivenciadas pelos jovens.

Em alguns casos, o professor é mais solicitado que o próprio progenitor dos indivíduos.

As peculiaridades dos jovens dos tempos atuais ficam evidentes nos diálogos com as turmas. Ao questionarmos sobre suas atividades favoritas, verificamos que as redes sociais são as principais distrações dos estudantes na atualidade. Também é um indicativo para pensarmos sobre os riscos do sedentarismo, uma vez que os esportes aparecem em último lugar entre as preferências do grupo.



**Gráfico 2:** Atividades preferidas pelos estudantes  
**Fonte:** Equipe do projeto

Quando perguntamos aos jovens sobre as profissões que mais lhes interessam, verificamos que há uma diversidade de opiniões, como indica a tabela a seguir:

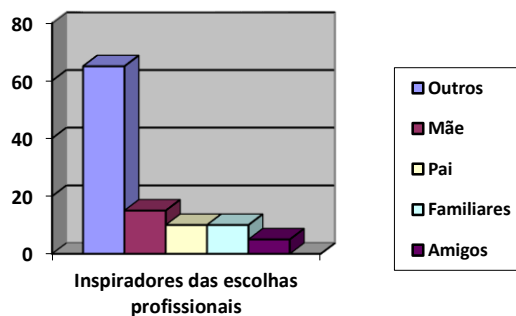
Ordem de indicação	Profissão
1º.	Medicina
2º.	Veterinária
3º.	Agronomia
4º.	Carreira Militar Técnico em Agropecuária
5º.	Youtuber
6º.	Estética
7º.	Polícia Civil
8º.	Psicologia
9º.	Professor (diversas áreas)
10º.	Direito Fotógrafo
11º.	Eletricista Educação Física
12º.	Música
13º.	Administração Esporte Psiquiatria Bombeiro Gastronomia
14º.	Confeitaria

15º.	Astronomia Engenharia Elétrica Ciências Contábeis Ciências da Computação Pizzaiolo Professor de Filosofia Professor de Física Professor de Matemática
16º.	Técnico em Enfermagem
17º.	Mecânico Garçom

**Quadro 1:** Profissões preferidas pelos jovens  
**Fonte:** Equipe do projeto

Constatamos alterações significativas com relação às edições anteriores do projeto. Além da convicção das escolhas, como já havíamos detectado, percebemos que a diversidade de profissões ampliou-se, sendo incluídas ocupações ligadas às peculiaridades da realidade atual, incluindo atividades como youtuber, estética e pizzaiolo. Também ampliou o interesse por cursos técnicos.

Na sequência, perguntamos sobre quem os inspira na escolha profissional. A maioria afirma buscar inspiração em profissionais de sucesso e em atividades que lhes parecem promissoras, em geral, por influência das mídias. Também são apontados como inspiradores: a mãe (15%), o pai (10%), os familiares que obtiveram sucesso na carreira (10%) e os amigos (5%).



**Gráfico 3:** Inspirações para a escolha profissional  
**Fonte:** Equipe do projeto

Assim como em edições anteriores, os jovens indicam como principais aspectos a serem considerados na escolha da profissão, consta como principal fator a vocação e/ou talento para a área. A seguir, aparece a existência de mercado de trabalho e a disponibilidade de vagas. Dentre os outros fatores indicados pelos estudantes, destacam-se a remuneração/melhores salários, as tendências atuais do

mercado, o histórico familiar e/ou as influências de familiares, bem como a relação com hobbies ou atividades de lazer.

Como uma das principais características dos jovens da atualidade, confirmamos a tendência de priorizarem a realização pessoal e profissional. Também, foram citados, porém em menor escala, o desenvolvimento de talentos e o atendimento aos conselhos e orientações de pais e demais familiares. Somente em terceiro lugar aparece a busca de recompensa financeira. Ou seja, os estudantes afirmam buscar a realização acima do sucesso financeiro.

Para desmistificar a noção de que exista “uma profissão certa”, dialogamos com as turmas sobre suas percepções acerca do que seja a profissão certa para si, indicando os motivos para a adequação da profissão ao perfil de cada um. A maioria considera que o ideal é trabalhar no que se gosta, outros indicam a questão da realização profissional, outros abordam a felicidade e o prazer ao desempenhar as atividades e outros abordam a integração à equipe de trabalho.

Um dos aspectos primordiais do projeto é a possibilidade de dialogar a respeito de ansiedades e angústias ligadas à escolha profissional. No decorrer das múltiplas edições dessa atividade de extensão universitária, temos observado a ampliação da segurança dos jovens. Todavia, muitos participantes afirmam preocupar-se com a questão da competência, ou seja, temem não estar aptos a desempenhar as atividades com eficiência. Outros consideram preocupante o cenário de crise do Brasil, que precariza as condições de trabalho e a remuneração. Alguns comentaram sobre a incerteza sobre a carreira e a futura aposentadoria, dadas as mudanças em curso nas leis trabalhistas.

Outro dado surpreendente e preocupante foi a constatação de que diminuiu consideravelmente o desejo de ingressar na Universidade. Em 2018, 87% dos alunos afirmava desejar formar-se em um Curso Superior. Em 2019, esse percentual reduziu-se para 65%. Perguntamos aos jovens as razões pelas quais não desejam dar continuidade aos estudos, obtendo respostas como: - não tenho condições financeiras no momento (SIC); - vou concluir o técnico e seguir trabalhando na área (SIC); - conheço muitas pessoas que fizeram faculdade e estão trabalhando no comércio e ganhando o salário mínimo (SIC); - primeiro vou ter que trabalhar, para depois poder pagar pelos estudos (SIC).

Diante disso, conversamos com as turmas sobre a importância da Universidade, enquanto possibilidade de profissionalização, e, também, pela

relevância das experiências vivenciadas no Ensino Superior, incluindo as aprendizagens, a interação com colegas e professores e a ampliação das visões de mundo, bem como, sobre as possibilidades de intercâmbios, de envolvimento em projetos de pesquisa e extensão.

### **Considerações finais**

*O que você vai ser quando crescer?* Esse questionamento povoa a mente dos indivíduos desde muito cedo. Mães, pais, avós, irmãos mais velhos, outros familiares e professores, com frequência, indagam as crianças e jovens sobre suas pretensões futuras em termos de profissão.

Diante disso, desenvolvemos o presente projeto para compreender o que os estudantes do Ensino Médio pensam sobre o mundo do trabalho, suas angústias e anseios com relação à escolha profissional. Nesse processo, realizamos encontros nas escolas de Ensino Médio, com as turmas de 3º. Ano, aplicando questionário para identificar suas especificidades e dialogando com os estudantes a respeito de temas relacionados com o mundo do trabalho, com a adolescência e a capacitação profissional.

Nesse percurso, temos observado que a orientação profissional é indispensável nas escolas, especialmente para que os jovens tenham um espaço para refletir e debater sobre a realidade atual, sobre as demandas do mundo do trabalho e sobre os desafios do momento complexo e desafiador que vivenciamos atualmente. As últimas duas edições têm revelado novas preocupações por parte dos estudantes: diminuição brusca dos programas de financiamento estudantil e profundas alterações no mundo do trabalho.

As reformas (trabalhista e previdenciária) preocupam os jovens. Alguns comentaram durante os encontros que não têm certeza de que se aposentarão um dia. Percebemos que os alunos estão bastante atentos ao que ocorre no Brasil e possuem posicionamento crítico com relação à terceirização de serviços, subempregos e remunerações injustas para algumas atividades.

A orientação profissional possui o compromisso de permitir aos jovens a ampliação de informações que amenizem estas e outras preocupações relativas ao futuro e à inserção no mundo do trabalho. Além disso, a versatilidade de nossos tempos, em que novas profissões surgem diariamente e outras tornam-se obsoletas

pressiona por mais diálogo. Madson Molina (2007) afirma que, entre os extremos das carreiras de Medicina e Engenharia, quantas profissões de relevância para a sociedade surgiram nas últimas décadas? Basta pensar em carreiras como Biomedicina, Biotecnologia e Engenharia Genética. Outras tantas profissões surgiram ainda entre as balizas da Economia e do Direito, da Administração e da Medicina, da Tecnologia e da Administração, da Pedagogia e da Administração.

Apesar do enfoque das crescentes dificuldades no ingresso no Ensino Superior, procuramos salientar a relevância da formação universitária, não apenas para a profissionalização, mas, sobretudo para que os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver suas potencialidades, de interagir com outras pessoas, de vivenciar experiências significativas como os intercâmbios e os projetos de pesquisa e de extensão, e, principalmente, pelos conhecimentos construídos e partilhados no ambiente acadêmico.

Ressaltamos que a meta principal do projeto é promover o autoconhecimento, de forma que os estudantes analisem suas próprias competências, fragilidades e tendências, aprendendo a buscar o aperfeiçoamento constante, bem como, ampliar as informações sobre o mundo do trabalho, a fim de que os participantes conheçam as especificidades e as exigências atuais, articulando a adequação ao mercado com seus sonhos e anseios, o que é decisivo para a realização. Participamos da Caravana do Conhecimento, promovida pela URI – São Luiz Gonzaga, durante a Expo São Luiz. Na oportunidade, além da divulgação da URI para a comunidade, foram realizadas novas oficinas de orientação profissional, envolvendo os municípios da região.

Consideramos fundamental desenvolver a orientação profissional na perspectiva de acolhida dos jovens e de seus anseios, para a construção de projetos de vida. Nesse interim, enfatizamos mais do que a escolha de uma profissão. Esperamos que os jovens possam compreender a importância da continuidade dos estudos para o constante aprimoramento de si mesmo e para a construção de trajetórias pautadas na busca de sucesso profissional e na cooperação mútua, para que o mundo seja mais solidário, mais próspero e mais humanizado. Construir projetos de vida supõe pensar em um futuro seguro, saudável e feliz, para si e para o coletivo.

## REFERÊNCIAS



BOHOSLAVSKY, R. **Orientação Vocacional — Teoria e Ideologia**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAPELLA, Ana Cláudia N. (2016). *Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças*. Cad. EBAPE.BR, v. 14, Edição Especial, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul. 2016.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

D'ANGELO, H. O. **Modelo integrativo del proyecto de vida**. Habana: Provida, 1994.

FERRETTI, C. J. **Uma nova proposta de orientação profissional**. São Paulo: Cortez, 1988.

LISBOA, M. D. **Orientação Vocacional/Ocupacional: projeto profissional e compromisso com o eixo social**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1995.

LISBOA, M. D. & WELTER, G. M. R. Perspectivas da educação e do trabalho no Brasil. Política Democrática - **Revista de Política e Cultura**, (23), 2009.

MELO-SILVA, Lucy. LASSANCE, Maria Célia Pacheco. SOARES, Dulce Helena. **A Orientação Profissional no Contexto da Educação e Trabalho**. Rev. bras. orientac. prof v.5 n.2 São Paulo, 2004.

NASCIMENTO, Anamaria. **Relatório – Um olhar sobre a educação**. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Movimento Educar, 2017.

## EFEITO SUBAGUDO DO EXERCÍCIO HIIT, MIIT SOBRE O ESTRESSE OXIDATIVO E LIPEMIA PÓS PRANDIAL EM MULHERES PÓS MENOPÁUSICAS SUBMETIDAS À REFEIÇÃO HIPERLIPÍDICA

Maria Vitória Fontela Do Amaral<sup>33</sup>  
Layane Ramos Ayres<sup>34</sup>  
Ricardo Chaves Lemes<sup>35</sup>  
Bruno Costa Teixeira<sup>36</sup>



**Resumo:** Na literatura apresenta o efeito do consumo excessivo de triglicerídeos, sendo a hipertrigliceridemia a principal causa na formação de placas ateroscleróticas. Um distúrbio lipídico, facilmente controlado, acompanhado de mudanças nos hábitos de vida. O objetivo desse estudo é analisar os efeitos agudos e subagudos dos exercícios intervalados de alta e moderada intensidade sob as concentrações de triglicerídeos e marcadores de estresse oxidativo em mulheres pós-menopáusicas submetidas à refeição hiperlipídica. A amostra é composta por mulheres pós-menopáusicas e sedentárias ( $\leq 70$  anos). Quando comparados os momentos dentro do mesmo protocolo foram encontradas diferenças no protocolo 1 (HIIT) quando comparado o momento 1h ( $86,88 \pm 20,62$ ) aos momentos 3h ( $87,52 \pm 14,52$ ), 4h ( $111,99 \pm 19,96$ ) e 5h ( $129,82 \pm 31,34$ ). Encontradas diferenças entre os momentos no protocolo 2 (MIIT) com os momentos BS ( $110,88 \pm 41,79$ ) com 2h ( $142,47 \pm 59,16$ ) e com os momentos 3h ( $182,88 \pm 116,40$ ) e 4h ( $186,94 \pm 117,91$ ). No protocolo 3 (controle) foram encontradas diferenças nos momentos BS ( $97,66 \pm 49,86$ ), 2h ( $141 \pm 73,08$ ) aos momentos 3h ( $171,42 \pm 82,61$ ) e 5h ( $163,04 \pm 87,61$ ) e com os momentos 1h ( $109,52 \pm 62,54$ ) com 2h ( $141,94 \pm 73,08$ ), 3h ( $171,42 \pm 82,61$ ), 4h ( $171,48 \pm 96,45$ ) e 5h ( $163,04 \pm 87,61$ ). A refeição hiperlipídica foi efetiva para o incremento da curva de triglicerídeos e o HIIT foi mais efetivo que os outros modelos de exercício para redução da lipemia pós-prandial.

<sup>33</sup> Acadêmica de Educação Física - Bacharelado. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. PIIC URI. [vitoria16fontella@gmail.com](mailto:vitoria16fontella@gmail.com)

<sup>34</sup> Graduada em Educação Física - Bacharelado. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. [layane.ayres@hotmail.com](mailto:layane.ayres@hotmail.com)

<sup>35</sup> Graduado em Educação Física - Bacharelado. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. [ricardochaveslemes@hotmail.com](mailto:ricardochaveslemes@hotmail.com)

<sup>36</sup> Doutor em Ciências do Movimento. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. [bruno@saoluiz.uri.edu.br](mailto:bruno@saoluiz.uri.edu.br)

**Palavras-chave:** Lipemia pós-prandial. Estresse Oxidativo. Refeição Hiperlipídica. Pós-Menopausa.

## **UNDERLYING EFFECT OF THE HIIT, MIIT EXERCISE ON OXIDATIVE STRESS AND POST-PRANDIAL LIPEMIA IN POST-MENOPAUSIC WOMEN UNDERGOING HYPERLIPIDIC MEAL**

**Abstract:** In the literature, it shows the effect of excessive consumption of triglycerides, with hypertriglyceridemia being the main cause in the formation of atherosclerotic plaques. A lipid disorder, easily controlled, accompanied by changes in lifestyle. The aim of this study is to analyze the acute and subacute effects of high and moderate intensity interval exercises under triglyceride concentrations and oxidative stress markers in postmenopausal women submitted to a high fat meal. The sample consists of postmenopausal and sedentary women ( $\leq 70$  years). When comparing the moments within the same protocol, differences were found in protocol 1 (HIIT) when comparing the 1h ( $86.88 \pm 20.62$ ) moment to the 3h ( $87.52 \pm 14.52$ ), 4h ( $111.99 \pm 19.96$ ) and 5h ( $129.82 \pm 31.34$ ). Differences were found between moments in protocol 2 (MIIT) with BS moments ( $110.88 \pm 41.79$ ) with 2 hours ( $142.47 \pm 59.16$ ) and with 3 hours ( $182.88 \pm 116.40$ ) and 4h ( $186.94 \pm 117.91$ ). In protocol 3 (control), differences were found in the moments BS ( $97.66 \pm 49.86$ ), 2h ( $141 \pm 73.08$ ), moments 3h ( $171.42 \pm 82.61$ ) and 5h ( $163.04 \pm 87, 61$ ) and with the moments 1h ( $109.52 \pm 62.54$ ) with 2h ( $141.94 \pm 73.08$ ), 3h ( $171.42 \pm 82.61$ ), 4h ( $171.48 \pm 96.45$ ) and 5h ( $163.04 \pm 87.61$ ). The hyperlipidic meal was effective for increasing the triglyceride curve and HIIT was more effective than other exercise models for reducing postprandial lipemia.

**Keywords:** Postprandial lipemia. Oxidative stress. Hyperlipidic Meal. Post-Menopause.

### **1 Introdução**

É visto em diversas literaturas o efeito do consumo excessivo de triglicerídeos, Schiavo et al (2003, p.287) referem que a hipertrigliceridemia é a principal causa na formação de placas ateroscleróticas. É um distúrbio lipídico, mas de fácil controle quando acompanhado de mudanças nos hábitos de vida, sendo as principais mudanças, a dieta equilibrada e aumento da atividade física.

Os triglicerídeos são os lípidos de maior concentração na natureza. Tem origem nos alimentos ingeridos na dieta ou na síntese endógena que acontece no fígado, sendo um importante meio de armazenagem e transporte do excesso de nutrientes. Os triglicerídeos são formados por uma molécula de glicerol e três moléculas de ácidos graxos esterificados.

Os maiores transportadores de triglicerídeos, os quilomicrons e lipoproteínas, transportam gordura originada no fígado e provindas da dieta, os lípidos entram no



intestino como monoglicérides, ácidos graxos, glicerol e colesterol (FREITAS, 2004). Como resultado da utilização destes como substrato energético sobram quilomicrons remanescentes (FREITAS, 2004). Estes substratos resultantes da hidrólise de lípidos são de baixa densidade, chamados lipídeos de densidade muito baixa (VLDL) e lipídeos de baixa densidade (LDL). VLDL e LDL podem sofrer estresse oxidativo (OS) através dos radicais livres de oxigênio (FREITAS, 2004).

Níveis fisiológicos de radicais livres são importantes para o bom funcionamento do organismo, porém o excesso de EROS (Espécies reativas de oxigênio) pode desencadear OS. Segundo Niess, A.M. & Simon, P. (2007) esse estresse pode causar danos a proteínas e lipídeos de membrana, lizando à estrutura de DNA e iniciando um processo inflamatório associado ao aparecimento de diversas doenças como aterosclerose.

Sanchez (2012) destaca outros fatores pró-oxidantes relacionados a menopausa, tais como, insônia, depressão, ansiedade e sedentarismo. Apesar destes, cuidados relacionados à dieta e ingestão calórica também devem contribuir no aumento de EROS.

Em um estudo realizado por Silva (2006) aponta para resultados em avaliações na prevalência de síndrome metabólica e seus componentes como HDL baixo, hipertensão arterial, obesidade abdominal hipertrigliceridemia e diabetes, tendo a idade como fator de risco para a causa de síndrome metabólica. Observou-se uma superioridade no surgimento de síndrome metabólica em mulheres pós-menopáusicas comparadas com mulheres na Peri menopausa.

O período reprodutivo da mulher até o período pós-menopausa, passa pela transição menopausal e menopausa, esse processo de transição entre a Peri menopausa, menopausa e pós-menopausa é chamado climatério (LORENZI et. al., 2005). Esta fase distingue por eventos fisiológicos que seguem a diminuição da função ovariana (MILSON, I. 2005).

Na fisiologia da mulher, a diminuição gradativa do hormônio estrogênio que acontece durante a pós-menopausa, produz efeitos em todo o organismo. As consequências em longo prazo dessa diminuição podem gerar desconfortos e algumas doenças. Dentre as possíveis doenças com causa na diminuição da síntese de estrogênio podemos citar a osteoporose, doenças cardiovasculares, demência e atrofia do tecido genital, levando a incontinência urinária e dores durante a relação sexual (MONTGOMERY, 1991).

Em estudo de revisão feito por Krüger (2015) teve como resultado: efeitos agudos e subagudos do exercício físico são capazes de diminuir os parâmetros de risco de desenvolvimento de Doenças Cardiovasculares (DCVS) após uma refeição hiperlipídica. Marcadores de estresse oxidativo mostraram variações de acordo com modalidade, duração, e intensidade da sessão de exercício bem como do tempo decorrido até a RH. Também após a sessão de exercício ocorreu a atenuação da disfunção endotelial independente dessas variáveis.

Durante e após o exercício ocorre um aumento da atividade da enzima lipase lipoproteica (LLP), importante no transporte de ácidos graxos (AG) para dentro da célula muscular e também na oxidação ou armazenagem quebrando o TG em ácido graxo livre e glicerol, depletando os níveis de TG pós-prandiais (HERD et. al., 2001). Por isso o exercício intervalado de alta intensidade pode ser uma boa alternativa na remoção dos TG, diminuindo o estresse oxidativo, por promover um maior dispêndio de energia em curto período de tempo.

A literatura evidencia que o HIIT, exerce melhorias sobre inúmeras variáveis fisiológicas, entretanto, algumas evidências mostram que em indivíduos obesos ou treinados, atletas ou não, este tipo de treinamento não altera os parâmetros de composição corporal, e deste modo, pode-se concluir que as pesquisas acerca deste tema devem ser mais aprofundadas (ALMEIDA, F, E. CRUZ, R, M. TOUGUINHAN, H, M. 2014).

Alguns pesquisadores do esporte têm investigado os efeitos do treinamento Intervalado em variáveis como reabilitação cardiovascular melhora no sistema Cardiopulmonar, redução de peso corporal adequação do perfil lipídico e tratamento de pessoas obesas (MAKRIDES; HEIGENHAUSER; JONES, 1990; KAMINSKY; WHALEY, 1993; GEORGIU et al., 2001; KING et al., 2001; TJONNA et al., 2009).

O treinamento intervalado aparenta aumentar a utilização de glicose circulante através da acentuação dos receptores de GLUT 4 e diminuição do uso do glicogênio muscular armazenado. Isto poderia indicar o *“sparing effect”*, onde ocorre uma diminuição no uso de glicogênio e maior oxidação de gordura (CHRISTOPHER et al., 2008).

Visto que a literatura aponta para mudanças positivas nos efeitos agudos e subagudos do treinamento intervalado, temos como objetivo analisar os efeitos agudos e subagudos dos exercícios intervalados de alta e moderada intensidade sob

as concentrações de triglicerídeos e marcadores de estresse oxidativo em mulheres pós menopáusicas submetidas à refeição hiperlipídica.

## 2 Metodologia

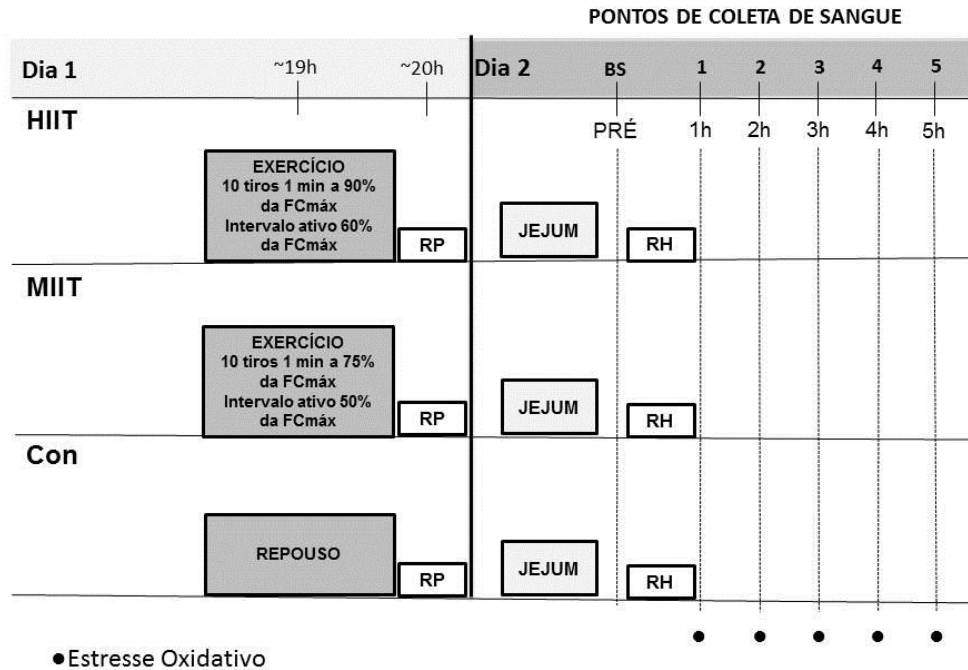
Os participantes que atenderam aos critérios de inclusão compareceram individualmente à instituição de ensino (URI) para esclarecimentos sobre o estudo e assinatura do TCLE. Após o aceite para participar do estudo, foi realizada a mensuração dos seguintes parâmetros: massa corporal, estatura, determinação do Índice de Massa Corporal (IMC), Frequência Cardíaca de Repouso (FCrep) e antropometria (composta por dobras cutâneas, perímetros e diâmetros ósseos seguindo os padrões da Sociedade Internacional para o Avanço da Cineantropometria ISAK). A partir dos valores obtidos na antropometria foi mensurado o percentual de gordura. Neste mesmo dia os indivíduos ainda realizaram o teste de esforço máximo em esteira para determinação da Frequência Cardíaca Máxima e a Taxa Metabólica Basal foi estimada. O indivíduo então preencheu uma anamnese universal, e questionário sobre prontidão para atividade física (PAR-Q).

Após as avaliações preliminares, os sujeitos foram agendados para uma segunda visita onde realizaram os protocolos de exercício no período da noite **Protocolo 1 (HIIT), Protocolo 2 (MIIT), Protocolo 3 (Con)**. Para realização do protocolo os sujeitos chegaram ao sala de musculação da URI em torno das 19h, o protocolo executado foi sorteado utilizando software de computador, após o sorteio o sujeito executou o protocolo, depois disso foi liberado a voltar para sua residência e consumir a refeição padrão orientada.

No dia seguinte pela manhã o participante chegou ao laboratório de bioquímica da URI após jejum de 12h para realização das coletas sanguíneas. Após a primeira coleta o sujeito consumiu uma RH e após a refeição realizou coletas de sangue no intervalo de 1, 2, 3, 4 e 5 horas pós RH. Nos intervalos entre as coletas os indivíduos ficaram sob observação podendo ter acesso a jornais, revistas e computadores. Todos os participantes realizaram os três protocolos, com o intervalo de uma semana entre a execução dos mesmos. Os indivíduos não foram avisados previamente se realizariam exercício ou ficariam em repouso. Na semana seguinte o indivíduo realizava outro protocolo conforme sorteio e era orientado a consumir a mesma

refeição padrão. E na terceira semana o indivíduo executava o protocolo restante conforme Figura 4.

Figura 4: Desenho experimental.



HIIT: Treinamento Intervalado de Alta Intensidade; MIIT: Treinamento Intervalado de Moderada Intensidade; Con: Controle; FCmáx: Frequência Cardíaca Máxima; RP: Refeição Padrão; RH: Refeição Hiperlipídica.

### Protocolo 1 (HIIT)

O voluntário apresentou-se na URI às 19h para uma sessão de exercício aeróbico HIIT em esteira. O protocolo de exercício consistiu em 5 minutos de aquecimento a 50% da FCmáx, após os sujeitos realizaram 10 tiros de 1 min a 90-95% da FCmáx seguido de 1 min. de repouso ativo a 60% da FCmáx. Após a realização do protocolo o sujeito fez 5 minutos de desaquecimento.

### Protocolo 2 (MIIT)

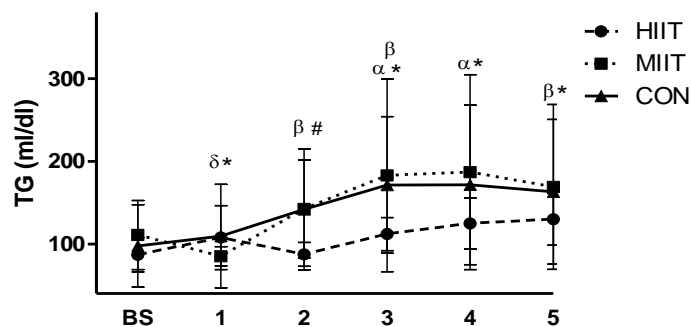
O voluntário apresentou-se na URI às 19h para uma sessão de exercício aeróbico MIIT em esteira. O protocolo de exercício consistiu em 5 minutos de aquecimento a 50% da FCmáx, após os sujeitos realizaram 10 tiros de 1 min a 65 a 75% da FCmáx seguido de 1 min de repouso ativo a 50% FCmáx. Após a realização do protocolo o sujeito fez 5 minutos de desaquecimento.

### Protocolo 3 (Con)

O voluntário apresentou-se na URI às 19h, permaneceu em repouso e teve acesso a livros, revistas, internet, e não pôde realizar nenhum tipo de exercício físico. Ficando sob cuidados de um avaliador durante o mesmo período de tempo da realização dos protocolos de exercício.

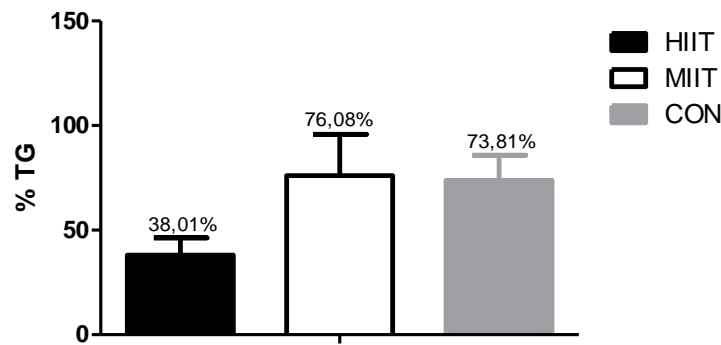
### 3 Resultados

Quando comparados os momentos dentro do mesmo protocolo foram encontradas diferenças no protocolo 1 (HIIT) quando comparado o momento 1h (86,88±20,62) aos momentos 3h (87,52±14,52), 4h (111,99±19,96) e 5h (129,82±31,34). Foram encontradas diferenças entre os momentos no protocolo 2 (MIIT) com os momentos BS (110,88±41,79) com 2h (142,47±59,16) e com os momentos 3h (182,88±116,40) e 4h (186,94±117,91). E no protocolo 3 (controle) foram encontradas diferenças entre os momentos BS (97,66±49,86), 2h (141±73,08) aos momentos 3h (171,42±82,61) e 5h (163,04±87,61) e com os momentos 1h (109,52±62,54) com 2h (141,94±73,08), 3h (171,42±82,61), 4h(171,48±96,45) e 5h (163,04±87,61). Conforme figura 1.



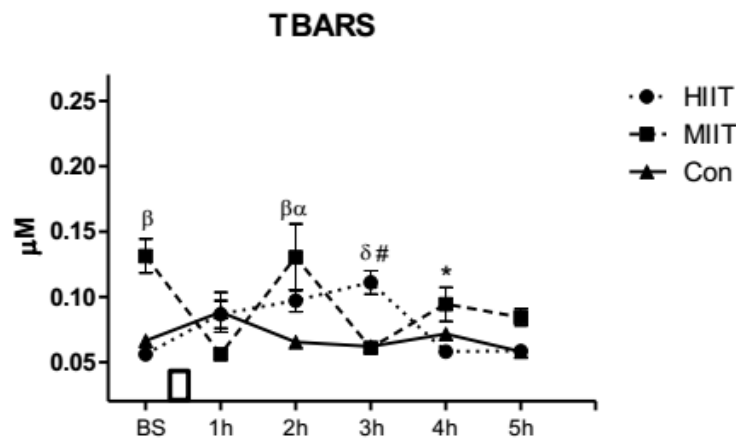
**Figura 1** – Comportamento do triglicerídeo (TG) antes e após a ingestão de uma refeição hiperlipídica. \*: diferença entre os momentos no HIIT; #: diferença com o momento basal no MIIT; α: diferença entre os momentos no MIIT; β: diferença entre os momentos em relação ao basal no CON; δ diferença entre os momentos 1 hora e os subsequentes.





**Figura 2.** A figura apresenta o delta de variação dos dados de porcentagem de triglicerídeos entre os momentos basal e 4 horas.

Os níveis de substâncias reativas ao ácido tiobarbitúrico apresentaram diferenças entre protocolos, como se segue: Protocolo HIIT momento 2h pós RH para protocolo MIIT momento 2h ( $0,097 \pm 0,03 / 0,13 \pm 0,10$ ) Protocolo HIIT momento 2h para momento 2h protocolo controle ( $0,097 \pm 0,03 / 0,06 \pm 0,001$ ) e protocolo MIIT e controle ambos em níveis basais ( $0,13 \pm 0,05 / 0,06 \pm 0,005$ ) Já, nos momentos 2h pós refeição para 3h pós refeição ambos do protocolo HIIT, os níveis de TBARS apresentaram ( $0,097 \pm 0,03 / 0,11 \pm 0,03$ ) e de 3h para 5h ( $0,11 \pm 0,03 / 0,05 \pm 0,0004$ ). No protocolo controle do momento basal para 3h pós refeição ( $0,06 \pm 0,05 / 0,06 \pm 0,006$ ) hora 2 pós RH para hora 4 ( $0,06 \pm 0,001 / 0,07 \pm 0,01$ ) e momento 2h para momento 5h pós RH ( $0,05 \pm 0,001 / 0,06 \pm 0,001$ ).



**Figura 3.** Resultados da Peroxidação Lipídica. BS= Basal; HIIT= Treinamento Intervalado de Alta Intensidade; MIIT= Treinamento Intervalado de Moderada Intensidade; Com= Controle; α Diferença significativa de 2h do protocolo HIIT para 2h do protocolo MIIT; β Diferença significativa de 2h do protocolo MIIT para 2h do Con e BS do MIIT para BS do Con; δ Diferença significativa no HIIT de 2h para 3h e de 3h para 5h; # Diferença significativa no Con momento BS para 3h; \* Diferença significativa de 2h para 4h no Con.

#### 4 Discussão

Os principais achados da literatura relatam aumento na produção de radicais livres e diminuição na defesa antioxidante em exercícios realizados em maiores intensidades e/ou durações, demonstrando aumento na peroxidação lipídica em exercício exaustivo (VOLLAARD et.al, 2005; DILLARD et.al.,1978).

Ambos os protocolos intervalados demonstraram reduzir OS no momento 4 e 5h mesmo quando os níveis BS sendo maiores. O HIIT como já citado exige um maior esforço, porém geralmente tem um curto período de duração. Já o MIIT por ter maior tempo de utilização do exercício com contração muscular, aumenta XO, também conta com maior predominância do metabolismo aeróbio e aumenta quantidade de EROS.

Frijhoff et.al. (2015) destaca a importância de se analisar a xantina oxidase por ser a responsável em transformar ou melhor catalisar a oxidação da xantina em ácido úrico, conhecido como antioxidante. Todavia a XO é uma fonte conhecida de  $O_2^{\bullet-}$ , aumentando a inflamação e com isso aumenta a atividade da enzima.

Em um estudo feito com dezesseis mulheres pré-diabéticas sendo uma sessão de exercícios aeróbicos realizados em ciclo ergômetro com duração de 45 minutos à 65% da FC de reserva. Após 15min da realização do exercício foram submetidas à uma refeição rica em gordura. As amostras de sangue foram coletadas em jejum e às 1, 2, 4, e 6 horas pós refeição. Foram observados aumento da enzima XO 1h - 6h pós refeição e aumento de MDA 1h - 6h. No entanto não foi encontrada uma diminuição no estresse oxidativo nesta população (MELTON C.E et.al.,2009). Ressaltando que foi analisado o efeito agudo do exercício e deve-se levar em consideração a intensidade e duração.

Bloomer et.al (2009) compararam estresse oxidativo pós-prandial em mulheres afro-americanas e mulheres brancas constatando MDA e xantina oxidase aumentados em afro-americanas(AA) versus brancas(W) com efeito agudo do exercício onde as 10 mulheres afro-americanas e 10 mulheres brancas praticaram ciclismo durante 45min com 65% da frequência cardíaca de reserva. As amostras de sangue foram coletadas em jejum e em 1, 2, 4 e 6 horas pós refeição. Também, o exercício agudo, realizado na intensidade e duração do estudo não influenciou a lipemia pós-prandial ou o estresse oxidativo em mulheres AA ou W.

Por outro lado, estudos demonstram que o efeito crônico do exercício de moderada intensidade pode ajudar na redução de OS em diversos órgãos a partir das



modificações metabólicas geradas pelo mesmo (COELHO, et.al.,2010; NOJIMA H. et.al.,2008).

Krüger et.al. (2015) compararam LPP e OS em baixa (BI) e moderada intensidade(MI) de 11 indivíduos do sexo masculino e obtiveram diferenças significativas em ambos os protocolos para TBARS no momento 1h pós RH. Sendo que em baixa intensidade os indivíduos diminuíram os níveis de AUC de TBARS, porém aumentaram níveis de AUC de Nitritos e Nitratos (NOx) quando comparados ao repouso. Concluindo que tanto MI quanto BI são capazes de atenuar OS, porém em BI reduz os níveis BS de TBARS e os NOx encontram-se aumentados em relação à moderada intensidade e grupo controle.

Este e os demais estudos descritos são realizados de forma contínua, sendo que no presente estudo tanto o protocolo de alta intensidade quanto o de moderada intensidade foram realizados de forma intervalada.

Tromm et.al. (2012) demonstraram uma redução de TBARS em modelo animal, treinados 3x semana executando exercício em esteira ergométrica, apresentaram menores níveis de danos em lipídeos e proteínas.

Tromm et.al. ainda destacam os três mecanismos que seriam responsáveis pela diminuição dos danos oxidativos induzidos pelo treinamento. O aumento da expressão e atividade de enzimas antioxidante, a redução de fatores pró oxidantes e por fim o efeito crônico da exposição do tecido as EROS, o tornando mais resistente aos efeitos relativos ao OS (FREDERICO M, et.al., 2009; SILVA L.A et.al.,2009; COELHO B.L.P, et.al., 2010; PINHO R.A et.al.,2006).

A Lipemia pós-prandial (elevação temporária do TG após uma refeição contendo gordura) apresenta riscos para doenças como aterosclerose, diabetes, obesidade e hipertensão conforme descrito por Zilvermit (1979).

Embora o exercício agudo tipicamente atenua a LPP o efeito da intensidade do exercício ainda não está bem estabelecido, particularmente em condições bem controladas como intensidade, Kim (2014) encontrou respostas na redução de TG pós-prandiais tanto em moderada quanto em baixa intensidade quando comparados com controle. Todavia, o protocolo MOD foi mais eficaz em comparação com baixa intensidade.

O consumo generalizado de lanches e refeições com alto teor de gordura nos países desenvolvidos resulta em muitas pessoas passando a maioria do seu tempo no período pós-prandial (LOPEZ-MIRANDA J, WILLIAMS C, LAIRON D., 2007).



Aaron C. Boutcher, Y.N. Boutcher S.H (2016) destacam a importância de identificar intervenções de estilo de vida que seriam capazes de atenuar as respostas pós prandiais.

Aaron C. Boutcher, Y.N. Boutcher S.H (2016) ainda citam o exercício aeróbico como uma dessas intervenções, onde demonstrou diminuir os níveis de TG no estado pós-prandial com exercício moderado em cicloergômetro com intensidade durante pelo menos 40 min. Descrevendo como mecanismos que influenciam o efeito de redução de TG: uma remoção aumentada de TG pela lipase lipoproteica, uma redução na produção de TGs circulantes no fígado. A diminuição da produção hepática de lipoproteínas de baixa densidade também pode contribuir para a redução da TG.

Farinha et.al. (2017) destaca a falta de evidências sobre o efeito do exercício combinado com LPP e/ou estresse oxidativo e parâmetros relacionados. Assim como a melhor intensidade e protocolo de exercício. Ressaltando a importância de quantidades adequadas na produção de EROS para a função muscular e adaptações induzidas pelo exercício. Sendo que LPP altera o estado redox, susceptível ao dano oxidativo, induzindo ao risco aterosclerótico.

## 5 Considerações Finais

A refeição hiperlipídica foi efetiva para o incremento da curva de triglicerídeos. O HIIT foi mais efetivo que os outros modelos de exercício para redução da lipemia pós-prandial.

## 6 REFERÊNCIAS

AARON C. BOUTCHER, Y.N. BOUTCHER S.H. **Effect of acute interval sprinting exercise on postprandial lipemia of sedentary young men.** Journal of Exercise Nutrition & Biochemistry, 2016.

BLOOMER R.J, COLE B, FISHER-WELLMAN K.H. **Racial differences in postprandial oxidative stress with and without acute exercise.** Int J Sport Nutr Exerc Metab; 2009.

COELHO B.L.P, et al. **Physical exercise prevents the exacerbation of oxidative stress parameters in chronic kidney disease.** J Ren Nutr; 2010.

FARINHA, J.B et.al. **Effects of two combined exercise designs associated with High-fat meal consumption on Postprandial Lipaemia, Insulinemia and Oxidative Stress.** National Strength and Conditioning Association; 2017.

FREDERICO M, et al. **Exercise training provides cardioprotection via a reduction in reactive oxygen species in rats submitted to myocardial infarction induced by isoproterenol.** Free Radic Res; 2009.

FRIJHOFF, J. et.al. **Clinical Relevance of Biomarkers of Oxidative Stress.** Antioxidants & Redox Signaling. Nov, 2015.

KIM, et.al. **Effects of Moderate- and Intermittent Low-Intensity Exercise on Postprandial Lipemia.** Medicine & Science in Sports & Exercised. American College of Sports Medicin; 2014.

KRUGER, R. L; FARINHA, J. B; et. al. **Estresse Oxidativo e a Função Endotelial: efeitos do exercício físico associado à lipemia pós-prandial.** Jornal Vascular Brasileiro, 2015.

MELTON C.E et.al. **Acute exercise does not attenuate postprandial oxidative stress in prediabetic women.** Phys Sportsmed; 2009.

NOJIMA H, et. al. **Effect of aerobic exercise training on oxidative stress in patients with type 2 diabetes mellitus.** Metabolism; 2008.

SANCHEZ, Rodriguez, et. al. **Menopause as risk factor for oxidative stress.** Menopause: The Journal of The North American Menopause Society. Vol. 19, No. 3, 2012.

SILVA L. A. **Physical exercise increases mitochondrial function and reduces oxidative damage in skeletal muscle.** Eur J Appl Physiol; 2009.

TROMM CB et. al. **Efeito de diferentes frequências semanais de treinamento sobre parâmetros de estresse oxidativo.** Revista Brasileira de Cineantropometria e desempenho humano. Vol.14. n.1. Florianópolis, 2012.

VOLLAARD N.B, SHEARMAN J.P, COOPER C.E. **Exercise-induced oxidative stress:myths, realities and physiological relevance.** American Journal of Sports Medicine; 2005.

## ACADEMIAS AO AR LIVRE: UMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE PÚBLICA EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19

Taffarel de Oliveira Fontela<sup>37</sup>  
Jean Lucas Poppe<sup>38</sup>



**Resumo:** Atualmente, exercícios físicos são praticados em diversos ambientes, incluindo praças e parques, os quais estão, cada vez mais, estruturados com academias ao ar livre (AAL), pistas para corrida e ciclismo. Nesse contexto o presente estudo objetiva indicar o nível de conhecimento dos frequentadores das praças públicas de São Luiz Gonzaga com relação aos equipamentos das AALs, de modo a perceber se estes espaços são utilizados de maneira adequada à promoção da saúde, especialmente neste momento de caos e fragilidade da saúde pública e coletiva promovido pela pandemia de Covid-19. Os dados foram obtidos por meio de um questionário aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da URI. Foram entrevistadas 160 pessoas, destes, 122 mencionaram saber utilizar os equipamentos da AAL, com predominância do público feminino. Portanto, é necessário o desenvolvimento de ações instrutivas voltadas ao uso correto dos equipamentos presentes nas AALs, uma vez que cerca de ¼ da população que frequenta as AALs não sabe utilizar os equipamentos, além disso, neste período denominado de “o novo normal” estes espaços apresentam ainda mais potencialidades à promoção da saúde, pois são bem arejados e facilitam o distanciamento social.

**Palavras-chave:** Corona vírus. Atividade Física. Bem-Estar. Ambientes ao Ar Livre.

### OUTDOOR GYMS: A PUBLIC HEALTH STRATEGY IN THE CONTEXT OF A COVID-19 PANDEMIC

**Abstract:** Currently, physical exercises are practiced in different environments, including squares and parks, which are increasingly structured with Outdoor Gyms (OG), tracks for running and cycling. In this context, the present study aims to indicate the level of knowledge of the regulars of the public squares of São Luiz Gonzaga in relation to the OG equipments, in order to understand if these spaces are used in an adequate way to promote health, especially in this moment of chaos and fragility of public and collective health promoted by the Covid-19 pandemic. The data were

<sup>37</sup>Acadêmico de Fisioterapia. URI – São Luiz Gonzaga. E-mail. taffarefontela@gmail.com

<sup>38</sup>Doutor em Biologia Animal. Departamento de Ciências Biológicas. URI – São Luiz Gonzaga. E-mail. jlucaspoppe@gmail.com

obtained through a questionnaire approved by the Research Ethics Committee (REC) of URI. 160 people were interviewed, of these, 122 mentioned knowing how to use the OG equipments, with a predominance of the female audience. Therefore, it is necessary to develop instructive actions aimed at the correct use of the equipment present in OGs, since about  $\frac{1}{4}$  of the population that attends OGs do not know how to use the equipment, moreover, in this period called “the new normal” these spaces have even more potential for health promotion, as they are well ventilated and facilitate social distance.

**Keywords:** Corona virus. Physical activity. Welfare. Outdoor Environments.

## 1 Introdução

A prática de exercícios físicos é indicada por profissionais da Área da Saúde como um meio de melhorar os índices de saúde populacional (DE SOUZA et al., 2014; DOS SANTOS et al., 2015). Atualmente, exercícios físicos são praticados em diversos ambientes, incluindo praças e parques, os quais estão cada vez melhor estruturados com Academias ao Ar Livre (AAL), pistas para corrida e ciclismo e quadras poliesportivas (SILVA et al., 2009; DA SILVA et al., 2016).

Alguns estudos indicam aumento no número de frequentadores nesses parques e praças, havendo uma grande procura pelas AALs visando, especialmente, a melhora nas condições de qualidade de vida a partir do uso desse espaço (FERMINO; REIS, 2013; DE LA PEÑA-DE LEÓN et al., 2017). As AALs auxiliam no combate ao sedentarismo, o qual, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010), anualmente, é a causa de morte de, aproximadamente, dois milhões de pessoas. Assim, praticar algum tipo de atividade física durante a juventude pode proporcionar um envelhecimento ativo e de forma saudável, retardando ou inibindo o surgimento de doenças e sintomas associados à idade avançada (CIVINSKI et al., 2011; PINHEIRO; COELHO, 2017).

No momento em que vivemos, diante da pandemia do novo corona vírus a alternativa de atividades ao ar livre tem sido uma opção muito valiosa, quando se é possível (DA SILVA et al., 2016; CARTER et al., 2020), uma vez que as estratégias não farmacológicas de enfrentamento à pandemia incluem manter distanciamento social e evitar o uso compartilhado de espaço fechados (GARCIA; DUARTE, 2020), como normalmente são as academias de treinamento funcional, ginástica e musculação, portanto, neste momento, a melhor alternativa para manter a prática de atividades físicas é praticar exercícios em parques públicos (SILVEIRA; DA SILVA, 2010; PINTO et al., 2020). Porém, algumas pessoas não sabem como utilizar

adequadamente os equipamentos das AALs, assim, a prática de corrida e caminhada tem sido de grande valia (ADAMOLI et al., 2011), tanto para manter a forma física como para diminuir os níveis de estresse psicológico causado pelo isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19 (SALAS et al., 2016; HARVEY et al., 2018; AMMAR et al., 2020).

Nesse contexto o presente estudo objetiva indicar o nível de conhecimento dos frequentadores das praças públicas de São Luiz Gonzaga com relação aos equipamentos das AALs, do modo a perceber se o uso de fato está sendo feito de forma adequada e, assim, sendo capaz de promover melhores índices de saúde populacional em um momento de caos e fragilidade da saúde pública e coletiva.

## 2 Metodologia

O estudo foi realizado no município de São Luiz Gonzaga localizado no noroeste do Rio Grande do Sul (28°24'30"S, 54°57'39"W), o município possui, aproximadamente, 35 mil habitantes, sendo a economia primariamente agrícola, com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,741 (IBGE, 2010).

Os dados foram obtidos de agosto de 2017 até agosto de 2019 por meio de um questionário com perguntas relacionadas ao conhecimento e uso dos equipamentos das AALs. Os questionários foram aplicados presencialmente e *online* por compartilhamento de *link* do Google Formulários. Apenas pessoas a partir dos 18 anos de idade e que estivessem de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) participaram da pesquisa.

Os métodos de trabalho aplicados no presente estudo foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) campus de Santiago/RS, em conformidade com a Resolução N°466/2012, sob número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 65760417.4.0000.5353.

## 3 Resultados e Discussão

Foram entrevistadas 160 pessoas, destes, 122 mencionaram saber utilizar os equipamentos da AAL, com predominância do público feminino (58%), o que vai de acordo com os achados de IEPSEN; SILVA (2015) e IBIAPINA et al (2017) que apontam as mulheres como o público predominante nas AALs. Este resultado pode



indicar que as mulheres da comunidade investigada estão mais envolvidas com atividades que promovam melhor qualidade de vida e saúde. No mesmo município, um estudo investigando a aceitação das medidas não farmacológicas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 também indicou que as mulheres são mais cuidadosas e preocupadas em manter hábitos que assegurem melhores índices de saúde em relação à parcela masculina da sociedade (POPPE, 2020).

Aproximadamente  $\frac{1}{4}$  dos frequentadores das praças públicas mencionaram que desconhecem o modo corretos de utilização dos equipamentos das AALs. Alguns autores destacam que, nos últimos anos, o número de pessoas que começou a praticar atividades físicas de maneira sistemática aumentou consideravelmente (ALBINO et al., 2010; DA SILVA et al., 2016), sendo os parques públicos são locais privilegiados para isto (SILVEIRA; DA SILVA, 2010). Porém, o uso adequado dos aparelhos das AALs é fundamental para que os resultados desejados para a manutenção da saúde sejam alcançados (IEPSEN; SILVA, 2015; FALLON, 2020), desse modo o uso incorreto pode acarretar prejuízos à saúde física de quem faz uso deste espaço (CLEBIS; NATALI, 2001; HESPANHOL et al., 2012; IBIAPINA et al., 2017; MALTA et al., 2017), por isso o desenvolvimento de ações instrutivas e educacionais nas AALs do município revelam-se necessárias e urgentes.

Após a pandemia do covid-19, os parques e praças podem receber ainda mais destaque sobre os índices de saúde populacional, pois são espaços abertos e bem arejados, com menor risco de aglomeração e, assim, com capacidade de promover a prática de atividades físicas de maneira segura (JURAK et al., 2020), além do fato de que ambientes fechados promoverem a maior concentração de aerossóis, havendo, conseqüentemente, maiores chances de proliferação do SARS-CoV-2 (SOMMERSTEIN et al., 2020; TIRUPATHI et al., 2020).

Nesse contexto de pandemia, além de considerar que a prática de atividades físicas é importante para a qualidade de vida do ser humano (ALKHATIB., 2020; CHEN et al., 2020), não só com relação ao físico mas também para o bem-estar da mente (JIMÉNEZ-PAVÓN et al., 2020; VANCINI et al., 2020), ainda é necessário lembrar que a correta higienização de ambientes e das mãos, bem como a prática de atividades físicas regulares, são hábitos fundamentais e que devem ser mantidos para a promoção da saúde (ALVI et al., 2020; GARCIA; DUARTE, 2020) tanto em ambientes quanto em espaços abertos, como as AALs das praças e parques públicos.

#### 4 Conclusão

As AALs podem ser consideradas uma novidade nos espaços públicos de cidades brasileiras, incluindo o município de São Luiz Gonzaga, portanto, é necessário o desenvolvimento de ações instrutivas voltadas ao uso correto dos equipamentos presentes nas AALs, e também motivacionais para incentivar a parcela da população que menos usufrui destes espaços, no caso do presente estudo, os homens. Além disso, neste período denominado de “o novo normal” estes espaços apresentam ainda mais potencialidades, uma vez que são bem arejados, facilitam o distanciamento social e, portanto, reduzem as chances de contaminação por SARS-CoV-2 e, desse modo, potencializam seu papel de promoção da saúde populacional.

#### 5 REFERÊNCIAS

ADAMOLI, A., et al. **Prática da caminhada no lazer na população adulta de Pelotas, RS.** Rev Bras de Ativ Fís e Saúde, v, 16, p. 113-119, 2011.

ALBINO, J., et al. **Tabelas de classificação da aptidão física para frequentadores de parques públicos.** Rev Bras de Med do esporte, v. 16, p. 373-377, 2010.

ALKHATIB, A. **Antiviral Functional Foods and Exercise Lifestyle Prevention of Coronavirus.** Nutrients. v, 12, 2020.

ALVI, M. M., et al. **Pharmacological and non-pharmacological efforts at prevention, mitigation, and treatment for COVID-19.** J Drug Targeting. 2020.

AMMAR, A., et al. **Effects of COVID-19 Home Confinement on Eating Behaviour and Physical Activity: Results of the ECLB-COVID19 International Online Survey.** Nutrients. v.12, p. 1-13, 2020.

CARTER, S. J., et al. **Considerations for Obesity, Vitamin D, and Physical Activity Amid the COVID-19 Pandemic.** Obesity (Silver Spring). v, 28, p. 1176-1177, 2020.

CHEN, P., et al. **Coronavirus disease (COVID-19): The need to maintain regular physical activity while taking precautions.** J Sport Health Sci. v, 9, p. 103-104, 2020.

CIVINSKI, C., et al. **A importância do exercício físico no envelhecimento.** Rev da Unifebe, v. 9, p. 163-175, 2011.

CLEBIS, N. K., NATALI, M. R. M. **Lesões musculares provocadas por exercícios excêntricos.** Rev Bras de Ciênc e Mov. v. 9, p. 47-53, 2001.

DA SILVA, E. A., et al. **Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer.** Rev Bras de Ciênc no Esporte, v. 38, p. 251-258, 2016.

DE LA PEÑA-DE LEÓN, A., et al. **La promoción de estilos de vida saludable aprovechando los espacios públicos.** Horiz Sanit, v. 16, p. 201-210, 2017.

DE SOUZA, C. A., et al. **Perfil dos frequentadores e padrão de uso das academias ao ar livre em bairros de baixa e alta renda de Curitiba-PR.** Rev Bras de Ativ Fís e Saúde, v. 19, p. 86-97, 2014.

DOS SANTOS, R., et al. **Exercício físico ao ar livre, motivação e aderência: um estudo sobre a satisfação das necessidades psicológicas em mulheres.** Rev bras de Ciênc da Saúde, v. 19, p. 33-38, 2015.

FALLON K. **Exercise in the time of COVID-19.** Aust J Gen Pract. v, 49, 2020.

FERMINO, R. C., REIS, R. S. **Variáveis individuais, ambientais e sociais associadas com o uso de espaços públicos abertos para a prática de atividade física: uma revisão sistemática.** Rev Bras Ativ Fís Saúde, v. 18, p. 523-535, 2013.

GARCIA, L. P., DUARTE, E. **Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à pandemia da COVID-19 no Brasil.** Epidemiol. Serv Saude. v. 29, 2020.

HARVEY, S. B., et al. **Exercise and the Prevention of Depression: Results of the HUNT Cohort Study.** American J of Psychiatry, v. 175, 2018.

HESPANHOL, L. C., et al. **Perfil das características do treinamento e associação com lesões musculoesqueléticas prévias em corredores recreacionais: um estudo transversal.** Rev Bras Fisioter. v. 16, p. 46-53, 2012.

IBIAPINA, A. R. L., et al. **Caracterização dos usuários e do padrão de uso das academias ao ar livre.** Rev Bras Promoç Saúde. v. 30, p. 1-10, 2017.

IEPSEN, A. M., DA SILVA, M. C. **Perfil dos frequentadores das academias ao ar livre da cidade de Pelotas - RS.** Rev Bras Ativ Fis Saúde. v. 20, p. 413-424, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por município.** Inst Bras de Geog e Estat, 2010.

JIMÉNEZ-PAVÓN, D., et al. **O exercício físico como terapia para combater as consequências mentais e físicas da quarentena de COVID-19: enfoque especial em pessoas idosas.** Prog Cardiovasc Dis. v, 63, p. 386-388, 2020.

JURAK, G., et al. **Physical activity recommendations during the coronavirus disease 2019 virus outbreak.** J Sport Health Sci. v, 9, p. 325-327, 2020.

MALTA, D. C., et al. **Factors associated with chronic back pain in adults in Brazil.** Rev Saúde Públic. v. 51, 2017.

OMS, (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). **Global Recommendations on physical activity for health**. Geneva. OMS, 2010.

PINHEIRO, W. L., COELHO FILHO, J. M. **Perfil dos idosos usuários de academias ao ar livre para a terceira idade**. Rev Bras Promoç Saúde. v. 30, p. 93-101, 2017.

PINTO, A. J., et al. **Combating physical inactivity during the COVID-19 pandemic**. Nat Rev Rheumatol. v. 16, p. 347-348, 2020.

POPPE, J. L. **Aceitação de medidas não farmacológicas de enfrentamento à covid-19 em são luiz gonzaga/rs: perspectiva socioeconômica**. Ricadi. Edição Especial. p. 9-23. 2020.

SALAS, C., et al. **Ser fisicamente activo modifica los efectos nocivos del sedentarismo sobre marcadores de obesidad y cardio metabólicos en adultos**. rev méd chile, v. 144, p. 1400-1409, 2016.

SILVA, D. A. S., et al. **Barreiras e facilitadores de atividades físicas em frequentadores de parques públicos**. Motriz, v. 15, p. 219-227, 2009.

SILVEIRA, A. C. C., DA SILVA, R. H. A. **Os espaços de lazer na cidade: a política urbana de belo horizonte**. Licere, v. 13, p. 1-42, 2010.

SOMMERSTEIN, R., et al. **Risk of SARS-CoV-2 transmission by aerosols, the rational use of masks, and protection of healthcare workers from COVID-19**. Antimicrob Resist Infect Control. v. 9, p. 100. 2020.

TIRUPATHI, R., et al. **Comprehensive review of mask utility and challenges during the COVID-19 pandemic**. Infez Med. v, 28, p. 57-63. 2020.

VANCINI, R. L., et al. **CoVID-19 vs. epilepsy: It is time to move, act, and encourage physical exercise**. Epilepsy Behav, v. 110, 2020.

## A PREVALÊNCIA DE CASOS DE CÂNCER EM PARENTES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU DE ACADÊMICOS DA URI – SÃO LUIZ GONZAGA E O PAPEL DA FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DAS DOENÇAS

Viviane de Paula Santos Carvalho<sup>39</sup>

Daniele Santos da Rosa<sup>40</sup>

Ana Helena Braga Pires<sup>41</sup>

Jean Lucas Poppe<sup>42</sup>

**Resumo:** Mesmo com todos os avanços da medicina, o câncer continua sendo um desafio à saúde populacional. Objetivo deste estudo foi verificar a prevalência de câncer, informar os seus tipos e os percentuais da doença em parentes de primeiro e segundo grau de acadêmicos da Graduação da URI São Luiz Gonzaga e o papel da fisioterapia no tratamento das doenças. Trata-se de um estudo com delineamento transversal, realizado com acadêmicos de graduação da URI. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário elaborado pelos pesquisadores. Participaram desta pesquisa 252 acadêmicos, destes 113 possuem familiares com diagnóstico de câncer. Os dados coletados revelaram que 59 homens e 54 mulheres têm ou tiveram diagnóstico de câncer entre os familiares dos acadêmicos. Nesta pesquisa foram constatados 17 tipos de câncer em pacientes do gênero feminino e dos 12 tipos de câncer em pacientes do gênero masculino. Portanto, a prevalência de casos de câncer revelou-se elevada entre os familiares dos acadêmicos da URI – São Luiz Gonzaga, com destaque para os casos de câncer de mama, próstata e pulmão, havendo ligeira superioridade de casos entre os homens.

**Palavras chave:** Fisioterapeuta. Oncologia. Saúde.

## THE PREVALENCE OF CANCER CASES IN RELATIVES OF FIRST AND SECOND DEGREE OF ACADEMIES OF URI - SÃO LUIZ GONZAGA AND THE ROLE OF PHYSIOTHERAPY IN THE TREATMENT OF DISEASES

**ABSTRACT:** Despite all medical advances, cancer remains a challenge to population health. The objective of this study was to verify the prevalence of cancer, to inform its types and the percentages of the disease in first and second degree relatives of undergraduate students at URI São Luiz Gonzaga and the role of physiotherapy in the treatment of diseases. This is a cross-sectional study, carried out with undergraduate students at URI. A questionnaire prepared by the researchers was used as a data collection instrument. 252 academics participated in this research, of these 113 have

<sup>39</sup>Fisioterapeuta pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga, RS. E-mail: keziarafael@hotmail.com.

<sup>40</sup>Fisioterapeuta pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga, RS. E-mail: daniela\_rosa\_santos@hotmail.com.

<sup>41</sup>Docente do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga, RS. Mestrado em Pós-Graduação em Reabilitação e Inclusão pelo Centro Universitário Metodista E-mail: anahelenafisioterapia@hotmail.com

<sup>42</sup>Doutor em Biologia Animal. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga, RS. E-mail: jlucaspope@gmail.com.

family members diagnosed with cancer. The data collected revealed that 59 men and 54 women have or were diagnosed with cancer among the students' relatives. In this research, 17 types of cancer were found in female patients and 12 types of cancer in male patients. Therefore, the prevalence of cancer cases proved to be high among the relatives of URI students - São Luis Gonzaga, with emphasis on cases of breast, prostate and lung cancer, with a slight superiority of cases among men.

**Keywords:** Physiotherapist. Oncology. Health.

## Introdução

Mesmo com todos os avanços da medicina, o câncer continua sendo um desafio à saúde populacional, comumente identificado pelo crescimento desordenado de células que se alastram rapidamente entre os tecidos e órgãos adjacentes no organismo humano (BATISTA, MATTOS, SILVA, 2015), causando a formação de tumores.

Alguns órgãos são mais afetados do que outros, entre os mais afetados estão pulmão, mama, colo do útero, próstata, cólon e reto (intestino grosso), pele, estômago, esôfago, medula óssea (leucemias) e cavidade oral (boca). Cada órgão, por sua vez, pode ser afetado por tipos diferenciados de tumor, menos ou mais agressivos (SFBO, 2018).

Estima-se, para o Brasil, biênio 2018-2019, a ocorrência de 600 mil casos novos de câncer para cada ano. Exceto câncer de pele não melanoma os tipos de câncer mais incidentes em homens são de próstata (31,7%), pulmão (8,7%), intestino (8,1%), estômago (6,3%) e cavidade oral (5,2%). Nas mulheres, os cânceres de mama (29,5%), intestino (9,4%), colo do útero (8,1%), pulmão (6,2%) e tireóide (4,0%) figuram entre os principais (INCA, 2018).

Nesse cenário, o presente estudo buscou verificar a prevalência e os tipos de câncer mais frequentes entre os familiares de acadêmicos da URI – São Luiz Gonzaga.

## Metodologia

Trata-se de estudo com delineamento transversal e descritivo, de abordagem quantitativa, realizado com acadêmicos de graduação da URI – São Luiz Gonzaga. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas

objetivas (Figura1). O questionário foi disponibilizado no portão de acesso à Universidade às 19:00 horas e recolhido em uma urna às 22:30h do mesmo dia, sendo este processo realizado em um único dia. Foram excluídos da amostra os questionários não respondidos ou aqueles onde foram marcadas as duas opções de resposta para a primeira pergunta. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva.

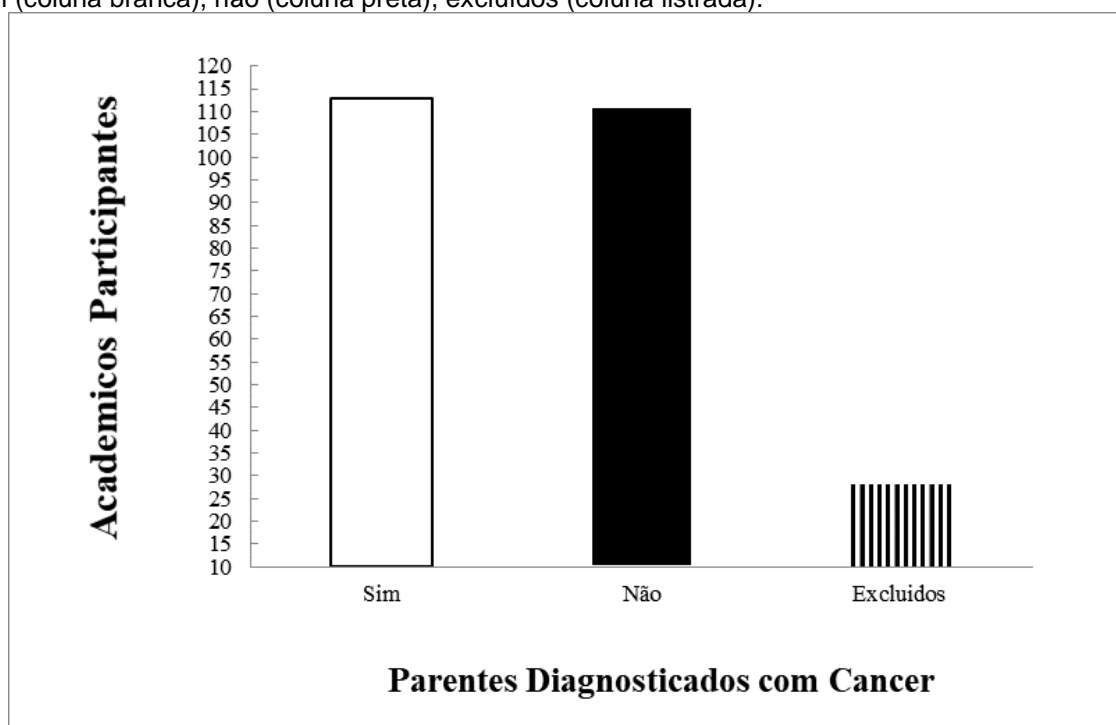
**Figura 1-** Questionário de pesquisa sobre câncer em parentes de primeiro e segundo grau.

Você tem algum parente de 1º grau (pai, mãe, filhos) ou parentes de 2º grau (irmãos e avós) que tem ou teve diagnóstico de câncer?	Sim ( )	Não ( )
Se sim responder as demais perguntas:		
Qual a idade dele (a)?		
Qual o gênero?	F ( )	M ( )
Qual tipo de câncer?		

## Resultados

Participaram desta pesquisa 252 acadêmicos, destes, 111 responderam não ter parentes de primeiro e segundo grau com diagnóstico de câncer e 113 informaram que sim (Figura 2).

Figura 2- Numero de Acadêmicos da URI – São Luiz Gonzaga que participaram da pesquisa. Resultados da pergunta: Tem ou teve parente de primeiro ou segundo grau com diagnostico de câncer, sim (coluna branca), não (coluna preta), excluídos (coluna listrada).



Os dados coletados revelaram que 59 homens e 54 mulheres têm ou tiveram diagnóstico de câncer, com média etária de 65 anos para os homens e de 59 anos para as mulheres. Foram mencionados 17 tipos de câncer em pacientes do gênero feminino e 12 tipos de câncer em pacientes do gênero masculino. Sendo próstata e mama os órgãos mais afetados em homens e mulheres, respectivamente. Além disso, os pulmões são órgãos, também, muito acometidos por câncer entre os homens (Figura 3).

**Figura 3-** Órgãos mais afetados em cada gênero.

Local	Gênero	
	Masculino	Feminino
Basso	1	-
Cerebral	2	2
Estômago	3	5
Esôfago	3	-
Fígado	2	1
Garganta	2	2
Intestino	8	1
Leucemia	4	3
Linfático	2	1
Mama	-	15
Oso	2	2
Pâncreas	-	2
Pele	2	3
Próstata	16	-
Pulmão	9	2
Rins	-	1
Tireoide	-	1
Útero	-	2
Veia Aorta	-	1
Não Sabem	3	10
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>54</b>

## Discussão

Segundo Sociedade Franco Brasileiro de Oncologia (SFBO, 2018) o câncer de pulmão é o mais comum de todos os tumores malignos, apresentando aumento de 2% por ano na sua incidência mundial. Em 90% dos casos diagnosticados, o câncer de pulmão está associado ao consumo de cigarros. Há poucas informações



disponíveis sobre a histologia, diferenças de gênero e tendências sobre o câncer de pulmão na população brasileira, já os dados da presente pesquisa revelam que o câncer de Pulmão teve maior prevalência em pacientes do gênero masculino com nove casos, sendo a segundo tipo de câncer mais frequente, ficando atrás apenas do câncer de próstata.

O câncer de mama e o câncer do colo uterino (CCU) apresentam-se como graves problemas de saúde pública mundial, principalmente nos países menos desenvolvidos. Mesmo sendo raro, o câncer de mama pode acometer também os homens. Segundo ALMEIDA et al. (2017) o CCU é o tipo de câncer que mais acomete as mulheres e o terceiro mais letal em todo o mundo. No presente estudo o câncer de mama foi o de maior prevalência no gênero feminino, constando apenas dois casos de CCU. Já FIGUEIREDO (2016) relata que a neoplasia mamária se caracteriza como um importante problema de saúde pública no Brasil, sendo o segundo tipo de câncer mais frequente no mundo e o mais comum entre as mulheres. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA) a taxa de mortalidade por essa doença continua elevada, apresentando curva ascendente e representando a primeira causa de morte por câncer na população feminina brasileira.

O câncer de próstata continua a ser um importante problema de saúde pública em todo o mundo. O PSA (Antígeno Prostático Específico) é um dos marcadores de tumores mais utilizados. Apesar de ser uma ferramenta utilizada no diagnóstico precoce ou no rastreamento do Câncer de Próstata, possui baixa especificidade (MANZANO, 2015). Sendo que o avanço da idade compreende um fator de risco bem estabelecido em casos de câncer de próstata, visto que tanto a incidência como a mortalidade aumentam após os 50 anos.

De acordo com SAWADA, 2009, os tratamentos básicos do câncer envolvem cirurgia, quimioterapia, radioterapia, bioterapia, em maior parte dos casos a cirurgia é o tratamento inicial de escolha para vários tipos de câncer. Os avanços nas técnicas cirúrgicas, o melhor entendimento sobre a oncogêneses e os cuidados intensivos no pós-operatório tem tornado possível a remoção de tumores de qualquer parte do corpo.

Os quimioterápicos geralmente são bem tolerados pelos pacientes, e os efeitos colaterais normalmente bem controlados com dosagens adequadas de fármacos. As principais toxicidades são supressão da medula óssea, imunossupressão, náuseas e

vômitos, alopecia, toxicidade renal, cardiotoxicidade, toxicidade pulmonar, neurotoxicidade, lesão gonadal e esterilidade (SAWADA, 2009).

Já a radioterapia é um tratamento localizado, que usa radiação ionizante, produzida por aparelhos ou emitida por radioisótopos naturais. A dose total é fracionada em aplicações diárias por um período variável de até dois meses e sua indicação ocorre em três circunstâncias: não há outro tratamento curativo; a terapia alternativa é considerada tóxica ou como função paliativa em casos avançados do corpo a ser tratada. Durante o tratamento podem ocorrer diversos efeitos colaterais como dor, fadiga, alterações cutâneas, perda da autoestima e confiança, mudanças na mobilidade, choque emocional, confusão, ansiedade, angústia, medo, sentimentos de isolamento e mudanças na rotina (LORENCETTI, PESSUTO, 2005).

A Fisioterapia é fundamental em processos de recuperação de pacientes acometidos por doenças cancerosas (AZEVEDO, 2015). A fisioterapia em oncologia é uma especialidade recente e tem como metas preservar e restaurar a integridade cinético-funcional de órgãos e sistemas, assim como prevenir os distúrbios causados pelo tratamento oncológico. A fisioterapia oncológica lida com as sequelas próprias do tratamento, atuando de forma preventiva para minimizá-las, aborda vários aspectos, desde a preparação do paciente para a cirurgia até a reabilitação funcional no pós-cirúrgico (FARIA 2010).

O paciente que se submete a um programa preventivo no pré-operatório diminui o tempo de internação e retorna mais rapidamente às atividades diárias e ocupacionais. Num contexto mais amplo, um programa fisioterapêutico preventivo auxilia evitando complicações comuns no paciente (FARIA 2010). Diversos recursos são utilizados pelos profissionais de fisioterapia visando à recuperação funcional dos pacientes. A cinesioterapia, com exercícios de alongamento global e de relaxamento, exercícios respiratórios, facilitação neuromuscular proprioceptiva, reeducação postural global (RPG), drenagem linfática, treino de atividades funcionais e recursos analgésicos como a TENS e a crioterápica (LIRA, et al, 2015).

### **Considerações Finais**

A prevalência de casos de câncer revelou-se elevada entre os familiares dos acadêmicos da URI – São Luis Gonzaga, com destaque para os casos de câncer de mama, próstata e pulmão, havendo ligeira superioridade de casos entre os homens.

Indicando a necessidade e a importância da Universidade formar profissionais capacitados para atuar no tratamento e prevenção de pacientes oncológicos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. C. C. A et al. **Educação em saúde na prevenção do câncer de colo uterino e câncer de mama: um relato de experiência.** Universidade Federal de Pernambuco, 2017. Disponível em: <http://conferencias.unb.br/index.php/PR/pr3/paper/viewFile/6286/1658>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

AZEVEDO, C. P. **CUIDADOS PALIATIVOS: TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM CÂNCER,** Brasilia, 2015.

BATISTA, D. R.; MATTOS, M. S. FRIZZEIRA, S. CONVIVENDO COM O CÂNCER: DO DIAGNÓSTICO AO TRATAMENTO. **Rev. Enferm UFSM**, 2015 Jul./Set. 5(3): 499-510.

FARIA L. As práticas do cuidar na oncologia: a experiência da fisioterapia em pacientes com câncer de mama. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 17, núm. 1, julho, 2010, pp. 69-87. Fundação Oswaldo Cruz Rio de Janeiro, Brasil.

FIGUEIREDO, A. C. D. S.; et al. Prevalência da obesidade em mulheres tratadas de câncer de mama numa UNACOM em Juiz de Fora. **Rev. Bras. Mastologia**. 2016;26(4): 169-74.

LIRA, N. G.; et al, Análise de técnicas fisioterapêuticas utilizadas em pacientes submetidas à mastectômica: uma revisão integrativa. **Com. Scientiae Saúde**. 2016; 15(2): 304-311.

LORENCETTI, A.; PESSUTO S. Janete As estratégias de enfrentamento de pacientes durante o tratamento de radioterapia. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. vol. 13, núm. 6, nov/dez. 2005, pp. 944-950 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil.

MANZANO, J. P. Câncer de próstata: o que sabemos de novo. **Rev Soc Bras Clin Med**. 2015 out-dez;13(4):233-4.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), **Estimativa | 2018 Incidências de Câncer no Brasil**, Rio de Janeiro, RJ INCA 2018.

SAWADA, N. O. et al, Avaliação da qualidade de vida de paciente com câncer submetido à quimioterapia. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.43, n.3, p.581-587, 2009.

SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA DE ONCOLOGIA, 2018. **Tipos de Câncer Câncer de A Z**. Disponível em: <https://sfbo.com.br/wp->



content/uploads/2017/12/Tipos-de-C%C3%A2ncer.pdf Acesso em: 17 de outubro de 2018.

## BIOÉTICA E A EUTANÁSIA

Ana Helena Braga Pires<sup>43</sup>  
Raiany Larissa de Freitas<sup>44</sup>

**Resumo:** O presente trabalho objetiva evidenciar os aspectos que envolvem a discussão em torno das opiniões favoráveis e desfavoráveis em relação à eutanásia, buscando ainda relacionar o envolvimento da bioética e dos profissionais de saúde. Utilizou-se como metodologia, a pesquisa bibliográfica, onde se apropriou da abordagem dos diversos autores e suas opiniões sobre o tema. A discussão apresenta-se como uma relação entre as opiniões e o debate em torno da temática.

**Palavras-chave:** Bioética. Eutanásia.

## BIOETHICS AND EUTHANASIA

**Abstract:** This paper aims to highlight the aspects involved in the discussion on the favorable and unfavorable opinions about euthanasia, still seeking to relate the involvement of bioethics and health professionals. Was used as methodology, literature review, which appropriated the approach of several authors and their opinions on the subject. The discussion is presented as a relationship between the testimony and debate on the subject.

**Keywords:** Bioethics. Euthanasia.

### 1 Introdução

A morte ainda hoje é vista como algo enigmático, um tabu tendo em vista que se há muita repulsa e esquiva pelo tema, devido o sentimento de angústia e desamparo diante a ideia de finitude e incognoscível. Com o aumento da perspectiva de vida nos tornamos mais suscetíveis a moléstias crônicas e degenerativas, e consequentemente o processo de morrer torna-se mais prolongado ocasionando sofrimento ao sujeito. Essa situação acaba por sérios impasses na área da saúde pública, referente ao uso de recursos para o tratamento desses enfermos a beira do fimamento, impossibilitando que um número maior de indivíduos possa receber assistência à saúde de maneira adequada. Com isso constata-se que a discussão acerca bioética e o fim da vida não se referem apenas a um indivíduo (aquele que

---

<sup>43</sup> Mestre. Docente do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: anahelena@saoluiz.uriedu.br.

<sup>44</sup> Acadêmica do 6 semestre curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: raianydelrei@outlook



morre), mas sim um legítimo problema de saúde coletiva. Desta forma a reflexão acerca do conceito de morte não torna notório de imediato que este seja capaz de lidar com a eutanásia e o suicídio assistido. Uma possível definição sem ambiguidade de morte é alavanca para originar diversas discussões a respeito sobre a liceidade de se prescrever ou liberação da eutanásia (BATISTA- SCHRAM,2004).

A eutanásia e a ética têm uma relação de forças absolutamente interessante. Embora a ética não seja uma ciência exata ela tem implicações lógicas que nos permitem, em cada caso, um procedimento que se adeque ao bem procurado. Enquanto algumas pessoas e entidades são contra por motivos éticos e religiosos, outro grupo de pessoas e entidades mantém posição a favor, alegando a mesma ética e os direitos de dignidade humana.

O presente trabalho tem por finalidade apenas relatar os aspectos oferecidos como de oposição ou de defesa da prática. A escolha do tema surgiu a partir do estudo da bioética e sua crescente importância nas questões médico-sociais, buscando-se sempre o real papel de cada profissional em todo esse processo. A questão está muito longe de obter conceitos definitivos, assim como de definir-se por um dos dois lados que dividem a questão. A ética se apóia no direito à vida, mas também na análise da condição subumana do condenado a uma situação irreversível de quase morte.

## 2 Referencial Teórico

A eutanásia é uma forma de apressar a morte de um doente incurável, sem que esse sinta dor ou sofrimento. A ação é praticada por um médico com o consentimento do doente, ou da sua família. A eutanásia é um assunto muito discutido tanto na questão da bioética quanto na do biodireito, pois ela tem dois lados, a favor e contra. O Dicionário de Língua portuguesa define eutanásia como sendo uma “doutrina que permite a antecipação da morte de doentes incuráveis, para lhes poupar os sofrimentos da agonia...” (Costa e Sampaio & Melo, 1998).

Contudo, esta pequena definição, não é muito pormenorizada para ter uma explicação mais complexa e desenvolvida em nível da sua cientificidade, para saber o que é realmente a eutanásia e como se processa. Este polêmico tema poderá ser encontrado no livro “História do Suicídio” escrito por George Minois et al (1998), onde este pensador refere que durante o Séc. XVIII este tema segue lentamente uma

evolução cultural, e ao fim deste século já se ouve falar de despenalização do suicídio, que se faz acompanhar por uma conspiração de silêncio.

A literatura também apresenta alguns conceitos que identificam alguns conceitos que classificam a eutanásia. Siqueira-Batista e Schramm (2005) citados por Sérgio Rego, Marisa Palácios e Rodrigo Siqueira-Batista (2009), apresentam uma sistematização, cujo resumo pode ser assim adequado:

- a) Eutanásia ativa: ato deliberado de causar a morte sem sofrimento do paciente, com intuito humanitário;
- b) Eutanásia passiva: omissão proposital de terceiro, visto que uma ação de socorro médico poderia garantir uma sobrevida;
- c) Eutanásia de duplo efeito: morte acelerada por ações de terceiros (médicos), não objetivando o êxito letal, mas sim ao conforto do paciente;
- d) Eutanásia voluntária: vontade expressa do paciente, o que seria sinônimo de suicídio assistido;
- e) Eutanásia involuntária: ato realizado contra vontade do enfermo, isto é, sinônimo de “homicídio”.
- f) Eutanásia não voluntária: quando a morte é concretizada sem que se identifique a vontade do paciente.

Os autores Antônio Moser e André Marcelo M. Soares (2006) aclaram conceitos: da distanásia, que seria um prolongamento obstinado e irracional da vida; da cacotanásia, onde a morte do paciente ocorre sem se levar em conta seu direito a tratamento; da ortotanásia, quando se reconhece a inutilidade do tratamento na manutenção da vida; e, por fim, da eutanásia, apenas no contexto ativo, quando o paciente solicita a terceiro que ponha fim a sua vida. Também esclarecem que a defesa da eutanásia se dá por dois princípios: da autonomia da pessoa e da inutilidade do sofrimento.

Do ponto de vista a favor, ela seria uma forma de aliviar a dor e o sofrimento de uma pessoa que se encontra num estado muito crítico e sem perspectiva de melhora, dando ao paciente o direito de dar fim a sua própria vida. Já do ponto de vista contra, a eutanásia seria o direito ao suicídio, tendo em vista que o doente ou seu responsável teria o direito de dar fim a sua vida com a ideia de que tal ato aliviaria sua dor e sofrimento.

No Brasil, a eutanásia é considerada homicídio. Alguns casos chamam a atenção pelo mundo, muitas pessoas se manifestam contra, as igrejas se revoltam

com tal situação, a família do paciente por vezes é contra, ora a favor. Por fim, a justiça e os governantes precisam decidir.

Com casos assim vêm à tona em nossas mentes certos questionamentos: será que alguém tem direito de pôr fim a sua própria vida ou de decidir o fim da vida de outra pessoa? É correto permitir que o doente viva num estado estático de dor e sofrimento? Essas são perguntas que persistem e até o presente momento não apresentam respostas. Enfim, este tema é muito sugestivo para uma reflexão sobre o certo e o errado na vida.

A bioética surgiu a partir da biomedicina e sua função precípua é estabelecer uma relação entre a medicina e os valores fundamentais da moral e do direito. A discussão sobre a eutanásia envolve desta forma, diretamente a bioética, como ciência que vai analisar, mensurar, frear e estabelecer contrapesos em meio às inúmeras opiniões e discussões.

A ética tem relação com o caráter, com o modo de ser e de fazer as coisas. Mas envolve sempre o grupo social, a coletividade, então precisa refletir o modo de agir externo da sociedade em geral. No caso específico da eutanásia, Sérgio Rego, Marisa Palácios e Rodrigo Siqueira-Batista (2009), apresentam a questão sob o ângulo da necessidade da tomada de decisões em torno de duas idéias: “o princípio da sacralidade da vida (PSV) e o princípio do respeito à autonomia da pessoa (PRA)” (REGO, PALÁCIOS e SIQUEIRA, 2009, p.95). Segundo os autores, a sacralidade da vida é considerada o ponto mais forte da oposição à eutanásia e ao aborto. Acrescentam que uma série de eventos tem envolvido sistematicamente a bioética na questão: o progressivo aumento da população, a aprovação de leis autorizando a eutanásia em vários países do mundo, as interrogações em torno dos avanços da medicina e a notícia de várias ocorrências, pelo mundo, que levantam a questão da moralidade da eutanásia e do suicídio assistido.

A visão cristã envolve a proteção e preservação da vida humana, a obrigação moral dos médicos em utilizarem de todos os meios para manter a vida e a decisão única e exclusiva de cada um sobre sua vida ou morte e tratamentos médicos.

A bioética, como uma disciplina nova, também surgiu da necessidade de que se estabeleçam padrões de comportamento entre profissionais da saúde e seus pacientes. As dimensões morais e espirituais de cada ato médico terminam por serem bastante evidentes quando a questão da eutanásia está em pauta. Não se deve matar!



Este é um princípio básico da humanidade, da religiosidade e de qualquer regra ou convicção moral.

Mas, e se a vida não representar nada além de uma penosa espera sem esperança? A bioética deve ainda controlar as consequências dos avanços médicos e estabelecer os limites para a forma que estes vão interferir na vida da sociedade e das pessoas que a compõem. A bioética, em resumo, prima essencialmente pela manutenção e prolongamento da vida física.

A questão toda não envolve apenas questões médicas, mas outras ciências do conhecimento humano e jurídico. A eutanásia, que em grego representa “a boa morte” (LITRÉ, 1908 apud REGO, PALÁCIOS E SIQUEIRA-BATISTA, 2009), significa provocar a morte de alguém, onde uma segunda pessoa busca, na própria visão, o benefício do outro, por misericórdia. Fato que a liberalidade, em geral está na figura do agente que não vai sofrer a ação, ou seja, o moribundo nem sempre tem a liberdade de escolha, por impossibilidade de manifestação. O fato da pessoa sujeita à eutanásia não ter sua vontade levada em consideração permite o pensamento de que o agente comete um delito, porém há de se considerar a autorização do próprio doente, seu cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

### **3 Metodologia**

A metodologia adotada no presente estudo compõe-se de pesquisas bibliográficas realizadas e fundamentadas por autores conceituados. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida, utilizando os autores que discorrem sobre o tema em estudo e análises dos materiais escritos, principalmente livros e sites de pesquisa científica. Os dados qualitativos são referentes aos conceitos apresentados e às opiniões diversas dos que abordaram sobre os sentimentos frente às situações.

### **4 Discussão**

Os que defendem a eutanásia admitem que uma das principais razões seja a misericórdia, posto que não haja mais nada a esperar, além do imenso sofrimento que causa ao paciente e aos seus familiares. No paralelo, as pessoas que convivem com esta pessoa não são indiferentes à dor e ao sofrimento de quem, por vezes, nem consciência tem da sua degradante situação.



A solidariedade muitas vezes evolui para um sentimento de prática da eutanásia, em especial quando a doença não oferece condições de cura, entendendo-se que a morte é melhor. A quem interessaria uma vida quase vegetativa, que poderia sim, ser desumana, pelo sofrimento e pela lenta degradação. Defendem, não a morte, mas o direito à escolha do tipo de vida que a pessoa supõe melhor para si e não tem condições de obter. Entendem que a qualidade de vida não é uma dolorosa passagem por ela, ou um lento e penoso processo de morrer.

A eutanásia seria um caminho para se evitar a dor e o sofrimento de quem não possui mais qualidade de vida. Muitos alegam, na defesa, que o paciente tem sim o direito à vida, mas também, de forma justa, o direito à morte. Em apoio, sabemos que o direito é uma ciência inexata, que evolui a partir da vontade popular, tornando-se em mecanismo de regulação das relações sociais, a partir das próprias aspirações da sociedade.

Os opositores alegam que devemos amar as pessoas e não lhes causar mais mal, além do que já sofrem. O conceito de que apenas Deus pode retirar a vida é o principal argumento da Igreja Católica, alegando ainda que sempre se deva escolher pela vida. O Papa Bento XVI tem afirmado que se busca na eutanásia uma falsa solução para o sofrimento. Os contrários afirmam ainda que aceitar a eutanásia poderá ser uma forma de identificação de um novo padrão que pela retirada da vida se possa ter solução para diversas aflições humanas, podendo, inclusive, aumentar a incidência de suicídios.

Ao analisar o princípio do respeito à autonomia da pessoa, Rego, Palácios e Siqueira-Batista (2009), contestam ainda o porquê de se tratar de forma sagrada apenas a vida humana, sob duas perspectivas “ou nenhuma vida é plenamente sagrada ou todas as vidas o são” (p.97). Os autores esclarecem ainda que se deva considerar a livre escolha das pessoas nas questões morais, pois estas refletem a relação autônoma de cada um, prestigiando a autodeterminação de cada ser. Trazem também mais dois conceitos a apoiar a eutanásia: o princípio da qualidade de vida e o conceito da compaixão laica, compreendido como a aceitação e o amparo à sua condição de vivente, na perspectiva de amainar o seu sofrimento.

Os únicos países que aceitam explicitamente a prática da eutanásia são a Holanda, Luxemburgo e Bélgica, sendo que nos Estados Unidos a aprovação ou proibição fica a critério de cada um dos estados da Federação. Em nenhum dos estados norte-americanos é permitida a eutanásia propriamente dita, mas sim, o

suicídio assistido onde o próprio paciente ingere medicamentos prescritos pelos médicos ou o desligamento de aparelhos e paralisação de tratamentos quando estes se tornarem ineficazes para uma verdadeira reabilitação do paciente (Batista-Schramm,2004). No Brasil se permite que um cidadão tire a vida de outro em apenas três circunstâncias: legítima defesa, aborto legal e estado de necessidade, onde se pratica um crime para evitar um mal maior.

O direito de recusar tratamento, outra forma de eutanásia pois inevitavelmente levará ao fim da vida, na análise abordada pelos diversos autores, também é levantada por Tom L. Beauchamp e James F. Children (2002), como dentro do alcance dos direitos do paciente. Desta forma, abordam estes, porque o paciente não teria direito ampliado de solicitar ajuda para solicitar assistência no sentido de controlar de que forma vão morrer.

Alguns, envolvidos ou não, entendem que a dor é uma forma de enriquecimento da alma e que cada pessoa deve viver o que a vida lhe traz. Esta opção de entender o sacrifício como redenção encontra-se enraizada na concepção de preceitos religiosos e nem ventila a possibilidade de alívio da alma pelo fim da vida do corpo.

## 5 Conclusão

O direito à vida, ou à morte, envolve também a dignidade humana? Com certeza, sim. Cada pessoa deve ter como base uma vida digna, nisso incluída a disposição da vida e da morte com dignidade. Há dignidade na vida, sobrevida, desfrutada em uma cama de hospital e dependente de meios não naturais para manter órgãos funcionando?

Mas a questão que nem juristas e nem religiosos conseguem responder é: existe vida se não há mais emoções e sentimentos? Atualmente o termo eutanásia passou pouco a pouco a representar a supressão indolor da vida, uma forma de abreviar a vida, mas também de evitar dores e incômodos ao paciente.

Tudo que se diz a propósito do final da vida, pode ter várias interpretações, a depender da formação religiosa, moral ou espiritual que se tenha desenvolvido. Provavelmente nunca conheceremos com exatidão o momento em que a vida realmente começa, pois nem sabemos fundamentar um conceito para seu efetivo

começo e seu derradeiro final. O tempo da vida pode relacionar-se à biologia, mas também ao valor do ser humano e à moral empregada na qualidade desta vida.

## REFERÊNCIAS

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James. F. **Princípios da Ética Biomédica**. Edições Loyola: São Paulo, 2002.

COSTA, Joaquim Almeida; SAMPAIO & MELO, A. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 8. ed. Porto Editora: Porto, 1998.

MINOIS, George. **L'Église et la Science**. Histoire d'un Malentendu. Editorial Estampa: Lisboa, 1998.

MOSER, Antônio; SOARES, André Marcelo M. **Bioética do Consenso ao Bom Senso**. Editora Vozes: Petrópolis, 2006.

REGO, Sérgio; PALÁCIOS, Marisa; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. **Bioética para Profissionais da Saúde**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

SIQUEIRA- BATISTA, Rodrigo; SCHRAMM, Fermin Roland. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, 9(1):31-41, 2004.

## CÂNCER ÓSSEO: UMA REVISÃO LITERÁRIA

Ariane Dal Osto<sup>1</sup>  
Jarbas Fernandes<sup>2</sup>  
Paola Duarte<sup>3</sup>

**Resumo:** O câncer ósseo é um tumor que destrói o tecido ósseo, sendo ele de forma benigna ou maligna. Geralmente esses tumores são locais, quando são benignos e quando forem malignos ocorrem à metástase, na qual se espalha para outra região do corpo. O câncer ósseo tem quatro estágios de evolução que definem sua progressão. O diagnóstico se dá através de ressonância magnética, raio X, tomografia, biopsia. Através do diagnóstico e do laudo da biopsia, o tratamento começa a ser realizado ou de forma cirúrgica removendo-o total para não haver crescimento e progressão, ou radioterapia e quimioterapia, assim evitando o surgimento novamente do câncer. Conclusão: o estudo teve como conclusão, baseamentos de conhecimento sobre a patologia e esclarecimento teórico para melhor proporcionar estudo sobre o tema.

**Palavras-chave:** Câncer Ósseo, Estágios, Diagnóstico e Tratamento.

### BONE CANCER: A LITERARY REVIEW

**Abstract:** Bone cancer is a tumor that destroys bone tissue, whether benign or malignant. Usually these tumors are local, when they are benign and when they are malignant they occur to metastasis, in which it spreads to another region of the body. Bone cancer has four stages of evolution that define its progression. Magnetic resonance imaging, X-ray, tomography, and biopsy diagnose it. Through the diagnosis and the report of the biopsy, the treatment begins to be performed or in a surgical way removing it total to not have growth and progretion, or radiotherapy and chemotherapy, thus avoiding the appearance of cancer again. Conclusion: the study had as conclusion, knowledge bases on the pathology and theoretical clarification to better provide study on the subject.

**Keywords:** Bone Cancer. Internships. Diagnosis. Treatment.

---

<sup>1</sup> Acadêmicos do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. E-mail: [aridalostofisio@gmail.com](mailto:aridalostofisio@gmail.com).

<sup>2</sup> Acadêmicos do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. [jarbasfernansilva@hotmail.com](mailto:jarbasfernansilva@hotmail.com).

<sup>3</sup> Acadêmicos do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. [paolalduarte@outlook.com](mailto:paolalduarte@outlook.com).

## Introdução

O câncer ósseo é um tumor maligno que destrói o tecido ósseo saudável. Mas nem todos os tumores ósseos são malignos há tumores benignos também, que são mais comuns que os malignos. O câncer ósseo pode ser dividido em duas fases que são: O primário e o secundário, o câncer ósseo primário se forma nas células dos ossos e o câncer secundário começa em outras partes do corpo eventualmente se espalhando para os ossos (metástase).

Então podemos entender que o câncer ósseo primário é um tumor local no osso, e o câncer secundário e quando ocorre uma metástase, ou seja células cancerígenas espalhadas na corrente sanguínea e passando para outra região do corpo.

Estudos recentes relatam que nos Estados Unidos, possui uma estimativa bastante fiel, até o final do ano de 2016, onde foram relatados por volta de 3.300 novos casos de câncer ósseo, 1.490 são mortes por câncer nos ossos e articulações.

Essas taxas de sobrevivência variam dependendo de uma infinidade de fatores, incluindo o tipo e o estágio do câncer se é primário ou secundário. De acordo com a Universidade de Rochester, no Reino Unido, somando todos os tipos de câncer nos ossos, combinados, a taxa de sobrevivência é de 5 anos e é de cerca de 70%. Variando de caso a caso e de paciente a paciente podendo se estender a mais anos de sobrevivência e de cura.

O câncer ósseo benigno inclui os tumores osteoma, osteoma osteoide, osteocondroma, osteoblastoma, encondroma, tumor ósseo de células gigantes, cisto ósseo aneurismático e a displasia fibrosa óssea. Já os tumores malignos incluem osteosarcoma, condrossarcoma, sarcoma de Ewing, histiocitoma fibroso maligno, fibrossarcoma e outros sarcomas.

O diagnóstico dessa patologia inclui exames laboratoriais que incluem a varredura óssea: Que é um líquido com material radioativo, é injetado na veia. Este material é infiltrado no osso, especialmente em áreas anormais, e lido por um scanner. Tomografia computadorizada: sendo um exame comumente usado para ver se o câncer nos ossos se espalhou e para onde ele se espalhou. Ressonância Magnética: Dispositivo que usa o campo magnético e ondas de rádio para criar imagens detalhadas do corpo, no qual se refere a um osso específico ou parte de um osso.

Tomografia (PET Scan): uma tomografia PET utiliza radiação, ou imagens de medicina nuclear, para produzir imagens em cores 3-D dos processos funcionais do corpo humano.

Raio-X: radiografias que podem detectar qualquer dano que o câncer pode ter causado ao osso. Também pode detectar novas células ósseas que começaram a se formar em torno do tumor. Uma radiografia não fornece dados suficientes para um diagnóstico definitivo, mas pode ajudar o cirurgião ortopédico a decidir se outros testes serão necessários. E por último temos a Biopsia óssea que é uma amostra de tecido ósseo extraído e examinado para detectar células cancerosas. Esta é a maneira mais confiável de diagnosticar câncer ósseo.

Após o diagnóstico e a verificação de qual câncer vai ser tratado seja ele benigno ou maligno, vamos ver em qual estágio ele se encontra se é estágio. Estágio 1 se o câncer não se espalhou para fora do osso, sendo assim o câncer não é agressivo. Estágio 2 que é igual ao estágio 1, mas é um câncer agressivo. Estágio 3 onde os tumores existem em pelo menos dois lugares no mesmo osso. E por último o Estágio 4 que é quando o câncer se espalhou para outras partes do corpo. Através desses estágio ocorre à base de tratamento. Se o câncer é agressivo ou não, se é maligno ou benigno. Assim iniciando a forma de tratamento através de cirurgia se necessário ou de quimioterapia ou radioterapia.

O processo cirúrgico tem como objetivo remover o tumor (se possível completamente) e parte do tecido ósseo que o rodeia. Se alguma porção do câncer for deixado para trás depois de remover-se cirurgicamente o tumor, ele pode continuar a crescer e eventualmente se espalhar, voltando o câncer novamente. Algumas intervenções cirúrgicas ocorrem, sem ter que se amputar o membro. O cirurgião pode utilizar algum osso de outra parte do corpo para substituir o osso perdido (enxerto ósseo), ou um osso artificial pode ser utilizado. Em alguns casos, no entanto, a amputação de um membro pode ser necessária devido à progressividade da evolução do câncer.

Outra maneira de tratamento utilizada é a radioterapia comumente usada no tratamento de muitos tipos de câncer. Nela, são usados feixes de raios-X de alta energia ou partículas (radiação) para destruir células cancerosas. A radioterapia funciona danificando o DNA dentro das células tumorais, destruindo sua capacidade de se reproduzir. Assim tornando o câncer estável sem progressão.

E por último temos como tratamento a quimioterapia que envolve o uso de produtos químicos (medicamentos) para tratar a doença. Sendo bem específico, o objetivo da quimioterapia é a destruição das células cancerosas. A medicação citotóxica evita que as células cancerosas se dividam e cresçam.

## Metodologia

Foi realizada a extração de publicações, em língua portuguesa e inglesa, relacionadas aos temas Câncer Ósseo, estágios, diagnóstico e tratamento e Fisioterapia Oncológica através de bancos de dados científicos eletrônicos (SciELO, Lilacs, MEDLINE), sites e organizações ou instituições voltadas à pesquisa.

Foi priorizado incluir publicações mais recentes referentes ao tema em questão e às revisões sistemáticas concluídas nos últimos dez anos. Os textos analisados e sintetizados de forma reflexiva afim de obter informações consistentes.

## Conclusão

O referente estudo busca trazer como conclusão um estudo de revisão bibliográfica, que visa esclarecer mais sobre o câncer ósseo e seus sintomas, estágios, diagnóstico e tratamento, assim proporcionando maior conhecimento e embasamento do tema. Procuramos trazer de forma sucinta, breve e clara o assunto, para que não haja dúvidas e desentendimento ao ler este artigo. Concluímos, assim, este estudo e que ele seja de pleno aproveitamento aos que buscarem conhecimento do tema aqui descrito.

## REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, Ana Paula Serra. ET AL. – **Câncer Ósseo: Enfoque sobre a biologia do câncer**. Revista Saúde e Pesquisa, set. /dez. 2010.
2. LOPES, Ademar. ET AL. – **Tumores Malignos Primários dos Ossos**. Arq.Cat.Med. 1997 Jan/dez.
3. PRESTI, Paula de Figueiredo. ET AL. - **Estudo epidemiológico de câncer na adolescência em centro de referência**. Rev Paul Pediatra 2012.



4. RODRIGUES, Karla Emilia.ET AL. – **Diagnóstico precoce do câncer infantil: Responsabilidade de todos.** Rev Assoc.Med. Bras 2003.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADO NO LAR DO IDOSO SÃO VICENTE DE PAULA EM SÃO LUIZ GONZAGA APÓS INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA<sup>45</sup>

LINK, Elisandra<sup>46</sup>  
MAIA, Paola Trindade<sup>47</sup>  
OLIVEIRA, Marzane<sup>48</sup>

### Introdução

Sabe-se que, os resultados apresentados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) demonstraram um aumento considerável da população com mais de 60 anos de idade para as próximas décadas, uma vez que, o envelhecimento é um fenômeno “*à priori*” que atinge todos os seres humanos impreterivelmente.

Segundo Netto (2002) a velhice é caracterizada como a fase final do ciclo da vida. Esta fase apresenta inúmeras manifestações físicas, psicológicas, sociais e debilitantes, dos quais se destacam a diminuição da capacidade funcional, trabalho e resistência; aparecimento da solidão; calvície; perda dos papéis sociais; prejuízos psicológicos, motores e afetivos.

Frente a isso, se faz necessário o cuidado, atenção nessa fase da vida, uma vez que o processo de envelhecimento é gradativo e o maior desafio na atenção à pessoa idosa é conseguir contribuir para que, apesar das inúmeras limitações que possam ocorrer, esse processo seja redescoberto como um processo de possibilidades e uma maior qualidade de vida.

Nesse contexto, o tratamento fisioterapêutico é de extrema importância para os idosos, pois ao serem expostos as atividades interativas eles se sentem-se mais funcionais e assim possibilita o retardo nesse processo de envelhecimento, reduzindo as incapacidades, promovendo a qualidade e proporcionando o bem-estar social.

---

<sup>45</sup> Relato de experiência realizado a partir do tratamento fisioterapêutico realizado pelas acadêmicas de fisioterapia do sétimo semestre da URI-SLG, nos idosos do Lar São Vicente de Paula, do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>46</sup> Graduanda do Curso de Fisioterapia, 7º semestre, URI/SLG. E-mail: [Elisandra\\_link@hotmail.com](mailto:Elisandra_link@hotmail.com)

<sup>47</sup> Graduanda do Curso de Fisioterapia, 7º semestre, URI/SLG. E-mail: [paolatrindademaia@gmail.com](mailto:paolatrindademaia@gmail.com)

<sup>48</sup> Fisioterapeuta, Mestra pelo Programa de Atenção Integral a Saúde, Docente na URI São Luiz Gonzaga, E-mail: [marzane.oliveira@yahoo.com.br](mailto:marzane.oliveira@yahoo.com.br)

Diante disso, este relato de caso tem como objetivo, observar a interação dos idosos institucionalizados no Lar São Vicente de Paula de São Luiz Gonzaga após o tratamento fisioterapêutico realizado pelas acadêmicas do sétimo semestre da URI/SLG.

## **Metodologia**

Trata-se de um relato de experiência, desenvolvido a partir do tratamento fisioterapêutico realizado pelas acadêmicas do sétimo semestre, nos idosos “X” e “Y” residentes no Lar São Vicente de Paula da cidade de São Luiz Gonzaga. Os atendimentos foram realizados no mês de maio e junho de 2019, no decorrer das aulas práticas de gerontologia. A ficha de avaliação foi aplicada antes de começar e após o término dos atendimentos fisioterapêuticos. A coleta de dados se baseou de um roteiro de entrevista estruturado, embasado nas dimensões de avaliação multidimensional do idoso: avaliação social, física, funcional e mental, além do plano de tratamento realizado para cada idoso.

## **Resultados e discussão**

O questionário (ficha de avaliação geriátrica) é um método que proporciona e facilita o trabalho do fisioterapeuta durante o atendimento ao paciente idoso. Sendo assim, possível traçar um plano de tratamento específico para cada paciente. A ficha de acompanhamento geriátrico foi aplicada pelas acadêmicas do curso de fisioterapia do sétimo semestre da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, do município de São Luiz Gonzaga a dois idosos assistidos Sr. J.L (75 anos) e Sra. A.M (79 anos), aqui denominados de paciente “X” e paciente “Y”. O questionário continha perguntas relacionadas ao atendimento fisioterapêutico.

### *1 – Avaliação física*

Quanto as doenças evidenciadas pelos pacientes entrevistados podem-se perceber que ambos se queixaram de dores (paciente “X” – dor na coluna), paciente “Y” – dor no lado direito do ombro principalmente, dores nas articulações e coluna). Mas o paciente X possui Alzheimer e faz uso de medicamentos para essa doença também, em específico. Quando questionados sobre o uso de medicamentos, ambos afirmam que tomam algum tipo de medicação de forma continuada.

Frente a isso, as alterações musculoesqueléticas, especialmente a dor articular, são situações de prevalência em idosos e implicadas em prejuízos em sua capacidade funcional. A dor articular é provocada, tanto por alterações fisiológicas pertinentes ao envelhecimento, como de doença articular degenerativa que, segundo Smeltzer e Bare (2002), afetam todos os idosos com mais de 70 anos.

### *II – Avaliação funcional*

Com relação às atividades da vida diária, pode-se elencar que a idosa denominada (A.M) referiu facilidade para a execução da higiene pessoal; e tem independência no ato da alimentação; coloca e retira vestimentas sem auxílio; expressa ser capaz de realizar de forma independente, atividades como caminhar, subir e descer escadas e deitar-se; não apresenta problemas relativos à comunicação, como falar, entender o que se falava, ler, escrever e telefonar. Já o idoso denominado (J.L), locomove-se com auxílio de andador, expressa certa dificuldade na fala, utilizase de fraldas para suas necessidades fisiológicas diárias, e precisa de ajuda para realizar as atividades do dia a dia.

### **Considerações finais**

A avaliação geriátrica depende de uma visão holística do profissional, pois por ser uma avaliação sistêmica, precisa-se que desde o primeiro atendimento ao paciente seja evidenciado os fatores que afetam aquele indivíduo, suas peculiaridades e subjetividades, destacando aspectos da anamnese e exame físico e, conseqüentemente, diminuindo agressões diagnósticas e terapêuticas desnecessárias.

Assim sendo, cabe aos profissionais de saúde (fisioterapeutas) fazerem o acompanhamento posterior, que pode ser realizado a nível ambulatorial, institucional ou domiciliar, uma vez que, o aumento da população idosa, acarreta um maior cuidado e atenção.

Portanto, para se oferecer uma resposta eficiente aos problemas de saúde do idoso, não basta oferta-lhe, apenas uma intervenção geriátrica/gerontológica, pois para que se tenha efeito gradativo é preciso ampliar a abordagem de modo psicossocial (com fatores externos e internos do paciente), fazendo com que seja evitado inúmeros equívocos na assistência do paciente idoso.

## REFERÊNCIAS

FREITAS, E.V. et al. Tratado de geriatria e gerontologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, ed 3, 2006.

NETTO, M.P. História da velhice no século XX: Histórico, definição do campo e temas básicos. In E.V. Freitas., L. Py., A.L. Néri., F.A.X. Cançado., M.L. Gorzoni, M.L e S.M. Rocha (Eds.), Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p.1-12, 2002.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Guia Clínica para Atención Primaria a las Personas Mayores. 3. ed. Washington, DC, 2003

**1.7 Meio ambiente e educação**

**1.8 Ciências ambientais e estratégias de inovação para a educação**

**Avaliadores:**

**Cinara dal Santo Pes, Jean Lucas Poppe e Juliana do Nascimento**

**Antes**

## RESPONSABILIZAÇÃO POR DANOS AMBIENTAIS E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO

Débora Morais Garay<sup>49</sup>  
Miriane Maria Williers<sup>50</sup>

**Resumo:** De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos têm direito a um meio ambiente equilibrado e sadio, uma vez que é necessário para a manutenção da qualidade de vida. Para que isso seja possível, existem leis que protegem os recursos naturais, bem como determinam a responsabilização daqueles que prejudicam o ecossistema. Tal responsabilização pode se dar em três esferas, quais sejam: a administrativa, a civil e a penal. O objetivo desse artigo é apresentar um breve referencial teórico a respeito do meio ambiente como direito fundamental aos seres humanos, além de explicar de forma sucinta os diferentes tipos de responsabilidade e como esse instituto auxilia na preservação ambiental. Através da pesquisa, observou-se que existem diferentes razões para a dificuldade da manutenção de um meio ambiente sadio, tais como o desconhecimento da temática, a desigualdade social e não aplicação da lei. O intuito, afinal, é trazer à tona essa temática, a fim de conscientizar a população de sua importância.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Responsabilidade. Direito Fundamental.

## RESPONSIBILITY FOR ENVIRONMENTAL DAMAGE AND THE EFFECTIVENESS OF FUNDAMENTAL RIGHT TO THE ECOLOGICALLY BALANCED ENVIRONMENT

**Resumen ou Abstract:** According to the Federal Constitution of 1988, everyone has the right to a balanced and healthy environment, since it's necessary for the maintenance of quality of life. To make this possible, there are laws that protect natural resources, as well as determine the accountability of those that damage the ecosystem. Such accountability can occur in three spheres, namely: administrative, civil and criminal. The purpose of this article is to present a brief theoretical framework on the environment as a fundamental right for human beings, in addition to explaining in a succinct way the different types of responsibility and how this institute helps in environmental preservation. Through the research, it was observed that there are different reasons for the difficulty of maintaining a healthy environment, such as the lack of knowledge on the subject, social inequality and non-application of the law. The purpose, after all, is to bring up this topic in order to raise awareness of the importance of the population.

**Palabras-clave ou Keywords:** Environment. Responsibility. Fundamental right.

<sup>49</sup> Acadêmica do Curso de Direito da URI – Câmpus e São Luiz Gonzaga. E-mail: [deboramoraisgaray@gmail.com](mailto:deboramoraisgaray@gmail.com).

<sup>50</sup> Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada (URI) – Campus de Santo Ângelo. Professora na Graduação na URI – Campus de São Luiz Gonzaga, nas disciplinas de Direitos Humanos e Cidadania, Direito Tributário e Direito Administrativo. Advogada Pública do Município de Santo Ângelo. E-mail: [profmiriane@saoluiz.uri.edu.br](mailto:profmiriane@saoluiz.uri.edu.br).

## 1 Introdução

O Brasil, atualmente, enfrenta diversos problemas ambientais. Acompanhando as notícias na mídia, pode-se observar as queimadas no Pantanal e na Amazônia, desmatamento em várias regiões, além da poluição dos recursos hídricos<sup>51</sup>. Observa-se, ainda, que na maior parte das situações, os danos causados ao meio ambiente não tem seus agentes responsabilizados, o que prejudica a recuperação ambiental, bem como cria a impressão de liberdade para exploração irregrada dos recursos naturais.

Assim, a presente pesquisa discute a responsabilização por danos ambientais como mecanismo de efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A metodologia deste estudo é baseada em revisão bibliográfica e da literatura acerca da temática, consultando-se obras literárias, artigos científicos, a Constituição Federal, a legislação e doutrinas. O método utilizado será o dedutivo, partindo-se de premissas gerais para a análise de situações específicas.

O artigo foi dividido em três partes: num primeiro momento, é analisado o meio ambiente equilibrado como direito humano e fundamental, partindo de declarações, pactos e conferências internacionais, e também no cenário local, especialmente, na Constituição Federal de 1988. Num segundo momento, serão apresentadas as diversas espécies de responsabilização por danos ambientais. E, por fim, será discutida em que medida a responsabilização promove a concretização do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

## 2 O meio ambiente com direito humano e fundamental

Inicialmente, é importante conhecer o conceito de meio ambiente. De acordo com Fiorillo (2019), o meio ambiente pode ser conceituado como tudo aquilo que nos circunda. Ainda, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), em seu artigo 3º, define como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/topics/c5qvpqj1dy4t> e <https://g1.globo.com/natureza/>.



formas”. Em suma, trata-se das circunstâncias que rodeiam o ser humano no local onde está.

O direito ao meio ambiente sadio é uma prerrogativa recente no rol dos direitos humanos. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi estabelecida proteção aos direitos civis e políticos e aos direitos econômicos, sociais e culturais, que, posteriormente, foram melhor delineados no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966. Este foi ratificado pelo Brasil, através do Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992 (BRASIL, 1992). Bedin ressalta que o direito humano ao meio ambiente

foi reconhecido, inicialmente, pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art.12,b) e se consolidou com a Declaração Universal dos Direitos dos Povos, que assim o prescreveu no art.16: todo povo tem direito à conservação, à proteção e ao melhoramento do meio ambiente (2002, p.76)

De acordo com Mazzuoli e Teixeira (2013, p.204), a “complexa rede criada para proteger os direitos humanos definidos pela Declaração Universal de 1948 teve, a partir de 1972, de se adaptar à nova concepção de que o acesso a um ambiente sadio é também um direito humano a ser garantido”.

O reconhecimento do direito humano ao meio ambiente equilibrado ocorreu de modo mais contundente na Declaração de Estocolmo das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1972). Neste documento internacional restou declarada a importância do meio ambiente como questão fundamental que afeta a todos os povos, sendo, portanto, um dever de todos os governos. No item 1 da proclamação restou consignado a relação próxima do homem com a natureza, ao dispor que “O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente” (ONU, 1972, s.p.). Eis, a relevância do meio ambiente para o ser humano.

Em 1992, ocorreu no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. Esta conferência reafirmou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972, e buscou avançar a partir dela. (ONU, 1992). Para Mazzuoli e Teixeira (2013), a partir da Rio-92, os princípios dos direitos

humanos da universalidade, indivisibilidade e interdependência foram também vinculados à proteção ambiental. Os autores apontam ainda que:

O direito ao meio ambiente construído por Estocolmo e Rio de Janeiro é estruturado a) pela inserção do acesso a um ambiente sadio no rol dos direitos humanos de solidariedade e b) pela preocupação com o desenvolvimento sustentável. (2013, p.200).

O direito ao meio ambiente sadio também é um direito fundamental inscrito na Constituição Federal de 1988, no art. 225, que dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois essencial à sadia qualidade de vida (BRASIL, 1988).

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar o MS 22.164, em 1995, o Ministro Relator Celso de Mello, apontou o meio ambiente como direito humano e fundamental:

O direito a integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, a própria coletividade social. Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade (BRASIL, 2018)<sup>52</sup>.

Da mesma forma que consagra um direito, o art. 225 da Constituição de 1988 também dispõe sobre um dever fundamental. Impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Caso descumpridas estas obrigações constitucionais, poderão os infratores serem responsabilizados. Esta responsabilidade poderá ocorrer na seara administrativa, civil e criminal.

Importante assinalar que a Declaração de Estocolmo e, especialmente, a Rio-92, estabelecem, como princípios, a responsabilização em caso de infrações

---

<sup>52</sup> Decisão publicada na obra A Constituição e o Supremo, 6ª ed. Brasília: 2018, p. 1.710-1.711. Disponível em [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/a\\_constituicao\\_e\\_o\\_supremo\\_6a\\_edicao.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/a_constituicao_e_o_supremo_6a_edicao.pdf). Acesso em 27 set.2020.

ambientais.

### 3 Responsabilização por danos ambientais

A Carta da República de 1988 determinou que todos têm direito a um meio ambiente equilibrado, pois este é necessário para manutenção da qualidade de vida humana, devendo ser defendido e preservado, a fim de ter recursos naturais que atendam às necessidades das presentes e futuras gerações. Ainda, no parágrafo 3º do art. 225, determinou que:

“As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (BRASIL, 1988)”.

Ainda, é necessário o conhecimento da concepção de dano. Milaré (2018), afirma que, uma vez que o conceito de meio ambiente é aberto, deixando o entendimento correto a cargo do intérprete e da análise do caso concreto, o mesmo ocorre com a conceituação de dano ambiental. A Lei nº 6.938/81, ainda em seu artigo 3º, inciso II, define degradação ambiental como “a alteração adversa das características do meio ambiente”. Nesse sentido, “é a ação ou omissão que prejudique as diversas condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permita, abrigue e reja a vida, em quaisquer de suas formas” (ANTUNES, 2019, p. 383).

Diante disso, surge o interesse em analisar as formas que o indivíduo pode ser responsabilizado pelos danos ambientais causados. Conforme GIACOMELLI e ELTZ (2018) as formas de responsabilidade ambiental operam nas seguintes esferas: administrativa, penal e civil. A esfera administrativa é caracterizada por restrições impostas a pessoa física ou jurídica, quanto as suas atividades econômicas, como forma de penalidade. Na esfera penal, há uma punição mais severa e que visa intervir quando as agressões ao meio ambiente são extremamente reprováveis. Por fim, na esfera civil, se caracteriza pelo dever de reparação quanto ao dano causado a outrem, por falta de zelo ao meio ambiente.

Dessa forma, entende-se que aqueles sujeitos que danificarem o meio ambiente responderão pelos danos causados em três esferas diferentes, todas independentes e contemplando diferentes aspectos da infração causada.

A primeira esfera a ser verificada trata-se da responsabilidade administrativa. É resultante de infrações a normas administrativas, trazendo ao infrator sanções como advertências, multas, interdição de atividades, entre outras, de natureza também administrativa (SILVA, 2019).

Entende-se que se trata de penalidades impostas por órgãos vinculados aos entes estatais, de acordo com os limites estabelecidos por lei. São restrições impostas aos indivíduos em relação a suas atividades econômicas, dessa forma, restringindo suas riquezas (GIACOMELLI, 2018).

Tal atitude dos órgãos públicos pode ser denominada poder de polícia, uma vez que à Administração Pública, em suas atribuições, compete limitar e disciplinar os direitos, interesse e liberdade dos cidadãos, especialmente em relação à práticas de atos que podem prejudicar bens de uso comum do povo, essenciais a qualidade de vida, como exemplo, o meio ambiente (FIORILLO, 2019).

Nesse sentido, na legislação, em que pese existam diferentes institutos que preveem as penalidades administrativas, é importante ressaltar a Lei nº 9.605/1998, a qual traz, em seu capítulo VI, as definições de infração administrativa, sua apuração e possíveis sanções. A definição de infração se encontra no artigo 70, qual seja, “toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente” (BRASIL, 1998).

Além disso, as legislações federal, estadual e municipal podem definir, no âmbito de sua competência, quais ações ou omissões serão consideradas infrações e quais serão suas respectivas penalidades (SILVA, 2019). Assim, cabe a cada cidadão, quando do interesse em realizar qualquer conduta referente ao meio ambiente, verificar a legislação pertinente.

Por sua vez, a responsabilidade civil impõe ao infrator a obrigação de ressarcir o prejuízo que causou com sua conduta ou atividade (SILVA, 2019). A Lei nº 6.938, em seu artigo 14, §1, ressalta que, além de outras penalidades previstas, o poluidor deve, independente de culpa, indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente por sua atividade.

Nesse ponto, ressalta-se que a legislação brasileira se utiliza da responsabilidade objetiva, quando não há necessidade de comprovação de culpa para a exigência de reparação. Conforme Trennepohl (2019), para a caracterização da responsabilidade são necessários dois elementos, quais sejam, a existência de um

prejuízo sensível e um nexo de causalidade entre ele a atividade que o causou. O dano precisa estar ligado com a atividade, e não com a conduta do agente.

Analisando-se a Constituição Federal e a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, observa-se que não ficou estabelecido nenhum requisito vinculado à culpa para determinar o dever de reparar o dano causado ao meio ambiente (FIORILLO, 2019). Trata-se de recuperar/reparar o dano ambiental causado.

A legislação, em especial o Código Civil de 2002, em seu artigo 927, parágrafo único, determina que “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”. Observa-se que determinados trabalhos e empreendimentos se utilizam de recursos naturais, direta ou indiretamente, de forma que, em todas as situações, seus agentes estão assumindo o risco de causar algum dano. Dessa forma, são passíveis de ser responsabilizados.

Trata-se da teoria do risco, que entende a responsabilidade em decorrência do próprio fato oriundo do risco natural da atividade desenvolvida, sem questionamentos a respeito de negligência ou imprudência do agente danificador (MILARÉ, 2018).

De acordo com Silva (2019), para a instalação de uma obra ou uma atividade potencialmente poluidora/causadora de grande degradação ambiental, a Constituição Federal determina<sup>53</sup> que seja realizado um Estudo Prévio de Impacto Ambiental, o qual vai dizer quais possíveis danos podem ser causados, a fim de orientar o empreendedor em suas ações. Tal estudo é encaminhado aos órgãos ambientais competentes, de modo que o agente obtenha o licenciamento para modificar o meio ambiente por meio de sua atividade. No entanto, isso não o exime da responsabilidade de reparar eventuais danos que possa causar ao meio ambiente ou a um terceiro.

Ainda, importante dizer que, tratando-se de responsabilidade objetiva, não é necessário que o mesmo indivíduo que danificou o meio ambiente seja o responsável por repará-lo. A obrigação de reparar os danos ambientais é uma obrigação *propter rem*, ou seja, própria da coisa, qual seja, a área danificada. Em caso de venda do

---

<sup>53</sup> Artigo 225, inciso IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;



local, o novo proprietário é o responsável por sua recuperação, mesmo que não tenha contribuído de forma alguma para o dano (TRENNEPOHL, 2019).

Quanto ao modo de recuperação do dano, de acordo com Fiorillo (2019), pode ser feita de duas formas: a reparação natural e/ou indenização em dinheiro. No entanto, não se deve pensar que a escolha pode ser feita pelo agente que danificou, mas sim após uma análise da situação. Em primeiro lugar, se verifica se é possível retornar à situação anterior daquela área. Em não sendo possível, se define um valor a ser pago pelo causador do dano.

De certa forma, é preferível a reparação natural, uma vez que providencia uma recuperação mais efetiva do meio ambiente, garantindo, assim, o equilíbrio. Confirma-se isso no artigo 4º, inciso VI, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, o qual fala a respeito da manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.

Como já visto, a esfera administrativa é responsável pelas sanções por desrespeito às normas da Administração Pública, enquanto a esfera civil é responsável pela reparação do dano. Por sua vez, a esfera penal é o modo mais radical de se punir as infrações ambientais, uma vez que prevê a restrição de liberdade (GIACOMELLI, 2018).

A manutenção dos recursos naturais e do meio ambiente é de extrema importância para a perpetuação da raça humana. Tratando-se de um direito constitucional, entende-se porque o legislador elaborou uma lei identificando e centralizando os crimes ambientais, qual seja, Lei nº 9.605/98. Em que pese existam outros tipos penais além da citada lei, pode-se afirmar que ela configura o centro do sistema penal ambiental (GIACOMELLI, 2018).

Nesse contexto, deve-se lembrar do princípio da legalidade: não há crime sem lei anterior que o defina<sup>54</sup>. Dessa forma, também, os crimes ambientais só existem em virtude da lei. Ainda, sabe-se que o Direito Penal é a *ultima ratio*, devendo ser utilizado apenas em casos em que não há mais solução por outros ramos do Direito (MILARÉ, 2018). Sabendo a importância de um meio ambiente equilibrado à sociedade, entende-se pertinente a definição como crime dos danos causados à natureza (SILVA, 2019).

Com o advento da Lei nº 9.605/1998, outras leis que definiam crimes ambientais foram revogadas, uma vez que esta lei reuniu os crimes possíveis e os

---

<sup>54</sup> Artigo 1º, Código Penal.

dividiu com base nos seus objetos de tutela, quais sejam: crimes contra a flora, contra a fauna, poluição e outros e crimes contra a Administração Ambiental (SILVA, 2019). Tais crimes são apurados através de ação penal pública incondicional, tendo o Ministério Público como capacitado para propor.

Ainda, em relação às normas que preveem crimes, deve-se ressaltar o uso de normas penais em branco, em virtude da diversidade de fatos que podem ocasionar danos ambientais e a incapacidade do legislador de prever todas as hipóteses (GIACOMELLI, 2018). No entanto, conforme Milaré (2018), deve-se assinalar que o indivíduo que comete um crime ambiental não necessariamente procura apenas o seu benefício, pois a exploração de recursos naturais é positiva, quando para a produção de bens. O crime de fato ocorre quando há um excesso de consumo.

#### **4 Responsabilidade e concretização do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado**

Após analisar as três esferas de responsabilidade ambiental pode-se afirmar que a responsabilização se constitui em instrumento de efetivação do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. Entretanto, embora com todo o aparato legal existente no Brasil, os danos proliferam. Em virtude disso, entende-se a responsabilização como um mecanismo de proteção ao meio ambiente, pois através de suas diferentes formas (reparação natural ou prestação pecuniária), procura restaurar o *status quo* da área afetada, bem como evitar que os indivíduos cometam novos danos (MILARÉ, 2018). Mas, não é o único instrumento para assegurar esse direito.

A Constituição Federal, no § 1º do art.225, aponta uma série de medidas atribuídas ao Poder Público para efetivar esse direito fundamental. Para tanto, são necessárias uma série de políticas públicas ambientais em todos os níveis de governo.

Na verdade, a concretização deste direito humano, enfrenta dificuldades, pois está ligado ao cumprimento de deveres fundamentais de proteção ambiental. O que demanda educação ambiental, conscientização do cidadão e da coletividade. Nesse sentido, o princípio da Educação Ambiental é lembrado, uma vez que incentiva que se aprenda a educação ambiental em todos os níveis de ensino, pois “só com a consciência político-ambiental ampliada no espectro comunitário é que proteção ambiental tomará a forma desejada pelo constituinte” (SARLET *et al*, 2017, p. 203).

Destaca-se que o inciso VI, do § 1º do art. 225, da CF/88 ordena que cabe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação ambiental (BRASIL, 1988). E neste aspecto, ainda precisamos avançar muito. Enquanto, as pessoas não realizarem, a separação correta do lixo urbano, por exemplo, são necessárias campanhas de conscientização e investimentos em educação.

Outro aspecto importante a considerar é que o consumo desenfreado provoca reflexos danosos ao meio ambiente e esta é uma temática que não vem sendo discutida pela sociedade. Têm sido divulgadas notícias a respeito do Dia da Sobrecarga da Terra<sup>55</sup>, o qual é entendido como o marco em que os seres humanos começam a consumir recursos naturais além da capacidade em que o planeta pode se regenerar. No entanto, não parece ter incentivado os seres humanos a diminuir seu consumo.

É preciso que a busca pelo desenvolvimento econômico seja realizada mediante a sustentabilidade. Sarlet e Fensterseifer apontam que

O enfrentamento dos problemas ambientais e a opção por um desenvolvimento sustentável passam, portanto, necessariamente, pela correção do quadro alarmante de desigualdade social e da falta de acesso de parte expressiva da população aos seus direitos sociais básicos, o que, importa referir, também é causa agravante da degradação ambiental. A realização dos direitos sociais, além de não ter atingido níveis satisfatórios na maior parte dos casos, necessitando, portanto, de contínuo investimento, de há muito reclama seja agregado um novo desafio existencial, no caso, a proteção do ambiente (2017, p. 128-129).

A desigualdade social também deve ser minorada, a fim de que se obtenha sucesso na aplicação das leis ambientais. A falta de conhecimento, tanto da legislação ambiental quanto de seus direitos, torna as pessoas vulneráveis e dificulta o sucesso da preservação ambiental. Conforme Sarlet e Fensterseifer

A democracia impõe a criação de condições políticas, econômicas, educacionais, culturais etc. que permitam a participação de todos na vida pública em condições de igualdade, o que é fundamental para conferir efetividade às normas ambientais (2017, p. 206).

Como se vê, não são somente ações punitivas que vão inibir os danos ambientais e colocarem em risco este direito humano fundamental. Ainda há um logo

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2020/08/22/marco-historico-planeta-esgota-neste-sabado-2208-os-recursos-naturais-que-tinha-para-2020.ghtml>.



caminho a ser percorrido, até se atingir o ponto previsto pelo Constituinte. No entanto, através da conscientização da população, de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito a ser reivindicado, mas é também um dever a ser observado por todos.

## 5 Considerações Finais

Com base no exposto, percebe-se que o meio ambiente é essencial para a manutenção da vida. É um direito humano e fundamental, garantido por diversas leis e ordenamentos. Para sua manutenção, também são previstos diferentes tipos de responsabilização, para todos aqueles que causarem danos ambientais.

Entende-se que as diferentes esferas da responsabilidade ambiental são independentes, mas complementares, uma vez que englobam diferentes aspectos do dano ambiental. Ainda, verificou-se que são necessárias, pois servem para inibir o cometimento de ações danosas e que prejudiquem o interesse coletivo, além de ajudar na restauração do equilíbrio ambiental. Mas além da responsabilização, para assegurar a efetividade deste direito, outras políticas públicas são necessárias.

Observou-se a existência de diferentes razões para a dificuldade da real garantia de um meio ambiente equilibrado a todos. A desigualdade social, a ausência de preocupação com as futuras gerações e sua sobrevivência, a falta de um ensino mais direcionado às questões ambientais são alguns pontos que podem ser citados.

Entende-se que o intuito da pesquisa foi atingido. Ao apresentar um histórico do meio ambiente como direito fundamental e a responsabilização por danos, busca-se fazer uma provocação, a fim de motivar a comunidade a pensar mais sobre a temática e se conscientizar a respeito da importância da preservação ambiental para a perpetuação da vida.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 20 Edição. São Paulo: Atlas, 2019.
- BEDIN, Gilmar Antonio. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. 3ª. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm) >. Acesso em 26 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406/2002. **Institui o Código Civil.** Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm) >. Acesso em 22 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 2.848/1940. **Código Penal.** Brasília: Senado Federal, 1940. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm) >. Acesso em 24 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 6.938/1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.** Brasília, Senado Federal, 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm) >. Acesso em 23 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.605/1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Brasília, Senado Federal, 1998. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm) >. Acesso em 24 de setembro de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **A Constituição e o Supremo.** 6ª ed. Brasília: 2018. Disponível em [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/a\\_constituicao\\_e\\_o\\_supremo\\_6a\\_edicao.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/a_constituicao_e_o_supremo_6a_edicao.pdf). Acesso em 27 set.2020

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 19 Edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira. ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo. **Direito e legislação ambiental.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria. O Direito Internacional do Meio Ambiente e o *Greening* da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. In: **Revista Direito GV.** Jan-jun. São Paulo: 2013, p.199-242.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente.** 11 Edição, ver., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

ONU. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972.** Disponível em: <[https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972\\_Declaracao\\_Estocolmo.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf)> Acesso em 26 set.2020.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do direito ambiental.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional.** 11 edição., atual. São Paulo: Malheiros, 2019.

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de Direito Ambiental**. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

## A AVALIAÇÃO EXTERNA ENQUANTO IMPORTANTE INSTRUMENTO DE GESTÃO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA URI SÃO LUIZ GONZAGA

Débora Morais Garay<sup>56</sup>  
Cinara Dal Santo Pes<sup>57</sup>  
Leonardo Silveira Farias da Silva<sup>58</sup>



**Resumo:** A avaliação do ensino superior é entendida como um importante instrumento de gestão, auxiliando no aprimoramento constante das Universidades. Entende-se que a avaliação possibilita a reestruturação do método educacional e a introdução de mudanças na Instituição, colaborando com a reforma das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Universidade, visando a melhorias em cada um desses pilares fundamentais, tendo como objetivo compreender e avaliar todos os processos realizados pela Instituição de Ensino Superior (IES), intervindo criticamente na comunidade acadêmica e científica. Nesse contexto, se inserem a avaliação institucional interna e externa, as quais são consideradas formas de garantir transparência às ações das instituições de ensino, do mesmo modo que seus resultados podem ser considerados uma prestação de contas das instituições para com a sociedade. Além disso, seus resultados servem para nortear a tomada de decisões do grupo gestor da Universidade. Nesse contexto se insere o presente artigo, o qual tem como intuito apresentar um breve referencial teórico a respeito da avaliação externa, sua importância na comunidade acadêmica, bem como analisar os resultados obtidos na avaliação externa realizada nos cursos de Fisioterapia, Engenharia Elétrica, Ciências Contábeis e Educação Física na URI – Câmpus de São Luiz Gonzaga.

**Palavras-chave:** Avaliação Externa. Gestão. Ensino Superior. SINAES.

### EXTERNAL EVALUATION AS AN IMPORTANT INSTRUMENT OF MANAGEMENT TO HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: AN ANALYSIS OF THE URI SÃO LUIZ GONZAGA

<sup>56</sup> Acadêmica do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga/RS. Grupo de Pesquisa em Avaliação Institucional da URI. PIIC/URI. E-mail: deboramoraisgaray@gmail.com.

<sup>57</sup> Doutora. URI – São Luiz Gonzaga/RS. Grupo de Pesquisa em Avaliação Institucional da URI. E-mail: cinaradalsanto.pes@gmail.com.

<sup>58</sup> Especialista. URI – São Luiz Gonzaga/RS. Grupo de Pesquisa em Avaliação Institucional da URI. E-mail: leonardo.farias@saoluiz.uri.edu.br.

**Resumen ou Abstract:** Higher education assessment is understood as an important management tool, helping to constantly improve universities. It is understood that the evaluation enables the restructuring of the educational method and the introduction of changes in the Institution, collaborating with the reform of the University's teaching, research, extension and management activities, aiming at improvements in each of these fundamental pillars, with the objective of understand and evaluate all the processes carried out by the Higher Education Institution (HEI), intervening critically in the academic and scientific community. In this context, internal and external institutional assessment are inserted, which are considered ways of ensuring transparency to the actions of educational institutions, in the same way that their results can be considered as accountability of institutions to society. In addition, its results serve to guide the decision-making of the University's management group. In this context, this article is inserted, which aims to present a brief theoretical framework regarding external evaluation, its importance in the academic community, as well as to analyze the results obtained in the external evaluation carried out in the courses of Physiotherapy, Electrical Engineering, Accounting Sciences and Physical Education at URI - São Luiz Gonzaga Campus.

**Keywords:** External Evaluation. Management. University Education. SINAES.

## 1 Introdução

A avaliação do ensino superior é considerada um instrumento de gestão essencial para que ocorra a melhoria da qualidade de ensino. Através do processo de avaliação é possível a reestruturação do método educacional e introdução de mudanças à Instituição. Por participar da vida da Universidade, a avaliação institucional traz uma visão privilegiada a comunidade acadêmica e contribui para a correção de metas e objetivos acadêmicos e administrativos (BAGGI, 2010).

Ainda, esse procedimento colabora com a reorganização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Universidade, visando melhorias em cada um desses pilares fundamentais, além de cumprir com o objetivo de compreender e avaliar todos os processos realizados pela Instituição de Ensino Superior (IES), intervindo criticamente na comunidade acadêmica e científica.

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituída pela Lei Nº 10.861<sup>59</sup> de abril de 2004, cujo objetivo é assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus

---

<sup>59</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm).

estudantes, buscando compreender as relações e as estruturas de caráter público e social das Universidades.

O SINAES, de acordo com a referida lei, tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A avaliação prevista pelo SINAES é dividida em duas modalidades, sendo estas a autoavaliação e a avaliação externa. A autoavaliação é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição, sendo orientada pelas diretrizes Nacionais e por um roteiro da auto avaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação Superior (CONAES). Ressalta-se que a autoavaliação exige a organização, a sistematização e o inter-relacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas existentes na IES, sendo um processo de reflexão permanente (BAGGI, 2010).

Por sua vez, a avaliação externa (in loco) é orientada pelos padrões e instrumentos de avaliação e relatórios das autoavaliações. A avaliação externa é realizada por comissões constituídas por membros cadastrados e capacitados do Instituto Nacional de Estudos (INEP) e do órgão do governo federal. Ressalta-se que o processo de avaliação externa reúne informações importantes a respeito da qualidade do ensino ofertado pelas IES. Sendo assim, os dados obtidos durante o processo avaliativo são disponibilizados, a fim de que possam atender a comunidade em que estão inseridas.

Dessa forma, verifica-se que a realização do processo da avaliação externa é uma forma de garantir a transparência às ações das IES, e seus resultados podem ser encarados como uma prestação de contas das instituições para com a sociedade. Além disso, os resultados das referidas avaliações devem fornecer subsídios aos gestores, docentes, discentes, enfim, a todos que, de forma direta ou indireta, participam do processo educacional da instituição, para analisarem suas ações, adotarem mudanças em seus planejamentos, buscando atingir os objetivos propostos pela instituição e, acima de tudo, garantir a qualidade da educação por elas ofertada.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como intuito apresentar um referencial teórico a respeito do processo da avaliação externa, bem como verificar as contribuições para a melhoria da qualidade e eficácia das ações da URI – Câmpus de São Luiz Gonzaga, através da análise dos dados obtidos nas avaliações externas dos cursos de Fisioterapia, Engenharia Elétrica, Ciências Contábeis e Educação Física.

Dessa forma, através do estudo bibliográfico realizado e da análise dos resultados coletados na avaliação externa dos cursos de graduação da URI – São Luiz Gonzaga, procura-se identificar os pontos fortes, bem como o que pode ser aprimorado na instituição, visando a melhoria da qualidade das atividades e dos processos desenvolvidos pela Universidade, uma vez que a URI – SLG, como instituição comunitária, está à procura da excelência em cada uma das atividades desenvolvidas.

## **2 A avaliação externa**

A Avaliação externa se trata de um dos principais instrumentos para análise da qualidade do ensino superior. O foco desse processo avaliativo é o estudo do desempenho acadêmico dos alunos, a fim de verificar a situação da IES. Assim, busca assegurar a qualidade da educação, fortalecendo o direito de educação de qualidade para todos, o que é garantido por lei.

Os resultados da avaliação servem para apontar a realidade do ensino, oferecendo um panorama do desempenho acadêmico. Também, orientam a tomada de decisões destinadas a melhorias no sistema de ensino e infraestrutura das Instituições de Ensino Superior. De igual maneira, permite o acompanhamento do desenvolvimento da Universidade, através da comparação dos resultados obtidos em cada avaliação. Assim, todas as IES que se propõem a realizar o processo avaliativo têm uma maior possibilidade de se desenvolver e alcançar a excelência.

Sabe-se que, tanto a autoavaliação quanto a avaliação externa possuem respaldo na Constituição Federal de 1988, conforme o artigo 206, inciso VII, o qual versa que “o ensino será ministrado com base no princípio da garantia de padrão de qualidade”. Como já dito, através do resultado da avaliação é possível verificar a qualidade do trabalho executado pelas Instituições de Ensino Superior.

A avaliação externa faz parte de um processo maior: a AVALIES (Avaliação das Instituições de Educação Superior), o qual se divide em dois momentos. O primeiro

momento é quando se realiza a autoavaliação da Universidade, ocasião em que apenas o grupo integrante da IES expressa sua opinião. O segundo momento da AVALIES é a avaliação externa, quando comissões designadas pelo INEP realizam as visitas *in loco*.

Fundamentando-se nessa máxima, em 2004 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação e Instituições de Educação Superior. Trata-se de um marco histórico na avaliação da educação superior brasileira.

Conforme o artigo 1º, §1º, da Lei nº 10.861/04, o SINAES tem como objetivo melhorar a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento de sua eficácia institucional e, principalmente, promover o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, valorizando sua missão pública, promovendo seus valores democráticos, respeitando a diferença e a diversidade e sua identidade institucional.

Para alcançar estes objetivos, o SINAES se utiliza de três processos. São eles: a avaliação das Instituições de Ensino Superior, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação de desempenho de estudantes. A Avaliação Institucional é o elemento central desses processos, sendo composta por duas fases, a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*.

A autoavaliação é um processo coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, de cada Universidade, momento em que a comunidade acadêmica tem a possibilidade de apontar as melhorias bem como sinalizar as fragilidades em um parecer sobre o trabalho realizado. É nesse momento que é analisado se há coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o que está sendo efetivado pela IES.

A avaliação externa, por sua vez, é realizada através das visitas da comissão avaliadora, designada pelo INEP. Utilizando os resultados obtidos durante o processo de autoavaliação, a comissão avaliadora atribui conceitos na escala de 01 a 05 a cada um dos cinco Eixos da Universidade, quais sejam, Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

De igual modo, durante a avaliação externa, também é realizada a avaliação dos cursos de graduação. O objetivo é identificar as condições de ensino oferecidas



aos estudantes, as relativas ao corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, conforme o artigo 4º da Lei que instituiu o SINAES.

Trata-se, portanto, de um dos principais instrumentos para análise da qualidade do ensino superior. O foco desse processo avaliativo é o estudo do desempenho acadêmico dos alunos, a fim de verificar a situação da IES. Assim, busca assegurar a qualidade da educação, o qual se trata de um direito constitucional.

Ressalta-se que as instituições que se propõem a participar do processo de avaliação possuem uma maior probabilidade de se desenvolver e alcançar a excelência, pois os resultados servem para apontar a realidade do ensino fornecido. Ainda, orientam a tomada de decisões, uma vez que auxiliam o planejamento das melhorias no sistema de ensino e na infraestrutura das IES.

A própria Constituição Federal de 1988, no artigo 206, inciso VII, refere que “o ensino será ministrado com base no princípio da garantia de padrão de qualidade”. É de extrema importância que as IES busquem transformações no processo educativo, a fim de fornecer um ensino de qualidade a todos aqueles que a procuram.

É previsto pelo INEP que os cursos de graduação sejam avaliados periodicamente. Dessa forma, são realizados três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação do reconhecimento. Para ofertar educação superior, as faculdades privadas devem solicitar ao Ministério da Educação (MEC) o seu credenciamento – entrada da IES no Sistema Federal de Ensino. Posteriormente, de acordo com a legislação pertinente, as instituições se submetem a um processo avaliativo para obter o credenciamento, necessário para a continuidade da oferta.

A avaliação de autorização é realizada quando uma IES pede autorização ao MEC para abrir um curso. É realizada por dois avaliadores, os quais seguem parâmetros de um documento próprio, que orienta as visitas. Nesse momento, são avaliadas a organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnico-administrativo, além das instalações físicas.

A avaliação para reconhecimento é realizada quando a primeira turma do novo curso entra na segunda metade da faculdade. Ela servirá para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para a autorização. É realizada por dois avaliadores, durante dois dias, em que são avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

Por fim, a avaliação de renovação de reconhecimento é realizada a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso – CPC – e aqueles que obtiveram conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco*, por dois avaliadores, ao longo de dois dias.

Percebe-se que a avaliação externa é feita por membros pertencentes a comunidade acadêmica e científica, cujo conhecimento em suas áreas de formação é reconhecido. Portadores de ampla compreensão a respeito do funcionamento de instituições universitárias, os avaliadores visitam as instituições e com base nas respostas da autoavaliação, dão seu parecer.

Os dados obtidos através das pesquisas do SINAES são utilizados pelas Universidades, a fim de obter um *feedback* a respeito de sua eficácia institucional e se sua efetividade acadêmica e social está sendo uma realidade. Os órgãos do Governo também têm acesso aos resultados, para que possam orientar políticas públicas que melhorem a comunidade, motivo pelo qual também os alunos, pais e o público em geral podem ver os resultados adquiridos, que serão usados por eles para a tomada de decisões em relação a realidade do curso e das instituições. Com a análise dos resultados é possível formar um panorama de como o ensino está sendo realizado nas IES.

### **3 Resultados na URI – São Luiz Gonzaga**

Nesse contexto, se passa à análise dos resultados obtidos nas avaliações externas de alguns cursos da URI – São Luiz Gonzaga, quais sejam, Fisioterapia, Engenharia Elétrica, Ciências Contábeis e Educação Física. Trata-se dos resultados das avaliações realizadas para o reconhecimento dos cursos. O curso de Fisioterapia foi avaliado no ano de 2013, Engenharia Elétrica em 2014, e Ciências Contábeis e Educação Física no ano de 2017.

Foram analisadas as seguintes dimensões:

- 1) Organização Didático-Pedagógica
- 2) Corpo Docente e Tutorial
- 3) Infraestrutura

Inicialmente, deve-se dizer que o curso de Fisioterapia foi autorizado no ano de 2008, contando com 40 vagas anuais. A avaliação foi realizada por dois avaliadores,

os quais deixaram claro, em suas considerações, que a URI forneceu todo o apoio logístico necessário ao processo avaliativo.

Após verificar toda a infraestrutura e documentos referentes ao curso, os avaliadores entenderam que o Projeto Pedagógico do Curso contemplava as demandas da comunidade, bem como a estrutura do currículo oferecido era satisfatória. O corpo docente foi elogiado, considerado experiente e ressaltado que todos tinham publicações nos últimos três anos. Indicados alguns pontos a ser aprimorados, como a ausência de cabines de estudo individuais nos laboratórios, mas em geral foram considerados adequados.

Por fim, ao atribuir o conceito, foi fixada a nota 04, afirmando que o curso atendia a todos os requisitos legais e normativos de forma satisfatória. Dessa forma, se constatou a qualidade do Curso de Fisioterapia e este foi reconhecido.

Em relação ao Curso de Engenharia Elétrica, deve-se dizer que foi criado em 2010, iniciando-se no mês de fevereiro de 2011. Ofertando 45 vagas por ano, no período noturno. A avaliação também foi realizada por dois avaliadores, os quais visitaram a Universidade em 2014.

Em seus relatórios, informaram que o Plano Pedagógico do Curso e as Políticas Institucionais contemplavam a demanda da comunidade em que a IES está inserida. Entre os pontos a ser aprimorados, apontaram a necessidade de atualização dos livros disponíveis na biblioteca. As tecnologias disponíveis ao curso foram consideradas adequadas às necessidades dos docentes e discentes. Os professores do curso também foram avaliados de forma positiva, bem como a infraestrutura foi considerada suficiente para as turmas existentes.

Assim, quando da atribuição do conceito, fixou-se a nota 03. A comissão avaliadora, dessa forma, entendeu que o Curso de Engenharia Elétrica da URI – SLG apresentava conceito de qualidade suficiente, e este foi reconhecido.

Quanto ao curso de Ciências Contábeis, este foi autorizado no ano de 2013, contando com 50 vagas anuais. Sua avaliação se deu por dois avaliadores, os quais ressaltaram que a URI forneceu todo o apoio logístico necessário.

Consideraram, em sua avaliação, que o Projeto Pedagógico do Curso contemplou as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental em que a comunidade está inserida. Constataram também que havia atividades complementares implantadas e regulamentadas. No entanto, foi indicado como ponto para aprimoramento a estrutura curricular, a qual apresentou algumas

deficiências na sequência lógica do conhecimento, além de algumas obras disponíveis na biblioteca desatualizadas. O corpo docente foi bem avaliado, sendo elogiada a atuação do coordenador do curso. Por fim, ao avaliarem a infraestrutura, as salas de aula, a sala dos professores e a destinada à coordenação foram consideradas excelentes, bem como os laboratórios foram considerados bons, atendendo às expectativas quanto a acessibilidade, velocidade do acesso à internet, quantidade de equipamentos e adequação do espaço físico.

Assim, ao atribuir o conceito final, a nota fixada foi 04, demonstrando que o curso atendeu a todos os requisitos legais e normativos de forma satisfatória, sendo, afinal, reconhecido.

Por fim, em relação ao curso de Educação Física, este foi criado e organizado obedecendo-se a legislação vigente do Conselho Nacional de Educação Física e atendeu todos os preceitos necessários para sua implementação. A inserção desse curso na cidade de São Luiz Gonzaga, através da URI, foi considerada muito benéfica à comunidade, uma vez que contribuiu com o desenvolvimento local e regional.

A visita dos dois avaliadores foi realizada no ano de 2017. Em sua avaliação, ambos consideraram o Plano Pedagógico do Curso adequado para a situação da comunidade, embora tenha sido apontada a necessidade de uma maior participação dos acadêmicos em eventos científicos. A atuação do coordenador do curso foi considerada muito boa, bem como o corpo docente foi considerado experiente e possuía diversas publicações. Quanto à infraestrutura, as instalações foram consideradas suficientes para a demanda e muito boas, considerando a limpeza, iluminação, acústica, ventilação e disponibilidade de equipamentos. Ressaltou-se a necessidade de aquisição de novos livros para a biblioteca, para os semestres finais.

Ao final, ao atribuir o conceito, a nota foi 03. A comissão avaliadora entendeu que o Curso de Educação Física da URI – São Luiz Gonzaga apresentava um conceito suficiente de qualidade, sendo assim, reconhecido.

Deve-se ressaltar que os resultados apontados como insuficientes e os pontos indicados para aprimoramento foram objeto de debates na IES, a fim de serem aprimorados, de acordo com as condições orçamentárias previstas. A URI – São Luiz Gonzaga, em seu caminho na busca por excelência, considera relevante cada item apontado pelos avaliadores, para fornecer comunidade um ensino de qualidade formando um cidadão ético e comprometido com a realidade em que está inserido.

#### 4 Considerações Finais

Após a análise dos resultados obtidos, pode-se afirmar que a Avaliação Institucional é entendida enquanto um importante elemento indispensável à gestão institucional. Trata-se de uma forma das IES observarem o trabalho realizado na comunidade e planejar os próximos passos.

Com o advento do SINAES, o processo avaliativo se tornou mais completo. As suas 10 dimensões contemplam a Universidade como um todo, a fim de fornecer dados precisos e confiáveis. Com os resultados obtidos, cada Instituição pode se modificar e evoluir, para atender melhor todos a sua volta. É o que acontece com a URI – São Luiz Gonzaga.

Como se viu, foram analisados os relatórios dos cursos de Ciências Contábeis, Educação Física, Engenharia Elétrica e Fisioterapia, todos reconhecidos e ainda em curso na IES. Percebe-se que algumas mudanças na URI ocorreram em razão da avaliação institucional, tendo como exemplo, mudanças na metodologia das aulas, aquisição de livros para a biblioteca, melhorias nos laboratórios específicos dos cursos, entre outras.

Nota-se também que, à medida que mudanças são sugeridas e colocadas em prática, o grau de satisfação dos discentes e docentes aumentou, bem como o número de questionários respondidos por avaliação, revelando que os grupos envolvidos se sentiam necessários à manutenção da Universidade.

Considerando-se tais circunstâncias, reafirma-se a importância do processo avaliativo na Universidade destacando que o Ensino Superior está em um processo de constante evolução. Diante deste contexto, a URI – São Luiz Gonzaga, busca, assim, aprimorar o processo de ensino e aprendizagem garantindo um ensino de qualidade a todos os envolvidos.

A razão da existência da universidade é prestar serviços de qualidade à comunidade onde está inserida, atendendo às necessidades, conhecidas através da avaliação institucional. Pode-se afirmar que a URI – SLG procura cumprir seu papel ao atender aos pedidos feitos pelos participantes da Avaliação Institucional, pois como uma universidade comunitária, tem sua razão de existir em ser útil à comunidade onde se encontra.

Dessa forma, entende-se que o processo avaliativo é plenamente aplicado na URI – São Luiz Gonzaga, e tem apresentado resultados positivos em todas as suas realizações, trazendo assim melhorias à comunidade em que está inserida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (MEC/SESU). **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)**. Avaliação, Campinas, Ano 1, nº 1, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Brasília, Senado, 2004.

FERREIRA, Patrick Vieira. **Avaliação Institucional como instrumento de gestão e planejamento estratégico**. Revista Formadores: Vivências e Estudos, Cachoeira-BA, v. 7 n. 3, p. 45-62, Nov. 2014

Inep – **Avaliação Institucional**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/avaliacao-institucional>>. Acesso em setembro de 2020.

Inep – **SINAES**. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinaes>. Acesso em setembro de 2020.

Inep – **Avaliação dos Cursos de Graduação**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>. Acesso em setembro de 2020.

Relatório de Avaliação – **Curso de Fisioterapia** – 2013

Relatório de Avaliação – **Curso de Engenharia Elétrica** – 2014

Relatório de Avaliação – **Curso de Ciências Contábeis** – 2017

Relatório de Avaliação – **Curso de Educação Física** – 2017

SANTOS BAGGI, Cristiane Aparecida Dos; LOPES, Doraci Alves. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**.

Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, July 2011.

## PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA COM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL REGIONAL

Franco Morais Garay<sup>60</sup>  
Jean Lucas Poppe<sup>61</sup>



**Resumo:** O termo sustentabilidade foi desenvolvido ao longo do tempo, sendo adicionados diversos aspectos conforme a evolução científica sobre o assunto. Dessa forma, não é possível debater sobre o meio ambiente sem considerar as esferas educacionais, tecnológicas e sociais que compõem a sustentabilidade. Apesar de ser um tema presente nos debates entre o público jovem, a sustentabilidade é complexa e o desenvolvimento sustentável é difícil de ser alcançado em sua completude. Nisso, o presente estudo buscou identificar as perspectivas da comunidade acadêmica da URI – São Luiz Gonzaga com relação ao desenvolvimento socioambiental regional. Os dados foram obtidos por meio de um questionário e as respostas analisadas por estatística descritiva. A maior parcela dos entrevistados se mostrou otimista quanto ao desenvolvimento socioambiental no futuro. Porém, o percentual de indivíduos com um olhar pessimista também é elevado. Diante disso, verifica-se que a comunidade acadêmica está dividida frente às perspectivas para o desenvolvimento regional sustentável, o que demonstra a necessidade de continuidade e de intensificação dos processos educacionais de pesquisa e de divulgação de informações no ambiente universitário voltados ao fortalecimento do desenvolvimento socioambiental regional mais sustentável.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Universidade.

### PERSPECTIVES OF THE ACADEMIC COMMUNITY REGARDING REGIONAL SOCIO-ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT

**Abstract:** The term sustainability was developed over time, with several aspects added according to the scientific evolution on the subject. Thus, it is not possible to debate the environment without considering the educational, technological and social

1 Acadêmico do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: [franco.garay77@gmail.com](mailto:franco.garay77@gmail.com)

<sup>61</sup> Doutor em Biologia Animal. Docente e Presidente do Comitê de Sustentabilidade Socioambiental da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: [jlucaspoppe@gmail.com](mailto:jlucaspoppe@gmail.com)

spheres that make up sustainability. Despite being a topic present in the debates among young people, sustainability is complex and sustainable development is difficult to achieve in its entirety. In this regard, the present study sought to identify the perspectives of the academic community of URI - São Luiz Gonzaga in relation to regional socio-environmental development. The data were obtained through a questionnaire and the responses analyzed using descriptive statistics. Most respondents were optimistic about socio-environmental development in the future. However, the percentage of individuals with a pessimistic view is also high. Therefore, it appears that the academic community is divided in view of the prospects for sustainable regional development, which demonstrates the need for continuity and intensification of educational research and information dissemination processes in the university environment aimed at strengthening socio-environmental development. more sustainable regional.

**Keywords:** Environment; Entrepreneurship; Sustainability; University.

## 1 Introdução

Nos anos de 1960, o desenvolvimento era entendido como a busca da satisfação das necessidades humanas e o progresso técnico dos sistemas de produção (FURTADO, 1961). No final da década de 80, o Relatório Brundtland (1987) apresenta diretrizes para regulamentar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, a fim de que o interesse econômico não se sobrepusesse à preservação ambiental. Portanto, o debate sobre sustentabilidade não é uma prática recente. Com o passar do tempo, outros fatores foram incluídos nessa temática e, atualmente, o debate sobre a sustentabilidade objetiva melhorar as condições de vida da população humana através de uma economia estável, uma sociedade educada e uma tecnologia que não agrida o meio ambiente (OLIVEIRA et al., 2012; FERRER e CRUZ, 2016)

Sabe-se que projetos socioambientais impulsionam a sustentabilidade, promovendo geração de renda e inclusão social (BOFF et al., 2008; LAYRAGUE, 2000; CAMPOS, 2009). O desenvolvimento de uma comunidade sustentável e/ou conhecedora dos princípios da sustentabilidade pode gerar oportunidades de empreendedorismo (CAMPOS, 2009), sendo possível visualizar e entender o interesse de empresas e universidades nas novas exigências socioambientais das comunidades onde estão inseridas. Alianças entre empresas, universidades e Estado representam boas possibilidades de desenvolvimento socioambiental, buscando o desenvolvimento mais sustentável e científico de um país, como apresentado no Artigo 218 da Constituição brasileira (BRASIL, 1988). Assim, o desenvolvimento de



forma sustentável, quando adequadamente estudado, debatido e planejado é capaz de ocasionar maior visibilidade e lucratividade para as empresas e comunidades envolvidas no processo, fortalecendo uma consciência ecológica e empreendedora (CHAVES et al., 2013; FARO, 2012 apud KUMAR e MALEGEANT, 2006).

A presença da sustentabilidade em instituições educacionais é muito importante, sendo que diversas Instituições de Ensino Superior (IES) já adotaram ou estão em processos de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), demonstrando que priorizam a realização de procedimentos que minimizam os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente (FEIL et al., 2015). Tais procedimentos usam como base o entendimento de que todos podem ter acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo esta condição ambiental essencial à vida e, portanto, a coletividade deve auxiliar o poder público a preservá-lo, como um direito de todos (BRASIL, 1988, Artigo 225).

Portanto, a preocupação das IES com a conservação dos ambientes naturais nas sociedades em que estão inseridas valoriza a educação e, também, destaca o papel destas instituições na formação de profissionais engajados com o desenvolvimento social, ambiental, econômico, tecnológico e científico (ENGELMAN et al., 2009). Porém, ocorre que uma parcela das IES ainda tem dificuldades na adoção dessas práticas de gestão mais sustentáveis, uma vez que o gerenciamento ambiental é um processo que gera resultados apenas em longo prazo, além disso, devido ao fato de as ações ecologicamente corretas e de promoção à sustentabilidade serem, normalmente, mais custosas financeiramente do que atividades convencionais, muitas IES buscam desenvolver pequenas ações mais baratas e que resultem em resultados imediatos das práticas sustentáveis adotadas (DE MARCO, 2010).

Por outro lado, de acordo com Borges et al. (2013), a maioria das IES deixa a questão ambiental de lado, formando profissionais com pouco conhecimento do tema e céticos em relação a proteção ambiental. Em uma proposta para minimizar a problemática percebida, Gomes et al. (2012) propõem um modelo de ensino interdisciplinar, alicerçado na abordagem de sustentabilidade como matéria obrigatória, a fim de garantir que as questões ambientais façam parte da formação dos futuros profissionais.

Nesse contexto, em um ambiente universitário sem cursos de graduação diretamente vinculados à área ambiental, o presente estudo busca verificar as

expectativas da comunidade acadêmica com relação ao desenvolvimento socioambiental na próxima década.

## 2 Metodologia

### Local de Estudo

O estudo foi desenvolvido na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de São Luiz Gonzaga. Esta IES, com 28 anos de existência, atua de forma destacada e positiva no avanço socioambiental da região em que está inserida, por meio de ações extensionistas e de pesquisa do Comitê Universitário de Sustentabilidade Socioambiental. Atualmente, a instituição oferta cursos de graduação em Fisioterapia, Educação Física, Administração, Ciências Contábeis, Direito e Engenharia Elétrica.

### Critérios Éticos

Os métodos de trabalho aplicados no presente estudo foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus de Santiago/RS, em conformidade com a Resolução N°466/2012, sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 82750518.6.0000.5353.

### Coleta dos Dados

Informações referentes ao conhecimento e comportamento da comunidade acadêmica sobre a temática sustentabilidade foram obtidas por meio da aplicação de questionários com perguntas objetivas com relação aos temas “Sustentabilidade”, “Empreendedorismo” e “Conservação Ambiental”. Para contemplar o objetivo deste estudo, aqui a atenção e o debate são voltados ao questionamento “Como você percebe suas expectativas em relação à preservação ambiental e ao desenvolvimento socioambiental para o futuro?”. Os questionários foram aplicados presencialmente e, também, de forma *online*, com auxílio da plataforma Google Formulários, por compartilhamento de *link* de acesso. Os questionários presenciais foram recolhidos após o preenchimento nas dependências da Universidade, enquanto as respostas dos questionários *online* foram automaticamente armazenadas na plataforma Google Formulários.

As respostas foram analisadas por meio de estatística descritiva, buscando a percepção de padrões e índices voltados às perspectivas da comunidade acadêmica sobre o desenvolvimento sustentável na região de atuação da Universidade. As análises foram desenvolvidas no *Software* Excel.

### 3 Resultados e Discussão

Foram respondidos 95 questionários, sendo respondidos por 78 acadêmicos, 11 funcionários, e seis professores, os quais representam aproximadamente 20% da comunidade acadêmica da IES investigada.

Sobre a questão “Como você percebe suas expectativas em relação à preservação ambiental e ao desenvolvimento socioambiental para o futuro?”, 51% da comunidade acadêmica se posicionou como “Otimista” em relação ao futuro, enquanto 37% se posicionou como pessimista.

Há aproximadamente 10 anos, Barata et al. (2007) e Flores e Vieira (2012) mencionaram que as populações humanas não veem o futuro com olhos otimistas, uma vez que é possível prever o esgotamento dos recursos naturais fundamentais à vida humana, em virtude dos hábitos extrativistas com consequências poluidoras. Ainda, Alves (2014) e Martines (2014) entendem que apesar da melhoria na qualidade de vida das pessoas, a situação ambiental do planeta tem se mostrado precária e pode ser percebido pelas mudanças climáticas e pela acentuação do aquecimento global, o que leva a crer que o desenvolvimento é eficaz, mas não é sustentável, o que pode ser relacionado com o fato de 37% da comunidade acadêmica ser revelar pessimista com relação à sustentabilidade socioambiental no futuro.

Em relação à formação acadêmica, Brandalise et al. (2009) constataram que há um equilíbrio de opiniões entre aqueles que possuem e os que não possuem disciplinas associadas às questões ambientais nos cursos de ensino superior, salientando que a percepção ambiental não está diretamente, ou apenas, ligada a educação ambiental recebida pelos sujeitos, confirmando o que acontece na IES investigada, onde a comunidade acadêmica não está diretamente vinculada à cursos popularmente reconhecidos como engajados nas causas ambientais, mas apresenta percepção diferenciada e clara com relação às expectativas para o desenvolvimento socioambiental no futuro.

Ainda, 12% dos entrevistados demonstraram indiferença perante o desenvolvimento regional sustentável no futuro, indicando que muitas pessoas abrem mão do conhecimento sobre meio ambiente e sobre sua responsabilidade social, pois optam por serviços ou produtos que tragam vantagens pessoais (CASSIANO, 2009).

Sobretudo, as ações dos indivíduos que buscam produtos ecologicamente corretos são influenciadas por suas “visões de mundo”, classe social, escolaridade e valores da simplicidade voluntária, as quais se deixam influenciar por campanhas do governo, pela mídia e por necessidades pessoais (BELINKY, 2006). Nesse sentido, para que haja melhora na preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, seria necessário a existência de uma busca constante por equidade social, equilíbrio ambiental e eficiência econômica pela população, pois dessa maneira a convivência humana poderá ser mais saudável, sustentável e justa para toda a população (SILVA, 2010).

#### 4 Considerações Finais

Os dados obtidos através dos questionários revelam que a comunidade acadêmica está dividida frente às perspectivas para o desenvolvimento sustentável, o que indica a necessidade de continuidade nos processos de informação, pesquisa, divulgação e vivência da sustentabilidade em espaços educacionais. Pois, frente às instabilidades do atual cenário ambiental brasileiro, tanto em relação à proteção quanto à administração do meio ambiente, o pessimismo da comunidade é justificável. Dessa forma, a Universidade pode ser entendida como um ambiente de promoção de informações e de pesquisas em prol do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente possibilitando a formação de uma nova cultura de exploração, consumo e desenvolvimento socioambiental mais sustentável e otimista.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, p. 219-230, 2014.

BELINKY A, ECHEGARAY F, MATTAR H, RODRIGUES G, VELHO C. Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente? Pesquisa, instituto Akatu, n. 7, 2006.

BOFF LM, ORO IM, BEUREN IM. Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior na visão de seus dirigentes. **Revista de Contabilidade da UFBA**, p. 4-13, 2008.

BORGES AF, REZENDE JLP, BORGES LAC, BORÉM RAT, MACEDO RLG, BORGES MACS. Análise da Gestão Ambiental nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **CERNE**, p. 177-184, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

CAMPOS LMS, et al. A Reciclagem Como Empreendedorismo: Fonte De Transformação Socioeconômica E Ambiental. **Revista Da Micro E Pequena Empresa**, v. 3, n. 1, p. 3-15, 2011.

CASSIANO CM. A Responsabilidade Socioambiental das empresas no Brasil e as expectativas do consumidor. **Revista de Ciências Gerenciais**, Volume XIII, n 18, p. 115-129, 2009.

CHAVES LC, FREITAS CL, ENSSLIN L, PFITSCHER ED, PETRI SM, ENSSLIN SR. Gestão ambiental e sustentabilidade em instituições de ensino superior: construção de conhecimento sobre o tema. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, p. 33-54, 2013.

DE MARCO D, MILANI JDF, PASSOS MG, PRADO GP. Sistemas de gestão ambiental em instituições de ensino superior. **Unoesc & Ciências - ACET**, p. 189-198, 2010.

ENGELMAN R, GUISSO RM, FRACASSO EM. Ações de gestão ambiental em instituições de ensino superior: o que tem sido feito. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, p. 22-33, 2009.

FARO OE, CALIA RC, PAVAN VHG. A logística reversa do lixo tecnológico: um estudo sobre a coleta do e-lixo em uma importante universidade brasileira. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, p. 142-153, 2012.

FEIL AA, STRASBURG VJ, NAIME RH. Meta-análise das publicações científicas das IES brasileiras com SGA. **Gestão Universitária na América Latina**, p. 214-235, 2015.

FERRER GR, CRUZ PM. Direito, Sustentabilidade E A premissa Tecnológica Como Ampliação De Seus Fundamentos. **Revista da Faculdade de Direito da UFGRS**, n. 34, p. 276-307, 2016.

GOMES SMS, SAMPAIO MS, AZEVEDO TC, SLAMSKI VG. Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de ciências contábeis nas IESS brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, p.177-189, 2012.

JACOBI PR, RAUFFLET E, ARRUDA MP. Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **Revista de Administração Mackenzie**, p. 21-50, 2011.

LAYRARGUES PP. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 2, p. 80-88, 2000.

MARTINE G. O contraste entre o desenvolvimento sustentável na CIPD e a realidade atual. **Cairo+20: perspectivas de la agenda de población y desarrollo sostenible después de 2014**, p. 213-22, 2014.

OLIVEIRA DL. Economia e Sustentabilidade. **Gestão & Tecnologia** - Faculdade Delta - ISSN 2176-2449. Edição III, p. 14-21, 2010.

OLIVEIRA LR, MEDEIROS RM, TERRA PB, QUELHAS OLG. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção**, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Nosso Futuro Comum. Relatório de Brundtland. Agosto 1987, 374p.

SANTIAGO MR, MACHADO PAO. Empresa, Sustentabilidade E Responsabilidade Social: Origens, Motivações, Críticas E Aspectos Práticos. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 1, n. 2, p. 95-118, 2015.

SILVA ME, GÓMEZ CRP. Consumo consciente: o papel contributivo da educação. **Reuna**, p. 43-54, 2010.



## 2. RESUMOS



## **2.1 Administração**

### **2.2 Gestão administrativa, empreendedorismo e inovação**



## ECONOMIA EM TEMPOS DE COVID-19: UMA VISÃO GERAL DE COMO A PANDEMIA AFETOU AS RELAÇÕES ECONÔMICAS

Bruno Flores Primmaz<sup>62</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca realizar um demonstrativo de como a pandemia do COVID-19 afetou as relações de oferta e demanda e a economia como um todo. A pesquisa realizada possui caráter bibliográfico e abordagem quantitativa. O estudo foi baseado nos dados econômicos apresentados em matérias dos veículos de mídia especializados e nos websites de órgãos oficiais. É inegável que a pandemia do novo coronavírus trouxe impactos gigantescos para a economia global. Segundo dados do Banco Mundial<sup>2</sup>, as principais economias do planeta devem enfrentar uma recessão de 7% no seu PIB; no Brasil o Ministério da Economia prevê uma queda de 4,7% só em 2020<sup>3</sup>. Outro dado preocupante é o da taxa de desemprego, que cresceu 27,6%<sup>4</sup> nos últimos quatro meses no país. Estes indicadores oferecem uma ideia de como a pandemia vem afetando o mercado. Com fatores como a alta do desemprego, o isolamento social, a adoção do *home office*, entre outros, a oferta e a demanda de bens e serviços foram afetadas por todo o globo. Muitos setores econômicos sofreram quedas muito profundas em seus faturamentos com a pandemia. No Brasil os mais afetados foram os ramos de atividades artísticas, transportes e os serviços de alojamento e alimentação<sup>5</sup>. Por outro lado, observa-se que alguns setores foram na contramão da crise e cresceram com a pandemia, pode-se destacar o *e-commerce*, que registrou alta de 32,6% no 1º trimestre de 2020, quando comparado a 2019<sup>6</sup>, e o setor farmacêutico, que cresceu 120% neste mesmo período<sup>7</sup>. Outros setores que cresceram incluem o ramo de *delivery*; os serviços digitais, como plataformas de *streaming* e de videoconferência; e o comércio de produtos de informática. Esses dados apontam uma mudança de hábitos por parte dos consumidores. Apesar de a oferta de produtos de diversos setores ter sido afetada negativamente, muito por causa do isolamento social que causou o fechamento temporário de fábricas e de parte do comércio, é possível afirmar que as questões relacionadas à demanda foram as que mais se modificaram nesse período. Nota-se que a gigantesca maioria dos setores que cresceram ou se mantiveram estáveis na pandemia estão, de uma forma ou de outra, relacionados à tecnologia, em especial à internet. Isso demonstra que, cada vez mais, os consumidores vêm buscando a praticidade ofertada pelas soluções digitais e deixando um pouco de lado o velho consumo presencial. E essa é uma tendência que promete se manter mesmo após a pandemia. A conclusão que fica, no

<sup>62</sup> Bacharelado em Administração (2º Semestre). URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail: brunoprimmaz5@hotmail.com

<sup>2</sup> Disponíveis em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2020/06/08/the-global-economic-outlook-during-the-covid-19-pandemic-a-changed-world>

<sup>3</sup> Dado disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/spe-mantem-projecao-de-queda-do-pib-de-4-7-em-2020>

<sup>4</sup> Dado disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/23/diz-ibge-276percent.ghtml>

<sup>5</sup> Conforme os dados em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-divulga-lista-dos-setores-mais-afetados-pela-pandemia-da-covid-19-no-brasil>

<sup>6</sup> Segundo os dados em: <https://forbes.com.br/forbes-insider/2020/04/pesquisa-revela-os-setores-que-estao-se-dando-bem-na-criese-causada-pela-pandemia/>

<sup>7</sup> Segundo os dados em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mercados-em-alta-em-meio-a-criese-do-coronavirus,3d739fa236e02710VgnVCM1000004c00210aRCRD>

entanto, é que esse processo de digitalização não é algo gerado pela disseminação do vírus. Esta serviu apenas como catalisador para um processo que já vinha acontecendo. Cabe agora, através da análise dessa realidade, a cada empresa e a cada gestor trabalharem para garantir a integração de seus negócios ao mundo digital, pois, em muito pouco tempo, as empresas que não aderirem às novas tecnologias sumirão do mercado.

**Palavras-chave:** Economia. Pandemia. COVID-19. Oferta e Demanda.

## MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CONTEXTO ATUAL

Felipe Floriano Gloger<sup>63</sup>  
Roberto Carlos Dalongaro<sup>64</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem um destaque metodológico em uma revisão bibliográfica, com uma abordagem de caráter qualitativo, com o objetivo de dissertar sobre o micro empreendedor individual, o qual é uma pessoa que criou seu próprio negócio conhecido como pequeno empresário passando a ter um CNPJ que possibilita muitas coisas como a emissão de nota fiscal abertura de contas bancárias, créditos com juros bem mais baixos que ser for comparar com os empréstimos para pessoa física, pode ter um empregado com remuneração até um salário mínimo ou piso de categoria a que pertencer, e terá garantias prevista na lei e além dos benefícios com a previdência social, auxílio de doenças, salario maternidade, aposentadoria por invalidez, possui um recolhimento de imposto muito simples e com taxas padrões entre muitas outras vantagens e benefícios que é possível citar. O programa “microempreendedor individual” foi criado em 2008 pelo governo objetivando beneficiar 3,6 milhões de micro negócios, e também todos os profissionais que trabalhavam por conta própria, e atuavam de maneira informal, no Brasil. Assim, após a criação do MEI diversas costureiras, manicures e ambulantes passaram a integrar o mercado formal, e a receber os benefícios de atuar como microempreendedor individual. O MEI foi instituído pela lei complementar 128/2008, e foi desenvolvido pelo deputado Antonio Carlos Mendes Thame A lei complementar 128/2008 modificou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e assim criou o Microempreendedor Individual. O Registro do MEI. Para registrar-se como micro empreendedor individual é algo muito simples e rápido e é feito com documentos básicos como CPF, RG, Comprovante de endereço da empresa e da residência, título de eleitor e declaração de imposto de renda (se declarou nos últimos anos) Sendo assim algo bem simples de fazer pois é feito diretamente no Portal Do MEI<sup>65</sup> Empreendedor. Para o empreendedor se enquadrar no MEI, vale-se do comercio, indústria ou serviços. É necessário que haja alguns requisitos como ter um faturamento anual igual ou inferior a 81.000,00, ter uma idade igual ou maior do que 18 anos, não possuir outro estabelecimento, ou participar de outra empresa como sócio ou titular, não prestar atividades de construção de edifício, execução de projetos como decoração de interiores, serviços de natureza intelectual regulamentados por lei, por exemplo, consultório odontológico, médico, fisioterapia, psicologia, escritório de contabilidade, advocacia.

**Palavras-chave:** Empreendedor. Registro Individual. MEI. Micro Empresa.

<sup>63</sup> Graduando em Administração – II Semestre. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. 098028@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>64</sup> Doutor em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com.

<sup>65</sup> PORTAL DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL. 2018. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>.

## AUMENTO DO DESEMPREGO NO DECORRER DA PANDEMIA E NOVAS OPORTUNIDADES

Gabriela da Cruz Ávila<sup>66</sup>

**Resumo:** O resumo busca detalhar o aumento do desemprego durante a pandemia do novo coronavírus e destacar as novas oportunidades de emprego que surgiram ou aumentaram durante o mesmo período. A presente pesquisa é de origem bibliográfica e apresenta dados quantitativos e qualitativos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego no Brasil aumentou 20,9% entre os meses de maio e julho, atingindo 12,2 milhões de pessoas, sendo as regiões mais atingidas Sudeste com 5,8 milhões de desempregados e Nordeste com 2,9 milhões. Tendo em vista o momento ocorreu um significativo crescimento pela procura por serviços na área da saúde, como médicos, enfermeiros, farmacêuticos, telemedicina que é a comunicação entre médicos e pacientes em busca de informação através da tecnologia o que ajuda a não sobrecarregar o sistema de saúde, esse serviço poderá ser regulamentado tornando-se uma profissão formal. Devido a pandemia as pessoas começaram a buscar mais o delivery e lojas online o que levou as empresas a se reinventar para melhor atender seus clientes e se manterem competitivas no mercado. Com o citado aumento do desemprego e a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho muitos cidadãos precisaram buscar uma nova alternativa de renda e acabaram se tornando empreendedores por necessidade, já outras pessoas e empreendedores identificaram uma oportunidade de aumentar seus lucros com a pandemia, ampliaram seus serviços, inovaram e transformaram seus negócios. O home-office (trabalho em casa) aumentou muito e tem trazido benefícios tanto para os trabalhadores que adotaram o método de trabalho a distância ofertando crescimento profissional, redução do estresse, dos gastos com deslocamento, flexibilidade, comodidade e qualidade de vida quanto para as organizações trazendo aumento da produtividade, economia, investimentos, entre outros. Conclui-se que, os empregos que aumentaram no referido tempo foram devido a situação, mas que muitas implementações que foram agregadas vieram para ficar, como o aumento do cuidado com a higiene, as compras online que ajudaram 135 mil lojas virtuais serem abertas desde o início da pandemia, fazendo muitos empreendedores se adaptarem, assim podendo permanecer no mercado e transformando a crise em algo próspero para suas empresas.

**Palavras-chave:** Desemprego. Pandemia. Oportunidade. Reinvenção.

<sup>66</sup> Bacharelada em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Ciências Contábeis. E-mail: gabidacruzavila@gmail.com

<sup>2</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/20/desemprego-diante-da-pandemia-tem-alta-de-209percent-entre-maio-e-julho-aponta-ibge.ghtml>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/03/2020/com-pandemia-novas-profissoes-surgem-no-mercado>

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DO REAPROVEITAMENTO DO LIXO

Pedro Henrique Silva Fonseca<sup>67</sup>

Marcelo Trevisan Ouriques<sup>68</sup>

Roberto Carlos Dalongaro<sup>69</sup>

**Resumo:** A Educação Ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente, neste sentido, a escola é uma parte integrante e importante na sociedade, então é importante oferecer meios para que seus alunos participem de manifestações, criando a sua consciência crítica e comprometida com o meio ambiente. Quanto a metodologia este trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, com base no artigo científico produzido pelos alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Pará – IFPA, campus Abaetetuba, durante a disciplina de Educação Ambiental. Para o desenvolvimento desse projeto, foi escolhida uma turma de primeiro ano do curso integrado de Meio Ambiente do IFPA na disciplina de Educação Ambiental. Como resultados, após o andamento do projeto, foi aplicado questionários entre a turma onde foi trabalhada para ver os resultados em relação ao conhecimento dos alunos no tema. Concluiu-se que, antes da palestra os alunos possuíam um conhecimento mínimo quanto aos impactos ambientais, mas insuficiente no que se refere às atitudes que poderiam tomar. Quanto ao interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente, apenas 65% dos alunos apresentaram muito interesse antes da palestra, o que não era um dado muito satisfatório, sabendo da importância do tema, e que estão em um curso de Meio Ambiente. Levando isso em consideração, entende-se que a escola desenvolve um papel fundamental ao estimular essa conscientização, pois amplia os conhecimentos dos alunos na busca de soluções dos impactos causados na natureza. A presente pesquisa teve o objetivo de destacar a importância do reaproveitamento do lixo na percepção de estudantes, por essa razão utilizou o caso de um estudo já realizado em um instituto federal de educação. Com base no exposto conclui que é fundamental a realização de palestras que orientem os alunos sobre a relevância da conservação dos recursos naturais, como também entender melhor as possíveis formas de reaproveitar os resíduos descartados na natureza.

**Palavras-chave:** Educação ambiental; Escola; Reaproveitamento.

---

<sup>67</sup> Bacharelado em Administração (2º Semestre). URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail: pedro,hsf123@outlook.com

<sup>68</sup> Bacharelado em Administração (2º Semestre). URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail: marceloouriques16@gmail.com

<sup>69</sup> Doutor em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail: robertocarlosad@hotmail.com.

## A RELAÇÃO DA INFLAÇÃO COM A TAXA BÁSICA DE JUROS – SELIC: UM COMPARATIVO MACROECONÔMICO

Roberto Carlos Dalongaro<sup>70</sup>  
Luís Fernando Peixoto Wesz<sup>71</sup>



**Resumo:** O presente trabalho prima por destacar um estudo comparativo entre inflação e taxa de juros da economia. Essa pesquisa de cunho bibliográfico e com uma abordagem quantitativa, objetiva analisar o comparativo entre a taxa de juros atual da economia e a sua relação com a inflação praticada. O estudo se baseou na página WEB do Banco Central do Brasil – BACEN, para o levantamento dos dados quantitativos. Foi possível observar que a inflação dos últimos 12 meses está na casa do 2,44% ao ano, e a Taxa básica de juros da economia - SELIC está em 2,00% ao ano de acordo a última reunião do comitê de Política Monetária – COPOM. Com isso, é possível interpretar que a inflação está acima da taxa básica de juros em 0,44% pontos percentuais, ou seja, o poder da inflação continua desvalorizando o poder de compra do REAL, e também superando a rentabilidade paga pela caderneta de poupança, a qual está indexada à SELIC, pagando em média 70% de rentabilidade em relação a taxa básica de juros. Isso demonstra que a poupança rende menos que a inflação. Outro aspecto relevante a destacar em relação a inflação, é que ela faz com que a renda do consumidor passe a comprar menos produtos à medida que a inflação aumenta, isso de alguma forma afeta o consumo, fazendo com que os consumidores passem a procurar produtos mais baratos no mercado. Por outro lado, a taxa básica de juros reduzida faz com que as instituições financeiras concedam determinadas linhas de crédito a juros mais baixos para o consumidor, como também para as empresas, com isso, o Banco Central visa injetar mais dinheiro a juros barato na economia, visando possibilitar a expansão do crédito, e o fortalecimento da economia, com a empresas podendo investir mais com acesso a juros reduzidos, mas entretanto a inflação por outro lado encarece os produtos, e faz frear o consumo, provocando de certo modo um equilíbrio de mercado, sem auto consumo com um autocontrole da renda por parte do consumidor. Portanto, essa relação entre inflação e taxa de juros vai estar em uma continua relação no que tange ao crescimento da economia, ao poder de compra do consumidor, ao aumento da renda, si por um lado juro baixo aquece a economia, por outro lado a inflação acima da taxa de juro freia

<sup>70</sup> Doutor em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com.

<sup>71</sup> Mestre em Agronegócio. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. I-fernando-wesz@bol.com.br.

este aquecimento, e dessa forma a economia vai caminhado, sendo regulada pelos seus indicadores macroeconômicos.

**Palavras-chave:** Inflação. Taxa de juro. Consumo. Banco Central.

## PEGADA ECOLÓGICA: A RELAÇÃO DO HOMEM COM O MEIO AMBIENTE

Thiago Oliveira Morais<sup>72</sup>



**Resumo:** As transformações pelas quais a humanidade passou nos últimos séculos alteraram drasticamente a relação do homem com o meio ambiente. O abrupto crescimento populacional, o surgimento de novas tecnologias e a mudança de comportamento causada pela disseminação de um modelo econômico capitalista fizeram com que os recursos naturais passassem a ser utilizados a um ritmo consideravelmente maior do que o planeta é capaz de regenerar. Este trabalho tem por **objetivo** elucidar esse fenômeno através de uma análise sobre a pegada ecológica, que representa a demanda das populações sobre os recursos disponíveis na natureza, e sua relação com a biocapacidade, um indicador do potencial que uma área produtiva tem de regenerar esses mesmos recursos e de absorver os resíduos que são gerados. A **metodologia** adotada foi a de pesquisa bibliográfica, onde foram consultados livros e publicações referentes ao tema, com ênfase nos trabalhos de Mathis Wackernagel e William Rees, responsáveis pela introdução do termo pegada ecológica. Tanto a biocapacidade quanto a pegada ecológica são medidas através de hectares globais, que representam um hectare de terra biologicamente produtiva e cujo potencial regenerativo é baseado na produtividade média mundial observada durante o ano. Além disso, também é importante notar que, quando a pegada ecológica de uma determinada população é maior do que a biocapacidade da área que ela habita, então observa-se um cenário de déficit ecológico, tornando a manutenção da vida insustentável a longo prazo. Assim, uma análise da pegada ecológica mundial **evidencia** o abuso do homem em relação ao meio ambiente. Atualmente, a pressão causada pela crescente demanda de recursos naturais por parte da humanidade faz com que planeta precisa de 1,6 ano para regenerar os recursos renováveis que são consumidos em apenas um ano. E esse stress causado pelas populações sobre a capacidade produtiva e regenerativa dos ecossistemas vem ocorrendo desde o início da década de 70. Nota-se, portanto, que o estudo e compreensão de métricas como a pegada ecológica são fundamentais para o entendimento da relação do homem com o planeta. A situação de 'overshoot' descrita, que representa uma demanda superior àquilo que a Terra tem capacidade de ofertar em termos de recursos renováveis, serve para reiterar a urgente necessidade de se

<sup>72</sup> Acadêmico do Curso de Administração. URI - São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. morais-thiago@outlook.com



reverter esse quadro para que um vínculo sustentável possa ser estabelecido com o meio ambiente. Por outro lado, o cenário de escassez de capital natural em uma determinada região também representa um problema social, uma vez que as populações mais carentes são diretamente afetadas por terem menores condições de adquirirem aquilo que necessitam de outras localidades. Por isso, é imperativo que todos tornem-se conscientes e conhecedores dos impactos que suas ações causam à natureza, seja direta ou indiretamente, pois muitos dos recursos que são retirados do meio ambiente são finitos, e a liquidação desses materiais provocará um inevitável colapso econômico e social.

**Palavras-chave:** Pegada Ecológica. Déficit Ecológico. Biocapacidade. Meio Ambiente.

## UMA VISÃO ECONÔMICA SOBRE A DISPARADA DE PREÇO DO ARROZ

Vinícius Gabriel dos Santos Freire<sup>73</sup>  
Roberto Carlos Dalongaro<sup>74</sup>

**Resumo:** O presente trabalho prima por destacar um estudo entre a Inflação do preço do arroz e o seu futuro diante da atual economia. Essa pesquisa de cunho bibliográfico e com uma abordagem quantitativa, objetiva analisar os fatores econômicos que levarão a inflacionar o preço do arroz. O estudo se baseou na página WEB da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A grande alta do preço do arroz se dá por diversos fatores. Um dos principais vilões é o dólar. O câmbio é fundamental para entender esse processo, a valorização da moeda americana afeta diretamente as commodities, as quais são os produtos vendidos internacionalmente. As commodities possuem como referência a cotação do dólar. Isso explica o preço do arroz. Nos últimos meses, o dólar subiu acentuadamente. Com esse aumento exportar o arroz passou a render mais. Consequentemente esse aumento acaba sendo repassado para o mercado interno. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) reforça esse fator cambial, porém aponta outros fatores que contribuíram para o aumento de preço do arroz, o quais são: a redução de área plantada no Brasil nas últimas duas safras, elevados patamares de preço internacional anteriores, à crise de covid-19, resultado das pequenas rentabilidades identificadas nos últimos anos e por último o aumento da demanda durante a pandemia. Uma diminuição significativa do preço dependeria muito de uma valorização do real perante o dólar. Ponto esse que torna difícil identificar e saber exatamente quando o arroz ficará com preço baixo novamente. O dólar vem se mostrando uma moeda extremamente variável é difícil prever o que vai acontecer com ele. Se houver uma queda ou até mesmo uma estabilidade, o preço das commodities cai. Mas se o dólar continuar nesse ritmo de crescimento a probabilidade é de aumento do preço do arroz. Não se tem um consenso, porém alguns pensamentos rumam a esse caminho, não há como prever. Outros creditam que, independentemente do dólar, os preços tendem diminuir, porém tal baixa só aconteceria no começo do ano que vem. O preço do arroz costuma ser mais alto no segundo semestre do ano. Além do mais produtores que plantaram arroz estão obtendo bons resultados, a tendência é que a produção aumente, fazendo com que a safra 2021 seja maior, jogando o preço para baixo. A CONAB menciona que o Brasil deverá comprar 1,1 milhão de toneladas de arroz do exterior nesta safra, isso é aproximadamente 10% do que o país consome do grão de arroz. Em agosto deste ano as importações do alimento cresceram 28,4% na comparação com o mesmo período de 2019. Esse grande número de importação se dá pelo fato de que os principais fornecedores são Argentina, Paraguai e Uruguai, os quais estão isentos da taxa cobrada de países de fora do Mercosul. Portanto, essas medidas poderão contribuir para que as estimativas de preço fiquem baixas, acessíveis ao poder de compra do brasileiro.

**Palavras-chave:** Preço. Arroz. Dólar. Consumidor.

<sup>73</sup> Acadêmico do 2º Semestre de Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail: viniciusfreireg@gmail.com.

<sup>74</sup> Doutor em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. GT 1 Administração e Contábeis. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com.



## **2.3 Direito**

### **2.4 O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade**

## A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA PARA A ADVOCACIA

**Axiel de Souza Barcelos<sup>75</sup>**  
**Juliana Bedin Grandó<sup>76</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho destina-se a estudar a aplicabilidade e relevância da ética para o desempenho da atividade da advocacia. Para tanto, tem por objetivo analisar os aspectos essenciais da ética na função de advogado. Nessa seara, o trabalho utiliza da metodologia hipotético-dedutiva, haja vista que dispende de uma hipótese para responder a problemática suscitada. Ainda utiliza-se da escrita monográfica com pesquisa bibliográfica realizada em livros sítios de internet e artigos científicos. A problemática estudada no presente texto vincula-se a seguinte questão: a ética é importante para o desempenho da advocacia? Como resultados tem-se que a deontologia jurídica perfectibilizada no estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e no Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil possui como cerne o agir ético do advogado. Verifica-se nestes dispositivos legais a preocupação com a ética profissional, pois se estabelecem deveres e limites para o atuar do advogado, bem como sanções a serem aplicadas em caso de violação. Diante disto, a presente pesquisa conclui que a ética é essencial para a advocacia, punindo-se os agires antiéticos com sanções que podem incidir até mesmo na exclusão de advogados do quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

**Palavras-chave:** Ética. Advocacia. Deontologia.

---

<sup>75</sup> Acadêmico do 10º semestre do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: axielbarcelos@gmail.com.

<sup>76</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: juliana.bedin@yahoo.com.br.

## ASPECTOS POSITIVOS DO AVANÇO TECNOLÓGICO DURANTE A PANDEMIA

**Axiel de Souza Barcelos<sup>77</sup>**  
**Juliana Bedin Grandó<sup>78</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho destina-se a estudar as inovações tecnológicas decorrentes da pandemia. Para tanto, tem por objetivo analisar os aspectos positivos e/ou negativos que as inovações tecnológicas surgiram das necessidades trazidas pela pandemia. Nesse sentido, a presente pesquisa utiliza da metodologia hipotético-dedutiva, visto que parte de uma hipótese para solucionar a problemática apresentada. Outrossim, utiliza-se da escrita monográfica com pesquisa bibliográfica realizada em livros, sites de internet e artigos científicos. O problema apresentado é: é possível afirmar que houveram aspectos positivos pela imposição do maior uso da tecnologia durante a pandemia? Como resultados obtidos, verificou-se que pela necessidade do isolamento e distanciamento social, como modo de evitar os riscos de contaminação e de exposição ao coronavírus COVID-19, as pessoas precisaram mudar seus hábitos, tanto da rotina profissional quanto da pessoal, o que por consequência, elevou o número de profissionais que passaram a trabalhar em suas casas. Deste modo, o uso da tecnologia passou a ser constante na vida das pessoas, pois a realização de teletrabalho impôs o uso destas, haja vista que passaram a utilizar de videoconferências, vídeo chamadas, entre outros, que utilizam a tecnologia. Portanto, conclui-se que o avanço tecnológico ocorrido durante a pandemia possui aspectos positivos, pois possibilitou a continuidade do desempenho de atividades profissionais de forma remota mesmo durante este período de isolamento social.

**Palavras-chave:** Pandemia. Tecnologia. Inovação.

---

<sup>77</sup> Acadêmico do 10º semestre do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: axielbarcelos@gmail.com.

<sup>78</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: juliana.bedin@yahoo.com.br.

## O ATIVISMO JUDICIAL COMO MECANISMO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.

Bruna Cardoso Goulart<sup>79</sup>  
Juliana Bedin Grandó<sup>80</sup>

**Resumo:** Cada vez mais presente, o ativismo judicial representa uma inovação no mundo jurídico. Não obstante a incerteza quando ao seu conceito, pode-se afirmar que a sua criação adveio dos Estados Unidos, mais precisamente de uma decisão da Suprema Corte que entendeu que o princípio da liberdade contratual estava implícito na noção de devido processo legal. Quanto à nomenclatura, atribui-se a Arthur Schlesinger o mérito de haver cunhado o termo ativismo judicial, através da publicação do artigo *The Supreme Court: 1947* na popular revista *Fortune*. No Brasil, as bases do ativismo judicial aludem à promulgação da Constituição da República Federativa de 1988, oportunidade em que diversos direitos sociais foram conferidos para a população. Caracterizado como um modo específico de interpretar a Constituição Federal, o fenômeno visa expandir o alcance das normas, com a finalidade de observar as especificidades de cada um dos polos da relação jurídica. Partindo-se dessa premissa, pode-se dizer que o juiz ativista é, basicamente, aquele que se preocupa com os valores e fins constitucionais, bem como busca entender as particularidades do caso concreto, ainda que para isso seja necessário extrapolar os limites do Poder Judiciário. Sabe-se que a respeitada estruturação da divisão dos poderes segue os parâmetros de que as leis sejam desenvolvidas pelo Poder Legislativo, aplicadas pelo Poder Executivo e, na execução, garantidas pelo Poder Judiciário. Diante deste cenário, questiona-se: O ativismo judicial, como mecanismo para a concretização de direitos e garantias constitucionais, é capaz de sobrepor-se à atual configuração do Estado brasileiro? Quando o Poder Judiciário avoca para si a função atribuída ao legislador, tem-se que a segurança jurídica das decisões fica por enfraquecida, considerando que os integrantes deste poder não se submetem ao voto popular, não havendo, portanto, participação efetiva da sociedade na formulação das normas. Contudo, o ativismo judicial vem sendo empregado para a solução de “lacunas” apresentadas pelo Poder Legislativo. Diante dos fatos destacados, a presente pesquisa evidenciou que apesar de ferir a separação dos poderes, o Supremo Tribunal Federal, nos últimos anos, tem sido chamado a um verdadeiro papel de mediador de interesses das partes, deparando-se com diversas situações não previstas na legislação e conseqüentemente, a fim de emitir uma resposta e honrar o título de guardião da Constituição Federal, precisa deslindar formas para alcançar tal propósito, incluindo o uso do ativismo judicial. Para a elaboração do presente trabalho foram consultados, sobretudo, artigos científicos e monografias, impressos e *online*, utilizando-se, portanto, de uma metodologia hipotético-descritiva, com escrita monográfica.

**Palavras-chave:** Ativismo Judicial. Constituição Federal. Supremo Tribunal Federal.

<sup>79</sup>Graduanda do 6º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. E-mail: bccgoulart@gmail.com.

<sup>80</sup>Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: juliana.bedin@yahoo.com.br.

## ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NA PERSPECTIVA DO DIREITO BRASILEIRO

Fábio Júnior Brum Machado<sup>81</sup>  
Luciano de Almeida Lima<sup>82</sup>

**Resumo:** O presente trabalho, apresenta como tema a adoção homoafetiva e tem como objetivo verificar qual o tratamento dado pelo ordenamento jurídico brasileiro nas hipóteses de adoção e formação familiar homoafetiva. Para responder a problemática proposta se utilizará do método de abordagem dedutivo. O trabalho se desenvolveu por meio de uma pesquisa descritiva, qualitativa, e bibliográfica, com subsídios legais e doutrinários. Como recursos materiais utilizou-se de doutrinas, artigos científicos, legislação, jurisprudência, visando ampliar o conhecimento sobre o tema, e responder a problemática proposta. Procurando entender a gênese dos conceitos que cercaram o instituto mais antigo do direito e da sociedade mundial. As concepções de família. Nessa perspectiva adentra-se também no campo do instituto da adoção no Brasil, os procedimentos que devem ser observados, requisitos e os entraves que casais, ou indivíduos esbarram na tentativa de formarem um núcleo familiar a partir do ato de adotar. Logo, após passar por estes conhecimentos necessários, se observou os aspectos jurídicos na seara homoafetiva. Buscando compreender como o judiciário brasileiro tem agido diante de demandas tão recentes, se observou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) Nº 132-RJ e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) Nº 4277-DF julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo, por equiparação, a união estável entre casais do mesmo. Tais decisões abriram caminho para que famílias homoafetivas pudessem procurar seus direitos, ou constituírem um núcleo familiar através da adoção. Entende-se que este é um grande passo que o judiciário dá para a evolução do Direito das Famílias, mas que o Poder Legislativo permanece omissivo no socorro do direito positivado, escrito. Percebe-se que as decisões acerca da adoção e do casamento civil, e a união estável homoafetiva, funcionam apenas como instrumento norteados pelos princípios constitucionais da igualdade, dignidade da pessoa humana e o melhor interesse da criança. Pois o que foi feito em verdade é uma analogia, uma equiparação de direitos, nada mais. Em razão disto, não há norma concreta, legislação ou projeto de lei que venha em busca de isonomia de direito. Por fim, os anseios sociais das minorias LGBTs continuam desamparadas pela legislação brasileira, que se mostra omissiva, e amparada de um modo estreito naquilo que deveria ser um direito certo e líquido.

**Palavras-chave:** Adoção Homoafetiva. Jurisprudência. Direito das Famílias.

---

<sup>81</sup> Acadêmico de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: brumfabio746@gmail.com.

<sup>82</sup> Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Mestre em Direito. E-mail: profluciano@saoluz.uri.edu.br

## DIREITOS AUTORAIS NA INTERNET: NEM TUDO SE RESUME A COPY/PASTE

Marcos Antonio Prestes da Silva<sup>83</sup>

Luciano de Almeida Lima<sup>84</sup>

**Resumo:** O avanço das tecnologias que envolvem a internet e o rápido acesso à informação tornou fácil a busca de diversas obras de artistas vindas de qualquer parte do mundo. Esse acesso à informação pela internet e a mudança da sociedade também abriu espaço para exposição de opiniões. Pessoas querendo dizer algo, conversar umas com as outras ou simplesmente deixar sua marca, acabam por utilizar da criação de páginas na internet, imagens e textos em *blogs*<sup>85</sup>, registros de vídeo em *vlogs*<sup>86</sup> e outras tantas maneiras de expressão que se utilizam de mídias digitais. Textos copiados, imagens repostadas, frações de vídeos e músicas podem acabar por não referenciar seus legítimos autores. Obras artísticas, literárias e científicas podem ser facilmente encontradas na internet e utilizadas por qualquer pessoa. Todo esse contexto tem relação direta com o direito autoral. Neste sentido este trabalho visou expor sobre o direito autoral na internet, sobretudo sobre as obras audiovisuais, no que tange o direito brasileiro, dado ser assunto delicado que foge do conhecimento da maioria dos usuários comuns da rede. Pontualmente o trabalho possui como objetivo geral verificar qual o limite do uso das obras audiovisuais na internet frente a proteção dos direitos autorais prevista no ordenamento jurídico brasileiro. Para o seu desenvolvimento o trabalho teve como método de abordagem o dedutivo, por meio de uma pesquisa descritiva, qualitativa, e bibliográfica, com subsídios legais e doutrinários. Ao se desenvolver a pesquisa se chegou à conclusão de que as obras audiovisuais são, dentro das possibilidades de obras advindas das criações do intelecto, uma das mais perceptíveis características da própria internet: Imagens, sons e movimento. A atual Lei de Direitos Autorais, Lei 9.610/1998 fora criada ainda em um tempo anterior a popularização da internet, mas fora desenvolvida de tal modo que seus artigos protegem dentro e fora da rede. Claro que a Lei por si só não está sozinha para ser utilizada quando o assunto é internet, as proteções estão dentro da Constituição e tem também sua base fortalecida por tratados internacionais e extensivas discussões sobre o tema de tempos e tempos. A jurisprudência brasileira tem desempenhado um papel de confirmar o suporte para os autores (quer sejam eles profissionais que dependem financeiramente das suas obras, quer sejam eles amadores que simplesmente ganham asas pela inspiração). A proteção prevista na referida lei atinge as obras em âmbito digital, resguardando o direito dos autores como também todos àqueles que têm uma relação legal com determinada obra audiovisual. O mundo está mais do que nunca voltando a sua atenção para a rede e para essa produção e consumo de conteúdo, que direta ou indiretamente movimentam o mercado e exige uma evolução nas leis, isso se tornou ainda mais claro nesse período da nossa história e tende, possivelmente em pouco tempo, evoluir ainda mais.

**Palavras-chave:** Internet. Direito Autoral. Obra Audiovisual.

<sup>83</sup> Graduando em Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: marcos4macx@gmail.com.

<sup>84</sup> Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Mestre em Direito. E-mail: profluciano@saoluz.uri.edu.br

<sup>85</sup> Espécie de diário virtual em que o internauta relata suas histórias, seus projetos de vida, faz comentários sobre a realidade, escreve artigos, poemas etc. deixando esse material disponível na rede para que outros possam interagir.

<sup>86</sup> Similar ao blog, mas compondo-se principalmente de gravações em vídeo.



## LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR, PRINCÍPIO DA IGUALDADE E CIDADANIA <sup>87</sup>

Myrella dos Santos Balbé<sup>88</sup>

Miriane Maria Willers<sup>89</sup>

**Resumo:** Os tributos financiam as atividades do Estado e o pagamento dos mesmos importa num dever do cidadão. Sem arrecadação, o Estado não consegue atender as demandas coletivas, especialmente dos direitos fundamentais sociais de acordo com a Constituição de 1988. As limitações tributárias são uma garantia fundamental do cidadão. Entre os limites instituídos pelo Constituinte e que devem ser observados pelo Poder Público estão diversos princípios e imunidades, insertos nos artigos 150 a 152 da Carta de 88. Destacam-se: legalidade, anterioridade e nonagesimidade, igualdade tributária, capacidade contributiva, vedação de efeitos confiscatórios, entre outros (BRASIL, 1988). O estudo apresenta a seguinte inquietação: o princípio da igualdade, como limitação ao poder de tributar, é observado na atualidade brasileira? Objetiva o estudo das diversas limitações tributárias, com análise específica da Igualdade frente à realidade brasileira atual para verificar se os direitos do contribuinte estão efetivamente resguardados. O método de abordagem da pesquisa é o dedutivo, com análise da Constituição, da doutrina, artigos científicos e estudos sobre a temática. O poder de tributar, nada mais é do que uma relação jurídica do Estado com o contribuinte, que não pode ser marcada por práticas arbitrárias, autoritárias. Conforme Hugo de Brito Machado (2018), esse poder está juridicamente limitado e partilhado com todos os entes federativos. Para cumprir com o dever de pagar tributos, o cidadão tem trabalhado muitos dias no ano. De acordo com Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, em 2020, o contribuinte trabalhou até o dia 30 de maio para pagar os tributos exigidos pelos entes tributantes. Além disso, apresenta uma série de disparidades. O contribuinte com renda mensal até R\$ 3.000,00 trabalhou 143 dias e da renda bruta, foram 39,07% para tributos; já com renda entre 3 a 10 salários mínimos, trabalhou 161 dias e 43,99% da renda bruta destinada ao Fisco. Quem ganha acima de 10 salários, comprometeu 42,08% da renda com tributos. Outro dado, é quem ganha até 3 salários, pagou mais tributos sobre consumo. Outro estudo realizado por Rober I. Ávila e Cristina Pereira Vicceli, publicado no Instituto Justiça Fiscal comprovou desigualdade de gênero nas faixas mais elevadas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPJ): mais de 80% são homens. Além disso, as mulheres pagam alíquotas mais elevadas que os homens. Conforme pesquisa da OXFAN Brasil, mulheres negras e pobres são as que mais pagam impostos proporcionalmente. A tributação recai mais sobre consumo do que sobre renda e patrimônio. Na hora de comprar no supermercado, por exemplo, ricos e pobres pagam os mesmos tributos. Assim, resta demonstrada a desigualdade. De acordo com Humberto Ávila “A igualdade só é assegurada se a lei, além de aplicada de modo uniforme, for isonômica no seu conteúdo” (2015, p. 200). O Princípio da Igualdade, e até mesmo o da capacidade contributiva, não estão sendo observados,

<sup>87</sup> Resumo produzido a partir de reflexões realizadas em trabalho acadêmico proposto na Disciplina de Direito Tributário I.

<sup>88</sup> Acadêmica do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga – 10º Semestre. Email:myrella.balbe@hotmail.com

<sup>89</sup> Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada (URI) – Campus de Santo Ângelo. Professora na Graduação na URI – Campus de São Luiz Gonzaga, nas disciplinas de Direitos Humanos e Cidadania, Direito Tributário e Direito Administrativo. Advogada Pública do Município de Santo Ângelo. E-mail:profmiriane@saoluiz.uri.edu.br.

agravando a desigualdade social. As questões levantadas, merecem reflexão pela sociedade e demandam cidadania ativa.

**Palavras-chave:** Poder de tributar. Igualdade. Cidadania.

## OS QUATRO TRONCOS MISSIONEIRO E SEU LEGADO CULTURAL

### Conhecer para Preservar

Regina Tairini Bassani<sup>90</sup>  
Lizandra Andrade Nascimento<sup>91</sup>



**Resumo:** O Município de São Luiz Gonzaga é intitulado como a Capital Estadual da Música Missioneira, tendo recebido tal reconhecimento em virtude de ser a cidade que nasceram ícones da música gaúcha – Jaime Caetano Braun, Noel Guarany e Pedro Ortaça – que juntos com outro missioneiro – Cenair Maicá – difundiram a música missioneira, sendo denominados os Quatro Troncos Missioneiros. O presente trabalho tem por objetivo apresentar o projeto “Quatro Troncos Missioneiros – Conhecer para Valorizar”, iniciado neste semestre sob a orientação da professora Lizandra Andrade Nascimento, o qual busca a compilação de dados a respeito da produção artístico-cultural destes quatro artistas que através da música contaram e cantaram as suas histórias de luta, garra e superação. Para o desenvolvimento do estudo optou-se pelo método de abordagem dedutivo e como método de procedimento o histórico, realizando uma contextualização sócio-histórica acerca das manifestações artístico-culturais destes e de outros artistas missioneiros. Já quanto ao tipo de pesquisa, optou-se pela bibliográfica, com consulta em livros e artigos acerca do tema. O surgimento da denominação Quatro Troncos Missioneiros se deu em virtude de, em 1988, Cenair Maicá, Noel Guarany, Jaime Caetano Braun e Pedro Ortaça terem lançado um LP, que foi relançado em CD nos anos 2000, nomeado como Troncos Missioneiros, no qual se reuniu as produções dos quatro artistas, registrando o pioneirismo na construção de uma identidade cultural, expressa em versos, músicas e payadas. A analogia com o tronco de uma árvore supõe que os quatro artistas foram uma base da qual podem originar-se ramificações e novas identidades que continuem preservando e enaltecendo as peculiaridades das Missões. O valor ímpar de suas composições é digno de ser preservado, pois reconhecem a relevância da natureza e do índio, as tradições do homem do campo, a importância da mulher, o respeito ao outro e a defesa intransigente da liberdade. Como resultado, pode-se indicar que o

<sup>90</sup> Acadêmica do 8º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Extensão: “Quatro Troncos Missioneiros – Conhecer para Valorizar”. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa – Gênero & Diversidades & Cidadania. E-mail: regina\_bassani@hotmail.com.

<sup>91</sup> Doutora em Educação (UFPel). Docente na URI-SLG. Grupo de pesquisa: Educação, Política e Cidadania. E-mail: lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br.

projeto contribuirá tanto para a sociedade quanto para o meio acadêmico, haja vista que será produzido material impresso e digital sobre a obra dos Troncos Missioneiros e demais personalidades missioneiras, formando um acervo que estará disponível para visitação, junto à Biblioteca Central da URI – São Luiz Gonzaga. Ainda, servirá como subsídio para estudo em sala de aula, para o desenvolvimento de pesquisas futuras e para consulta de interessados em conhecer a história e a cultura da Região das Missões. Conclui-se que o trabalho proporcionará maior conhecimento e enaltecerá o legado histórico e cultural missioneiro, divulgando a obra dos Troncos Missioneiros junto às novas gerações, a fim de que ampliem o conhecimento a respeito das músicas, payadas e demais produções desses artistas, tornando-se agentes na preservação do legado missioneiro.

**Palavras-chave:** Cultura; Missioneiros; Troncos.

## A DEMOCRACIA RACIAL COMO MITO: UM OLHAR A PARTIR DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES

Rodrigo Miguel de Souza<sup>92</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do pensamento do sociólogo paulista Florestan Fernandes (1920-1995) no desvelamento do mito da democracia racial. A pesquisa utiliza a metodologia qualitativa, com técnica de revisão bibliográfica focada em obras de Florestan Fernandes e seus comentadores. Sendo reconhecido como fundador do que viria a ser chamado de Escola Paulista de Sociologia, Florestan deu destaque especial à relação entre desenvolvimento econômico nacional e a integração da população negra na modernização do Brasil. O mesmo toma contato com o que viria a chamar de “Protesto Negro” ao participar na década de 1950 de uma pesquisa da USP encomendada pela UNESCO. Refletindo um mundo pós-segunda guerra mundial, o organismo internacional buscava impedir que genocídios raciais se repetissem, neste contexto, o Brasil aparecia como o local ideal, pois que apresentava ao mundo a “democracia racial” como identidade nacional. No campo de pesquisa revelam-se as desigualdades negadas pelo discurso oficial, instituindo a democracia racial como mito, e não realidade. Florestan diagnostica no Brasil uma situação ideal para a exclusão da população negra, pois une a inaptidão de um Estado que nega a desigualdade, eximindo-se de tomar posturas ativas frente à mesma, à uma ideologia da “democracia racial”, instituída com base na ideia da união pacífica entre europeus, africanos e indígenas. Ainda que não delegue estritamente à Gilberto Freyre o papel da criação desta em “Casa Grande e Senzala” (1933), Florestan diagnostica as contradições deste discurso e sua oficialização como identidade nacional, deslegitimando as lutas antirracistas empreendidas principalmente pelas comunidades negras. Na obra “A integração do negro na sociedade de classes” (1965), o sociólogo aponta a desigualdade entre negros e brancos no Brasil, desenvolvendo a tese de que o período pós-escravidão foi crucial no estabelecimento desta condição, através da negação de acesso à educação e renda à esta população. Avançando no entendimento deste tema, Florestan conclui que não somente não há uma democracia racial no Brasil, como não é possível que haja uma democracia efetiva sem que sejam equacionadas as desigualdades com base na cor e raça, apontando a educação como principal promotora da igualdade, pois que apresenta possibilidades de efetivação de uma cultura antirracista (reconhecimento), e também de promoção de acesso à emprego e renda (redistribuição). A leitura das obras de Florestan revela a pungente atualidade de sua análise, pois mesmo após tantos anos, os ecos do mito da democracia racial ainda ecoam dentro e fora do Estado, contrapondo-se às lutas antirracistas e à implementação da igualdade racial, o que demonstra o caráter

---

<sup>92</sup> Sociólogo; Mestre em Educação nas Ciências. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.. E-mail: miguelcsp@gmail.com.

inovador da pesquisa à época, mas também o quanto ainda temos que avançar no caminho de efetivação de uma democracia no Brasil.

**Palavras-chave:** Florestan Fernandes. Democracia Racial. Sociologia brasileira.

## O ATIVISMO JUDICIAL BRASILEIRO E SEUS LIMITES FRENTE AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E O PRINCÍPIO DA DIVISÃO DOS PODERES

Wagner Cortes Chaves<sup>93</sup>  
Luciano de Almeida Lima<sup>94</sup>

**Resumo:** Frequentemente o poder executivo e o poder legislativo são inertes frente os anseios e necessidades da população. Como consequência desse cenário, por clamor popular, e, sobrepondo-se a lei, o Poder Judiciário tem ultrapassando os limites de sua competência originária ao tentar sanar as deficiências dos demais Poderes por meio do ativismo judicial. Considerando o Estado Democrático de Direito e o Princípio da divisão dos Poderes, questiona-se: Deve ou não haver limites no ativismo judicial brasileiro? Para responder a problemática proposta o presente estudo se utilizou do método de abordagem hipotético-dedutivo, por meio por meio de uma pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica. Como objetivo, o trabalho busca verificar as limitações do Ativismo Judicial no Brasil, partindo de raízes históricas, até os dias atuais considerando o contexto jurídico brasileiro. Como hipótese para responder a problemática proposta, têm-se que embora o Estado pondere a importância da separação dos poderes no estado democrático de direito, o que limita a atuação do judiciário nesse contexto, o ativismo judicial colabora para a observância da garantia da ordem para a coletividade. Esta pesquisa se justifica pois urge à sociedade, jurídica e leiga, a prestar a devida atenção à questão da organização do Estado, e a obediência ao princípio da separação de poderes. Assim, a presente proposta de estudo se justifica também dada a relevância do tema em âmbito nacional, na medida em que questões políticas e morais do país são transferidas para a esfera de decisão do Judiciário, gerando sérias controvérsias no embate da relação institucional entre os demais Poderes acerca da legitimidade democrática que teria o Judiciário em proferir decisões que extrapolam os limites estritos da lei numa suposta invasão à competência legislativa e executiva. Como resultados atingidos, confirma-se a hipótese aventada inicialmente, constata-se que a postura proativa do judiciário em casos de inoperância dos outros poderes, é válida na garantia dos direitos fundamentais. Nesse contexto, conclui-se que o ativismo judicial utilizado para outros fins, e não para preencher lacunas dos outros poderes é danoso ao estado democrático de direito, bem como para o princípio da divisão dos poderes devendo nesse ponto ser limitado, mas, quando usado para garantir direitos reconhecidos em lei, ou não positivados, representa uma resposta do Estado brasileiro na satisfação aos clamores da sociedade.

**Palavras-chave:** Ativismo Judicial. Separação dos Poderes. Estado Democrático de Direito.

<sup>93</sup> Acadêmico do 10º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG E-mail: Corteswagner45@gmail.com

<sup>94</sup> Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Mestre em Direito. E-mail: profluciano@saoluz.uri.edu.br

**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL – SENSIBILIZAÇÃO E LUDICIDADE****Tatiane Foletto Munareto<sup>95</sup>****Sarah Ferreira Sides<sup>96</sup>****Lizandra Andrade Nascimento<sup>97</sup>**

**Resumo:** O projeto *Acessibilidade Atitudinal – Sensibilização e Ludicidade* busca sensibilizar estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência, contribuindo para a consolidação da acessibilidade e educação inclusiva, bem como o empoderamento feminino. **Objetivo geral:** - Sensibilizar estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência, contribuindo para a consolidação da acessibilidade e educação inclusiva. **Objetivos específicos:** - Promover atividades de 'hora do conto', utilizando as obras da coleção Contos de Fadas Inclusivos e da coleção Antiprinças e Antiheróis, com vistas à sensibilização de crianças e adolescentes de São Luiz Gonzaga e região. - Constituir espaço para diálogo sobre a inclusão das pessoas com deficiência, desmistificando preconceitos e combatendo discriminações. - Utilizar o lúdico e a criatividade para sensibilizar os estudantes, visando o desenvolvimento de atitudes de respeito às diferenças e de acolhimento aos demais. **Metodologia:** Foram realizadas sessões de hora do conto em diversas escolas, da rede pública municipal e estadual e, da rede privada, envolvendo estudantes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Resultados:** Durante a vigência do projeto, foram contemplados 411 educandos, em 22 sessões de hora do conto, em 10 instituições de ensino, de três municípios da região das Missões do Rio Grande do Sul. A partir desses contos, discutiu-se a importância do respeito às diferenças, enfatizando o respeito e a solidariedade como fundamentais às relações interpessoais. **Conclusões:** Consideramos que os contos inclusivos constituem-se como instrumentos significativos para o enfoque da educação inclusiva, uma vez que propiciam a abordagem criativa e lúdica das relações humanas e da acessibilidade. A coleção Antiprinças também demonstrou grande relevância para explorar a temática do empoderamento feminino. Portanto, o projeto configura-se como uma iniciativa relevante e que promove uma formação humanizada, buscando erradicar a exclusão. A semente foi lançada. A utopia é pela germinação de belos frutos, para um futuro em que predomine a fraternidade.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Inclusão. Contos. Lúdico. Sensibilização.

---

<sup>95</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: tati10munareto@gmail.com

<sup>96</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: sarahsides2000@gmail.com

<sup>97</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação. Docente na URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br





## **2.5 Saúde**

### **2.6 Saúde e movimento humano**

## O PAPEL DA FISIOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA PÓS MENOPAUSA

Maria Izabel Hettwer<sup>98</sup>

Jean Lucas Poppe<sup>99</sup>

Marzane Bolzan Morais de Oliveira<sup>100</sup>

**Resumo:** A incontinência urinária é definida como qualquer perda involuntária de urina, é uma condição que trás implicações médicas, sociais e econômicas e afeta significativamente a qualidade de vida feminina. O objetivo do estudo é demonstrar os benefícios do tratamento fisioterapêutico para mulheres com incontinência urinária no período pós menopausa. Foi realizada uma revisão bibliográfica na base de dados Scielo, Lilacs e Google Acadêmico com descritores “Incontinência Urinária”, “Fisioterapia Pélvica” e “Menopausa”, considerando o período de 2001 a 2020. Foram encontrados 25 artigos para esta revisão. Os estudos revelam que a incontinência urinária pode ocorrer em mulheres no período pós menopausa devido às mudanças fisiológicas que ocorrem juntamente com o envelhecimento, sendo considerada um problema de saúde pública, pois impacta diretamente na qualidade de vida, autoestima e bem-estar feminino. Devido à todas as consequências causadas pela incontinência urinária na vida das mulheres, há necessidade de um tratamento que seja decisivo e efetivo. A fisioterapia é a primeira opção de intervenção pois é um tratamento conservador, fortalece e ativa a musculatura do assoalho pélvico. Estudos mostram que cerca de 50% das cirurgias de incontinência urinária poderiam ser evitadas com a realização de um tratamento conservador sendo realizado primeiro, desta forma destacando a importância do tratamento fisioterapêutico.

**Palavras-Chave:** Envelhecimento. Bem-estar. Saúde Pública. Tratamento. Fisioterapia.

---

<sup>98</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. mariaizabelhettwer@hotmail.com

<sup>99</sup> Doutor em Biologia Animal. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga jlucaspoppe@gmail.com.

<sup>100</sup> Mestra em Atenção Integral em saúde. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai - marzane.oliveira@yahoo.com.br

## O PAPEL DA FISIOTERAPIA NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Andressa Marques Magalhães<sup>101</sup>

Luandra Balbuena Botezini<sup>102</sup>

Jean Lucas Poppe<sup>103</sup>

Marzane Bolzan Morais de Oliveira<sup>4</sup>



**Resumo:** Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de verificar como a fisioterapia pode auxiliar na qualidade de vida dos idosos. Com o decorrer dos anos, a população de idosos tem apresentado elevado crescimento. A diminuição da funcionalidade dos idosos pode levar a um aumento do risco de quedas, representando um ponto inicial para o declínio de uma boa qualidade de vida. A recuperação do idoso após uma lesão ou fratura é muito demorada e difícil, podendo comprometer o desempenho e a independência funcional. Com o crescimento dessa população surge uma procura maior pelas Instituições de Longa Permanência aos Idosos que são moradias especializadas ao cuidado com o idoso, buscando sempre suprir as necessidades e promover o bem-estar. Ao estarem residindo nesses lares, casas de repouso, clínicas geriatrias, como são chamadas, ocorre uma diminuição na sua funcionalidade e autonomia, em consequência de mudarem de seu ambiente de vida para um ambiente estranho, diminuindo no geral suas funções motoras e mentais. Dessa forma, torna-se importante o papel da fisioterapia, para prevenir que essas quedas ocorram. Existem alguns tipos de avaliações que são realizadas nos idosos pelos fisioterapeutas, como a Escala de Katz que é um questionário da qual investiga a capacidade funcional do idoso em realizar as atividades básicas de vida diária, e o teste Timed Up and Go, o qual serve para avaliar a funcionalidade do organismo, associada ao risco de quedas. As orientações realizadas pelos profissionais são de fácil entendimento proporcionando uma melhor realização dos exercícios terapêuticos, que podem ser realizados a domicílio, facilitando com que o idoso

<sup>101</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. andressa\_mmagalhaes@hotmail.com

<sup>102</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. luandrabalbuena@gmail.com

<sup>103</sup> Doutor em Biologia Animal. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. jlucaspoppe@gmail.com.

<sup>4</sup> Mestra em Atenção Integral em saúde. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. marzane.oliveira@yahoo.com.br

pratique diariamente e obtenha um resultado satisfatório e de fácil compreensão. A intervenção fisioterapêutica visa dar assistência e melhorar a qualidade de vida do idoso em todos os aspectos, tratando lesões e dificuldades motoras, buscando minimizar o progresso de doenças e manifestações indesejadas, realizando o reestabelecimento dos prejuízos funcionais. Portanto, a Fisioterapia é capaz de melhorar as condições de vida do paciente na terceira idade.

**Palavras-chave:** Desempenho funcional. Envelhecimento. Fisioterapia. Qualidade de vida. Prevenção.

## CONSEQUÊNCIAS DA COVID-19 EM PACIENTES APÓS INTERNAÇÃO EM CTI

Eduardo Lambert Machado<sup>104</sup>  
Lizandra Andrade Nascimento<sup>105</sup>

**Resumo:** O novo coronavírus (SARS-CoV-2) faz parte de um grupo de vírus responsáveis por causar síndromes respiratórias agudas que podem variar de sintomas leves a condições graves, com internação hospitalar, necessidade de ventilação mecânica e significativa taxa de mortalidade (SILVA, 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma emergência global em 30 de janeiro de 2020. Segundo o Ministério da Saúde a primeira notificação de um caso confirmado de COVID-19 no Brasil foi recebida no dia 26 de fevereiro de 2020, atingindo a taxa de mortalidade é de 37,5 óbitos por 100 mil habitantes. Além do comprometimento respiratório, o vírus acomete outros sistemas mesmo tendo pouco conhecimento dos seus efeitos a longo prazo. Os pacientes que necessitam de ventilação mecânica na fase mais aguda da doença podem vivenciar sérios efeitos colaterais (SILVA, 2020). A ventilação mecânica (VM) é o indicador de maior prioridade para admissão em UTI, de acordo com as diretrizes aceitas. Os indivíduos que requerem VM geralmente são os mais graves. Além disso, um número crescente desses pacientes gera controvérsia particular em relação a seus resultados incertos em longo prazo e incapacidade. Quanto maior a duração da VM, pior parece ser o prognóstico. Alguns autores descreveram que indivíduos em VM apresentam baixa sobrevida, baixa QV, redução do estado físico funcional (PFS) e mau funcionamento cognitivo; os sujeitos também requerem cuidados substanciais após a alta (VESZ, Patrini Silveira et al). A fim de limitar a gravidade de todas as sequelas decorrentes do processo de internação, é essencial a atuação do fisioterapeuta ainda no ambiente hospitalar, na fase mais precoce da doença, o que vai promover uma recuperação funcional mais rápida e acelerar o processo de alta (SILVA, 2020). Portanto, é essencial iniciar a reabilitação precoce após a fase aguda do desconforto respiratório, a fim de limitar a gravidade da fraqueza adquirida na UTI e promover uma recuperação funcional rápida. A fisioterapia possui um papel no fornecimento de exercícios, mobilização e intervenções de reabilitação para sobreviventes de doenças críticas associadas ao COVID-19, a fim de permitir um retorno funcional para casa (THOMAS et al, 2020). O tratamento fisioterapêutico é muito importante o monitoramento realizado pelo fisioterapeuta, bem como um programa intensivo de reabilitação física proposto para esses pacientes, com períodos variáveis de 6 meses a 2 anos. Analisando a realidade manifestada em pacientes com COVID-19, percebe-se que os mesmos, ao cursarem com SARS, podem apresentar uma necessidade de suporte terapêutico também em fases crônicas ou após a cura da doença (SILVA, 2020). Dessa maneira, torna-se imprescindível desenvolver estudos para compreender as sequelas o vírus na vida dos indivíduos acometidos pela doença. Então, faz-se necessário investigar quais os percentuais de perda de mobilidade e consequências para a qualidade de vida, elaborando métodos de tratamento que possam diminuir os impactos da COVID-19.

**Palavras-chave:** COVID-19. Consequências. Fisioterapia. Qualidade de vida.

<sup>104</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia na URI São Luiz Gonzaga. E-mail: eduardolambert2011@gmail.com

<sup>105</sup> Doutora em Educação (UFPEL). Docente na URI-SLG. Grupo de pesquisa: Educação, Política e Cidadania. E-mail: lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br.

## A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NA VIDA DOS JOGADORES DE UM TIME DE FUTSAL DE ITAQUI/RS

Fabieli Kuhn Medeiros<sup>106</sup>

Bruno Costa Teixeira<sup>107</sup>

Lizandra Andrade Nascimento<sup>108</sup>

**Resumo:** Fisioterapia e a área esportiva possui uma relação estreita, em especial o Futsal é a Fisioterapia, posto que, segundo O'Sullivan e Schmitz (1993), é uma área muito ampla e não se baseia somente em Fisioterapia Clínica. O Brasil é o país que melhor representa o Futsal no mundo. Tornou-se um esporte popular, tomando proporções significativas, em especial, por ser hexacampeão mundial, inúmeras vezes campeão continental, entre outros títulos conquistados (ROCHA, 2018). No cenário atual, com a ocorrência da pandemia do novo coronavírus, a sociedade, como um todo, foi atingida por uma série de problemas. Na área esportiva não foi diferente. No Futsal, observa-se que há muita incerteza entre os jogadores, frente a essa situação inédita e desafiadora. Paulo Ribeiro (2020), em entrevista exclusiva à Agência Brasil, afirmou que “no imaginário de muitas pessoas os atletas são mitos, e nada acontece a eles (...). Essa não é uma realidade. O atleta é um ser humano como outro qualquer” e também sofre com o atual momento. Após o isolamento social ser estabelecido a dificuldade de manter uma rotina de atividade física e exercícios aumenta em níveis consideráveis, fazendo assim então que esses jogadores percam suas habilidades já adquiridas durante toda sua carreira profissional. Nesse momento pandêmico, torna-se significativo pensar sobre o papel da Fisioterapia Desportiva. Esse ramo da Fisioterapia é descrito por Marcon e cols. (2015), do seguinte modo: “a Fisioterapia Esportiva é um componente da Medicina Esportiva em que sua prática e seus métodos são aplicados no caso de lesões causadas pelo esporte, com propósito de recuperar, sanar e prevenir lesões”. A partir dessas premissas, pretendemos desenvolver um estudo teórico-prático, com o propósito de conhecer os reflexos causados pela pandemia do novo Coronavírus na vida e na saúde (física e psicológica) dos jogadores de futsal, buscando métodos de Fisioterapia para que esses danos sejam reduzidos. Para tanto, serão encaminhados, aos componentes da equipe de Futsal do município de Itaqui (RS), questionários com perguntas mistas, enfatizando os efeitos da pandemia do novo coronavírus em um time de futsal da cidade de Itaqui-RS, os dados obtidos por meio destes serão analisados e interpretados, em forma de planilhas e tabelas, de uma forma clara e dinâmica para que haja o entendimento sobre a temática abordada. Com base nessa metodologia, almejamos obter como resultados a ampliação de conhecimentos acerca dos efeitos e impactos da pandemia na vida dos jogadores de Futsal, em especial quanto à saúde física e psicológica. Além disso, almejamos averiguar como a fisioterapia pode auxiliar na melhora destes danos.

**Palavras-chave:** Futsal. Pandemia. Coronavírus. Fisioterapia.

<sup>106</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia na URI São Luiz Gonzaga. E-mail: 094456@saoluiz.uri.edu.br

<sup>107</sup> Doutor em Ciências do Movimento (UFRGS). Coordenador do Curso de Educação Física na URI São Luiz Gonzaga.

<sup>108</sup> Doutora em Educação (UFPel). Docente na URI-SLG. Grupo de pesquisa: Educação, Política e Cidadania. E-mail: lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br.

## A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM MULHERES COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA

Jennifer Felício<sup>1</sup>  
Nadine da Rosa<sup>2</sup>  
Jean Lucas Poppe<sup>3</sup>

**Resumo:** Incontinência Urinária é determinada como qualquer queixa relacionada com perda de urina de forma involuntária afetando diretamente a qualidade de vida de mulheres em todo o mundo. Dentre os fatores de risco mais comuns relacionados ao desenvolvimento da Incontinência Urinária na mulher incluem: idade, obesidade, paridade, tipos de parto, peso do recém-nascido, menopausa, cirurgias ginecológicas, dentre outros fatores. Esse trabalho teve como objetivo avaliar eficácia das principais técnicas fisioterapêuticas no tratamento da Incontinência Urinária em mulheres. Foi realizado um trabalho de revisão bibliográfica na base de dados *Scielo* através dos termos de busca “incontinência urinária”, “fisioterapia” e “tratamento”, limitando a pesquisa entre os anos de 2013 a 2020. Foram obtidos 9 artigos, dos quais quatro foram selecionados. A fisioterapia atua de modo geral na incontinência urinária desde a prevenção na atenção primária em saúde da mulher, até o tratamento ginecológico através de orientações quanto às funções miccional e das musculaturas pélvicas, promovendo a realização de exercícios que visam o fortalecimento e reeducação muscular do assoalho pélvico, sendo realizado através de recursos como a cinesioterapia, dispositivos intravaginais, eletroestimulação, biofeedback, principalmente. A investigação na literatura mostrou a importância do tratamento fisioterapêutico na Incontinência Urinária através de treinos específicos para o fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico, proporcionando um ganho da consciência perineal através do ensino da contração da musculatura correta destas pacientes, com um progresso relacionado à função desta musculatura promovendo qualidade de vida às mulheres com Incontinência Urinária.

**Palavras-chave:** Disfunção Miccional. Assoalho Pélvico. Menopausa. Qualidade de vida. Trato urinário.

## OS EFEITOS DO EXERCÍCIO FÍSICO PARA O CONTROLE DA SARCOPENIA

Jesimiel Nascimento dos Santos<sup>109</sup>

Aline Rosso Lehnhard<sup>110</sup>



**Resumo: Introdução:** Devido ao aumento da população de Idosos, surgiram muitos estudos sobre o envelhecimento. Sabemos que nessa fase ocorrem muitas perdas funcionais, portanto é necessário ter um cuidado preventivo. A Sarcopenia é uma aliada da Inatividade Física e tem como consequência a perda de massa e força do idoso. A prática do exercício físico tem se mostrado favorável contra a Sarcopenia. O Objetivo desse estudo foi realizar uma pesquisa na Literatura sobre os efeitos do exercício físico para o controle da Sarcopenia. **Metodologia:** A revisão sobre a temática foi realizada na base de dados MEDLINE, utilizando a ferramenta de busca Pubmed, e no Scielo. Foram incluídos estudos originais e de revisão, publicados entre 2010 e 2020, na língua portuguesa e língua Inglesa, que avaliassem os efeitos do exercício físico para a sarcopenia no envelhecimento, e por isso foram excluídos aqueles que tratassem de anais de congresso, artigo de opinião ou recomendações. Para a busca, foi utilizada a seguinte combinação de termos: ("sarcopenia") AND ("exercício físico" OR "treinamento") AND ("idosos" OR "envelhecimento"). Inicialmente foram identificados 22 artigos, sendo que após aplicação dos filtros de análise, conforme critérios estabelecidos anteriormente e os desfechos esperados, foram selecionados 06 artigos para avaliação **Resultado:** Os artigos incluídos demonstram em seus resultados efeitos positivos da prática do exercício físico sobre o controle da Sarcopenia, além de descrever um aumento nas capacidade físicas do idoso, como aumento da força e potência muscular, melhora da massa muscular e também seu desempenho físico, valências estas essenciais para uma melhor qualidade de vida desta população. Há estudos que realizaram treino de força e treino funcional e como resultado ouve uma perda de gordura corporal e aumento de massa magra. **Conclusão:** Podemos concluir que o Exercício Físico traz Benefícios para Idosos, tanto na prevenção da Sarcopenia, quanto para melhores condições das capacidades físicas dos idosos. A maioria do estudos apresentados concentram-se em exercícios resistidos e treinamento de força, mas esses benefícios devem ser melhor estudos, afim de obter indícios de benefícios.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Exercício Físico. Sarcopenia.

<sup>109</sup> Acadêmico do curso de Educação Física – Bacharelado na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. [jesemielsantos16@gmail.com](mailto:jesemielsantos16@gmail.com)

<sup>110</sup> Doutoranda em Promoção da Saúde – UNISC/RS. Mestre em Ciências do Movimento Humano. Professora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. [alinelehnhard@gmail.com](mailto:alinelehnhard@gmail.com)



## O PAPEL DA FISIOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA PÓS MENOPAUSA

Maria Izabel Hettwer<sup>111</sup>

Jean Lucas Poppe<sup>112</sup>

Marzane Bolzan Morais de Oliveira<sup>113</sup>

**Resumo:** A incontinência urinária é definida como qualquer perda involuntária de urina, é uma condição que trás implicações médicas, sociais e econômicas e afeta significativamente a qualidade de vida feminina. O objetivo do estudo é demonstrar os benefícios do tratamento fisioterapêutico para mulheres com incontinência urinária no período pós menopausa. Foi realizada uma revisão bibliográfica na base de dados Scielo, Lilacs e Google Acadêmico com descritores “Incontinência Urinária”, “Fisioterapia Pélvica” e “Menopausa”, considerando o período de 2001 a 2020. Foram encontrados 25 artigos para esta revisão. Os estudos revelam que a incontinência urinária pode ocorrer em mulheres no período pós menopausa devido às mudanças fisiológicas que ocorrem juntamente com o envelhecimento, sendo considerada um problema de saúde pública, pois impacta diretamente na qualidade de vida, autoestima e bem-estar feminino. Devido à todas as consequências causadas pela incontinência urinária na vida das mulheres, há necessidade de um tratamento que seja decisivo e efetivo. A fisioterapia é a primeira opção de intervenção pois é um tratamento conservador, fortalece e ativa a musculatura do assoalho pélvico. Estudos mostram que cerca de 50% das cirurgias de incontinência urinária poderiam ser evitadas com a realização de um tratamento conservador sendo realizado primeiro, desta forma destacando a importância do tratamento fisioterapêutico.

**Palavras-Chave:** Envelhecimento. Bem-estar. Saúde Pública. Tratamento. Fisioterapia.

---

<sup>111</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. mariaizabelhettwer@hotmail.com

<sup>112</sup> Doutor em Biologia Animal. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga jlucaspoppe@gmail.com.

<sup>113</sup> Mestra em Atenção Integral em saúde. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai - marzane.oliveira@yahoo.com.br